



The logo of the Instituto Superior Politécnico Privado de Kilamba is a circular emblem. It features a red outer ring with the text 'Instituto Superior Politécnico Privado de Kilamba' in blue. The inner circle is divided into four quadrants by a blue cross. The top-left quadrant contains a black scale of justice. The top-right quadrant contains a caduceus (a staff with two snakes entwined and wings at the top). The bottom-left quadrant contains a profile of a person's head inside a gear. The bottom-right quadrant contains a silhouette of a group of people. A blue banner at the bottom of the emblem contains the text 'ISPPKILAMBA' in white.

PROJECTO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM DIREITO

ISPPKILAMBA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
I. JUSTIFICATIVA.....	8
II. OBJECTIVO GERAL.....	8
III. OBJECTIVOS ESPECÍFICOS.....	8
ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO.....	9
COMPETENCIAS PROFISSIONAIS.....	10
SAÍDAS PROFISSIONAIS.....	10
MARCO METODOLÓGICO.....	11
PERFIL DE ENTRADA.....	12
ÓRGÃOS PARA O FUNCIONAMENTO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	12
PLANO DE ESTUDOS.....	13
TABELA DE PRECEDÊNCIA.....	16
1º ANO.....	19
1º SEMESTRE- DISCIPLINAS.....	19
Introdução ao Estudo do Direito.....	19
Ciência Política e Direito Constitucional.....	23
Filosofia do Direito.....	31
Economia Política.....	36
Metodologia Investigação Científica.....	40
Língua Portuguesa I.....	43
Historia das Ideias Politicas e Juridicas.....	49
2º SEMESTRE DISCIPLINAS.....	52

Metodologia Investigação Científica II.....	52
Ciência Política e Direito Constitucional II.....	56
História das Ideias Políticas e Jurídicas.....	63
Introdução ao Estudo do Direito II.....	66
Latim.....	71
Língua Portuguesa II.....	75
2º ANO.....	81
1º SEMESTRE DISCIPLINAS.....	81
Semiótica e Linguística de Termos Jurídicos.....	81
Finanças Públicas.....	86
Direitos Fundamentais.....	89
Direito Público Internacional.....	92
Direito Administrativo I.....	95
Teoria Geral do Direito Civil I.....	100
2º SEMESTRE.....	104
Teoria Geral do Direito Civil II.....	104
DIREITO FISCAL.....	108
Direito Financeiro.....	111
Direito Integral Regional.....	115
Direito Administrativo II.....	117
Direito do Urbanismo e Ambiente.....	124
3º ANO.....	127
1º SEMESTRE DISCIPLINAS.....	127
Direito das Obrigações I.....	127

Direito Penal I.....	131
Direito Processual Civil I.....	137
Direito da Família.....	142
Direito do Trabalho e Segurança Social.....	147
Direito Internacional Privado I.....	150
Direito Comercial I.....	152
2º SEMESTRE.....	156
Direito Processual Civil II.....	156
Direito das Obrigações II.....	159
Direito do Consumidor.....	163
DIREITO PENAL II.....	166
Direito das Sucessões.....	170
Direito Internacional Privado II.....	174
Direito Comercial II.....	179
4º ANO.....	182
1º SEMESTRE DISCIPLINAS.....	182
Direito Processual Civil III.....	182
Ética e Deontologia do Direito.....	187
Trabalho final de Curso I.....	191
Direitos Reais.....	194
Contratos Especial.....	198
Direito Bancário e de Seguros.....	204
2º SEMESTRE.....	208
Disciplina: Medicina Legal.....	208

Registo Notárial.....	211
Trabalho final de Curso II.....	216
Direito Comparado.....	219
Direito Autárquico (Optativa).....	226

David Jorge Lopes Suelela, Presidente do Instituto Superior Politécnico Privado do Kilamba, declara, sob compromisso de honra, que o presente instrumento de gestão é autêntico e foi aprovado pelo Conselho Científico no dia 15 de Junho de 2023.

Luanda, a 19 de Junho de 2023.

O Presidente,
David Jorge Lopes Suelela

INTRODUÇÃO

Durante as últimas décadas o Direito é por excelência uma ciência social de importância fundamental no processo de organização da sociedade bem como na sua sociabilidade e na formação do indivíduo, pelo que, num País como o nosso que se encontra em fase de reconstrução e de desenvolvimento após mais de três décadas de conflito armado, torna-se inquestionável a necessidade da existência de um curso superior de Direito com matriz atual, de qualidade com rigor científico, num projecto de ensino como o do ISPP-KILAMBA – Instituto Superior Politécnico Privado do Kilamba.

Nesta senda, como acontece em qualquer Licenciatura de Direito, com o programa ora apresentado almeja-se a formação de profissionais em Direito capazes de contribuírem de forma positiva para o desenvolvimento de Angola em vários domínios. No entanto, em jeito de apresentação e de justificação torna-se imperioso realçar alguns aspectos tais como:

Em primeiro lugar, as mudanças operadas no século passado e as que se vêm operando no início do actual século, têm vindo a apresentar uma crescente complexidade e dinamismo, colocando à capacidade dos homens e aos diversos ramos da ciência e da tecnologia, desafios cada vez mais profundos e específicos que vêm a exigir aos técnicos, gradualmente, conhecimentos cada vez mais diferenciados e especializados sobre áreas solidas do saber.

Ora, sendo o Direito, simultaneamente, o reflexo da realidade político-social o motor e promotor das transformações sociais, não poderia deixar de acompanhar essas transformações, subdividindo-se em ramos de direito específicos para atender os sectores também específicos da realidade social, sob pena de se ver transformado num entrave ao desenvolvimento da sociedade.

É assim que, da mesma forma que, na fábrica, o técnico especialista se tornou indispensável à garantia de eficiência, eficácia e qualidade do produto final, o jurista/advogado/juiz/ /procurador generalista vem cedendo paulatinamente o seu lugar ao jurista/advogado/juiz/procurador especialista em determinado ramo ou área do Direito.

Por outro lado, Angola, como parte deste Mundo que vive em constante e profundas mudanças, não só não está isenta ou imune aos ventos dessas mudanças como não deve

colocar-se à margem delas, pois, conquistada a Paz – que se pretende que seja definitiva – o processo de reconstrução e de desenvolvimento coloca às elites nacionais necessidades e desafios muito complexos, diversificados e específicos. Ora, Angola é um País soberano e independente há 43 anos sendo que o curso superior de Direito é ministrado no nosso País há um bom tempo.

Durante as últimas décadas a prática profissional experimentou mudanças que estão a afectar o modo de trabalhar dos juristas. Os estudos de direito tiveram que reinventar-se para adaptar-se às demandas sociais, tecnológicas e produtivas emergentes. As associações virtuais, a integração de métodos de prática integrada, a criação e divulgação on-line do conhecimento, a implementação das tecnologias digitais nos estudos, a especialização do perfil do jurista, bem como a participação activa de distintos actores em todas as etapas da vida académica, são algumas das tendências que na actualidade se observam no âmbito profissional do jurista.

Missão

Considerando que em Angola o “Ensino Superior tem como missão formar quadros com alto nível de educação, expresso numa adequada preparação técnica, científica, cultural e humana, em diversas especialidades correspondentes a todas as áreas do conhecimento” (OBJECTO

A localização da instituição responde o Decreto 05/09, de 12 de Abril, que estabelece as Regiões Académicas, está inserida na Região Académica I que abrange as Províncias de Luanda e Bengo. O A identificação do Decreto Presidencial 310/20, de 7 de Dezembro, n.º 1 do artigo 3.º), objecto desta I instituição corresponde com as necessidades do País, pois o número de instituições de Ensino Superior existentes, nem sempre satisfaz as necessidades que se apresentam na sociedade angolana.

O ISPPKilamba, procurara diferenciarr-se pelo lequeconjunto de cursos quea oferecer que, apostando na garantia tem plena certeza na garantia de qualidade para poder satisfazer a procura pela formação superiorfazer-se cobre à Província de Luanda, a maior habitada no

~~País. A existência desta instituição tem proporcionado rá além de uma formação académica e científica de qualidade, empregos directos e indirectos e bem como aproximado ção entre a academia à escola e sociedade através das actividades de extensão.~~

Missão _____

INTRODUÇÃO

o ISPP-Kilamba tem como **missão** “o desenvolvimento de actividades de ensino, investigação científica e prestação de serviços à comunidade através da promoção, difusão, criação e transmissão da ciência e cultura” (*Estatuto Orgânico do ISPP-Kilamba, 2022, p. 2*).

PLANO CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM DIREITO

CURSO : LICENCIATURA EM DIREITO.

COORDENADOR DO CURSO: Msc.Francisco Frederico

GRAU CONFERIDO PELO CURSO: Licenciatura.

CORPO DOCENTE:

Doutor=

Mestre =

Licenciados =

DURAÇÃO DO CURSO: 4 anos lectivos (8 semestres)

TURNO DE FUNCIONAMENTO : Manhã; Tarde e Noite.

ÁREAS CIENTÍFICAS, DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL E UNIDADES DE CRÉDITO:

DISCIPLINAS GERAIS: 1185 11,9 % UC

DISCIPLINAS BÁSICAS E ESPECÍFICAS: 1605 20 %UC

Total de disciplinas: 53**Número de estudantes: 42**

I. JUSTIFICATIVA

A actualidade angolana está caracterizada, entre outros aspectos, por um aumento do pensamento jurídico. Se constata cada vez mais um grande número de pessoas com interesse no estudo do Direito, e a população tem cada dia que passa o aumento da sua consciência jurídica.

Portanto, nem sempre a força profissional, entre os juristas, não têm sido unânimes nas suas reflexões doutrinárias o que tem trazido progresso na ciência do direito, visto que aumentam a cada ano o número de Licenciados nesta área do saber.

Alem das concepções anteriormente assinaladas na introdução, a formação de Juristas no contexto angolano deve ter uma reformulação das concepções curriculares, para se lograr um graduado com competências profissionais que lhe permita se inserir nos processos construtivos que se levam a cabo em função do desenvolvimento do país, de forma tão que exerçam a actividade dos processos e sua resolução com mecanismos jurídicos, para o qual devem construir e reconstruir os seus conhecimentos, técnicos-jurídicos e práticas dentro da sua actividade profissional que poderá exercer.

A implementação desta especialidade no Instituto Superior Politécnico Privado do Kilamba tem uma importância vital pois desde o ponto de vista socioeconómico vai propiciar a formação de profissionais para o desenvolvimento do país, com ênfases na província de Luanda, em tanto vai dar solução formativa à população do Kilamba fundamentalmente pela situação geográfica da instituição.

II. OBJECTIVO GERAL

O Curso de Direito com grau de Licenciatura tem como **objectivo geral:** Formar Profissionais universitários de alta qualidade em Direito, com visão integral e sentido humanista, portadores de competências profissionais para realizar e resolver os assuntos com relevância para o

direito e candentes que lhes a de vir, respondendo às necessidades de desenvolvimento sustentável da sociedade angolana.

III. OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

Em correspondência com o objectivo geral a atingir no curso, se formulam os **objectivos específicos** seguintes:

Desenvolver um processo de formação graduada que favorece a educação dos valores humanos e profissionais nos futuros Lic. em Direito;

Estimular, desde os processos substantivos universitários uma atitude positiva nos estudantes ante a defesa das conquistas do governo angolano e a sua implicação nas actividades pelo bem-estar das sociedades.

Garantir os recursos necessários para uma boa formação;

Oferecer aos estudantes uma formação geral que propicie as bases para uma formação técnica – profissional de qualidades;

Favorecer a formação investigativa dos alunos para resolverem problemas reais nas esferas de actuação profissional, em função do aperfeiçoamento constatare das Tecnologias da Informação e a Comunicação;

Garantir uma formação técnica básica e profissional específica que favorece a formação de competências profissionais.

IV- ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

O curso de Direito com grau de licenciatura desenvolve-se em quatro anos lectivos, com carga horária superior de 3600 horas e contempla a totalidade de 54 disciplinas, organizadas em três ciclos de formação: formação geral, formação técnica básica e formação profissional específica, que de sua dinâmica interactiva emergem as competências profissionais dos graduados. Cada ano lectivo engloba dois semestres de 15 semanas cada, prevendo-se ainda um período de duas a três semanas para avaliações no fim de cada semestre.

No ciclo de formação básica geral o estudante se apropria de conteúdos de formação geral, que introduzem conhecimentos, habilidades e valores que servem de base as disciplinas dos outros dois ciclos.

No ciclo de formação técnica o estudantes de conteúdos técnicos básicos que apoiam a formação profissional específica. Os conteúdos a serem apropriados provem das simulações de Tribunal entre outros

No ciclo de formação profissional específica prevê a apropriação nos estudantes de conteúdos do exercício de profissão, as quais, de favoreceram o completamento da formação e desenvolvimento das competências profissionais nos graduados. Entre estas disciplinas deste ciclo figuram Metodologia da Investigação Científica para o direito, O plano curricular enquanto as horas por cada uma das disciplinas está concebido tendo em conta uma quantidade de horas presenciais correspondente as horas de aulas e uma quantidade de horas não presenciais correspondente ao estudo independente do aluno e ao desenvolvimento de acções investigativas como parte da sua formação investigativa.

V- COMPETENCIAS PROFISSIONAIS

As competências profissionais, são entendidas como a articulação de conhecimentos, habilidades e valores humanos e profissionais, postos em acção para o desenvolvimento eficiente e eficaz de actividades requeridas pela natureza do trabalho do profissional. A concepção curricular do curso visa graduar um Licenciado em Direito com **Competências Profissionais** relacionadas com:

1. Gerir processos diversos e dirimir conflitos jurídicos;
2. Desenvolver a investigação científica na área de Direito.

VI- SAÍDAS PROFISSIONAIS

O graduado de Licenciado em Direito terá as **saídas profissionais** seguintes:

- a) Advocacia

- b) Conservador de Registo civil e Predial;
- c) Notário
- d) Oficial de Justiça
- e) Magistratura Judiciária e do Ministério Público;
- f) Administração Pública;
- g) Carreira diplomática
- h) Contencioso de empresas Públicas e privadas;
- i) Instrutor processual;
- j) Consultor;
- k) Assessor- jurídico;
- l) Carreira política;
- m) Solicitador;
- n) Mercados de Capitais;
- o) Imobiliárias.
- p) Docência.

VII- MARCO METODOLÓGICO

A concepção metodológica do Plano Curricular do curso parte de reconhecer a necessidade de desenvolver um processo de formação, desde uma visão pedagógico – profissional, o que significa uma formação levada a cabo entre a instituição e os processos construtivos, para o qual o docente tem a obrigação de profissionalizar os conteúdos das disciplinas, tendo em vista as mudanças acontecidas na actualidade com relevância ao direito.

A formação do jurista assume uma prática educativa centrada no discente e amparada pelas directrizes pedagógicas seguintes: o processo de ensino - aprendizagem é um processo dinâmico de desenvolvimento da autonomia dos discentes e dos docentes, através da construção e reconstrução do conhecimento; o processo de aprendizagem é um processo contínuo de construção e reconstrução do conhecimento e de formação de conceitos sobre a realidade, através da exploração da zona de desenvolvimento próximo dos discentes e aproveitando a situação social de desenvolvimento dos mesmos; o docente é o orientador da prática educativa institucional cujo centro é o discente e a relação pedagógica docente - discente é parte privilegiada da prática educativa institucional, cujo interesse maior é a formação integral da personalidade dos discentes para entender a realidade e nela intervir.

Como se assinala nos documentos reitores do ISPP- Kilamba, a orientação didáctico - pedagógica do curso dá o rumo e a ênfase na exploração do nível de desenvolvimento actual dos estudantes, em função de potenciar **novos estádios** de desenvolvimento neles, a partir de um processo formativo que envolve a instrução, a educação e o desenvolvimento da sua personalidade.

É necessário, então, que a prática formativa se apoie em princípios metodológicos que privilegiem: a orientação do estudante para a elaboração dos conhecimentos através da investigação e da aplicação desses conhecimentos; a produção académica individual de docente e discente e a sua comunicação; a orientação de actividades individuais e de grupo; a identificação e a resolução de problemas em contextos reais e a utilização de recursos tecnológicos para a construção de pensamentos e a elaboração e aplicação de conhecimentos.

VIII- PERFIL DE ENTRADA

O candidato ao curso deve possuir os requisitos definidos na legislação angolana, para o ingresso ao ensino superior, isto é, ter o ensino secundário concluído ou equivalente, na qual tenha cursado as disciplinas em curso.

Habilitações de Acesso: diploma de ensino pré-universitário, Médio ou Equivalente, que inclua as disciplinas nucleares definidas.

Provas de ingresso: Língua Portuguesa, História, Cultura Geral.

Nota mínima de provas de ingresso: para ser admitido no curso de Direito do Instituto Superior Politécnico Privado de Kilamba, o candidato deverá cumprir cumulativamente com os seguintes requisitos:

1. Ter média geral positiva, sendo admitidos os candidatos melhores classificados de acordo com o número de vagas existentes no curso.
2. Não ter, em nenhuma disciplina nuclear, um resultado inferior a 7 (sete) valores.

IX ÓRGÃOS PARA O FUNCIONAMENTO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Conselho Científico-Pedagógico: Constituído pela Coordenação dos Cursos, Membros da Direcção e Docentes com o grau de Mestres e Doutores seleccionados.

X- CORPO DOCENTE

Nº	Nome	Grau Académico	Grau Científico
1	Ambrósio Domingos Pimpão António	Licenciado	Mestre
2	Manuel Modesto	Licenciado	
3	Alekssander Ceita	Licenciado	
4	Maria Alexandra Calado Silva Jacome	Licenciada	
5	Joaquim Trindade	Licenciada	
6	Antonio Eduardo dos Santos	Licenciado	
7	Mateus Halaiwa	Licenciada	Mestre
8	Francisco Alfredo Federico	Licenciada	Mestre
9	Laura da Conceição C. Pires	Licenciado	Mestre
10	Lecticia da Silva	Licenciada	

Visto Presidente

XI- PLANO DE ESTUDOS

XII - TABELA DE PRECEDÊNCIA

1º Ano 1º Semestre	
Disciplinas	
Introdução ao Estudo do Direito	
Ciência Política e Direito Constitucional I	
Metodologia da Investigação Científica I	
Economia Política	
Língua Portuguesa	
Introdução ao Estudo do Direito	
1º Ano 2º Semestre	
Introdução ao Estudo do Direito	
Ciência Política e Direito Constitucional II	
Metodologia da Investigação Científica II	
História das Ideias Políticas e Jurídicas	
Língua Portuguesa	
Introdução ao Estudo do Direito	
2º Ano 3º Semestre	
Teoria Geral do Direito Civil I	
Direito Público Internacional	
Direito Administrativo	
Finanças Públicas	
Latim	
Semiótica e Linguística de termos Jurídicos	
Direitos Fundamentais	

Teoria Geral do Direito Civil I	
2º Ano 4º Semestre	
Teoria Geral do Direito Civil II	
Direito Administrativo	
Direito Fiscal	
Direito Financeiro	
Sociologia do Direito	
Direito Integral Regional	
Teoria Geral do Direito Civil II	
Direito Administrativo	
3º Ano 5º Semestre	
Direito das Obrigações	
Direito das Obrigações	
Direito Penal II	
Direito Processual Civil II (Executivo)	
Ética e Deontologia do Direito	
Direito Segurança Social	
Direito do Consumidor	
3º Ano 6º Semestre	
Direito das Obrigações	
Direito Penal II	
Direito Processual Civil II (Executivo)	
Ética e Deontologia do Direito	
Direito Segurança Social	

Direito do Consumidor	
4º Ano 7º Semestre	
Direito Processual Civil III (Recursos)	
Direito Processual Civil III (Recursos)	
Direito Penal III (Recursos)	
Direito das Sucessões	
Direito da Família	
Direitos Reais	
Contratos Especial	
Optativa I	
4º Ano 8º Semestre	
Medicina Legal	
Registro Notarial	
Direito Bancário e de Seguros	
Estágio	
Monografia	

1º ANO

1º SEMESTRE- UNIDADES CURRICULARES

Introdução ao Estudo do Direito

Unidade curricular: Introdução ao Estudo do Direito		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 1º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 1º						
Tipo: Semestral	5 UC	2 UC	2 UC	1 UC		

Objectivos Geral

- Interpretar a dinâmica do direito nas empresas angolanas e no mundo actual.

Conteúdos Programáticos

Tema 1.- A Sociedade, Poder e o Direito

1.1.- O homem e sociedade

1.2.- A natureza social do homem

1.3.- Direito e sociedade

1.3.1.- Sociedade e fins comuns

1.3.2.- Fins comuns, durabilidade e Direito

1.4.- Noções e funções de ordem e Instituições sociais

1.4.1.- Necessidades das instituições sociais

Tema 2.- Fundamento do Direito

2.1.- O problema do Direito

2.2.- A solução jusnaturalista.

2.2.1.- Jus naturalismo transcendente

- 2.2.2.- Jus naturalismo greco-romano
- 2.2.3.- Jus naturalismo medieval
- 2.3.-O Direito natural
- 2.3.1.- Concepções
- 2.3.2.- Escola espanhola do Direito do Direito Natural
- 2.4.- Ciência do Direito
- 2.4.1.- Metodologia jurídica
- 2.4.2.-Pensamento jurídico romano
- 2.4.3.- Pensamento jurídico medieval
- 2.4.4.-Pensamento jurídico moderno
- 2.5.-Escola da exegese

Tema 3.- Fins do Direito

- 3.1.- Considerações gerais da justiça
- 3.1.1.- Elementos lógicos da justiça
- 3.1.2.- Modalidades da Justiça
- 3.2.- Equidade
- 3.3.- Segurança jurídica
- 3.3.1.- Relação entre a justiça e a segurança jurídica

Tema 4.- Ordens normativas

- 4.1.- Preliminares
- 4.2.- Ordem religiosa
- 4.3.- Ordem moral
- 4.4.- Ordem de trato social
- 4.5.- Ordem jurídica

Tema 5.- Direito e Poder Político

- 5.1.- Sociedade, interesses, conflitos de interesse e poder
- 5.2.- Poder de influência e poder de injunção
- 5.3.- Poder político
 - 5.3.1.- Poder político e coercibilidade material
 - 5.3.2.- Poder político e conflitos de interesses
 - 5.3.3.- Poder político e legitimidade de título e de exercício
- 5.4.- O papel central do estado

Tema 6.- Fontes do Direito

- 6.1.- Caracterização das fontes de Direito
- 6.2.- Classificação das fontes de Direito
- 6.3.- A lei
- 6.4.- Hierarquia
- 6.5.- Normas corporativas
- 6.6.- Jurisprudência
- 6.7.- Doutrina
- 6.8.- Costume

Tema 7.- Ordem Jurídica e Sentidos do Direito

- 7.1.- Direito público, noção e natureza
- 7.2.- Direito privado, noção e natureza
 - 7.2.1.- Modalidades
- 7.3.- Direito objectivo
- 7.4.- Direito subjectivo em sentido estrito ou propriamente dito
- 7.5.- Direito potestativo
 - 7.5.1.- Classificação

Tema 8.- Nação, Estado e Território

8.1.- Definição de Nação

8.2.- Origem e estrutura do Estado

8.2.1.- Funções do Estado

8.3.- Relação Estado - Direito

8.3.1.- O estado de Direito

Metodologia

A disciplina está estruturada em conferências, classes práticas e seminários, nas conferências e classes práticas têm como principal objectivo a vinculação dos temas da disciplina com os fenómenos económicos que ocorrem a nível da sociedade, utilizando modelos, gráficos e representações que permitam ao aluno uma motivação pela disciplina e por o curso que estuda em particular, os seminários estão destinados a aprofundar nos conhecimentos e desenvolver habilidades na revisão bibliográfica, de resumo e comparação criteriosa sobre diferentes teorias e fenómenos que sustentam o conhecimento, dando os primeiros passos para a investigação científica e criando bases conceptuais para disciplinas posteriores.

Sistema Avaliação

A avaliação dos resultados obtidos do estudante é calculada pelas fórmulas subsequentes:

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: $(MAC) = AC + PF_1 + PF_2 / 3$

Exame Final:(EF)

Nota Final: $(NF) = MAC * 40\% + EF * 60\%$

- 1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (7) valores
- 2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores
- 3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.
- 4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

Bibliografia.

- 1- Barros, Alice. Curso de Direito do trabalho. 5. ed. São Paulo: LTR, 2009.
- 2- Martins, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- 3- Camargos, Ana Amelia Mascarenhas. Direito do Trabalho no terceiro sector. 2011.
- 4- GOMES, Orlando e Elson Gottschalk. Curso de Direito do Trabalho. Editora Forense.2004
- 5- Martins, Sergio Pinto. Direito do Trabalho. Editora Atlas. SÜSSEKIND, Arnaldo, Délio Maranhão, Segadas Vianna e Lima Teixeira. 2007
- 6- Santo, Justo, introdução ao estudo de direito. 6ª ed. Coimbra editora
- 7- Marcelo, Rebelo de Sousa, introdução ao estudo de direito. Ed. Universidade de Lisboa
- 8- Carlos Alberto, Burity da Silva. Teoria geral do direito civil. Luanda, 2004
- 9- Instituições de Direito do Trabalho. Editora LTR. NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho. Editora Saraiva. 2008.
- 10- Russomano, Mozart Victor. Curso de Direito do Trabalho. Editora Juruá. Sússekind, Arnaldo. Direito do Trabalho.2009.
- 11- GUSMÃO, Paulo Dourado de Gusmão. Introdução ao Estudo do Direito. 36. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- 12- Montoro, André Franco. Introdução à Ciência do Direito. 26. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- 13- Nunes, Rizzatto. Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Saraiva, 2008.
- 14- Reale, Miguel. Lições preliminares de direito. São Paulo: Saraiva, 2000.

Ciência Política e Direito Constitucional

Unidade curricular: Ciência Política e Direito Constitucional		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 1º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 1º						
Tipo: Semestral	75 UC	2 UC	2 UC	1 UC		

Objectivo Geral

- Fundamentar a importância da Ciência Política e do Direito Constitucional, como ferramenta indispensável para o estudante de direito e futuros juristas

Conteúdos Programáticos

Tema 1.- Definição e Objecto da Ciência Política. Evolução da Ciência Política

1.1.- A política

1.2.- O Estado.

1.3.- O poder político

1.4.- Ciência Política a ciência do poder

1.5.- Ciência política a ciência do Estado

1.6.- Da antiguidade clássica ao século XIX

1.7.- Do século XIX a II Guerra Mundial

Tema 2.- O Estado

2.1.- Categorias de Estados Modernos.

2.1.1.- Conceito de soberania.

2.1.2.- Estados soberanos.

2.1.3.- Estados semi-soberanos.

2.1.4.-Estados não soberanos.

2.2.- Elementos, fins e funções do Estado.

Tema 3.- Sistema Político

3.1.- Modelo de David Easton.

3.2.- Modelo de Jean-William Lapierre.

3.3.- Modelo de Karl Deutsch.

3.4.- Voto, noção

Tema 4.- Actores Políticos e Partidos Políticos

4.1.- Partidos políticos

4.1.1.- Origem dos partidos políticos.

4.2.- Grupos de interesse e de pressão (tipologia)

4.3.-Meios de comunicação de massas

4.3.1.-Funções dos meios de comunicação de massas. Opinião pública.

4.3.2.-Efeitos dos meios de comunicação de massas.

Tema 5.- Ideologias Políticas

5.1.- Conceito de ideologia.

5.2.- Elementos do liberalismo.

5.2.1.- Liberalismo clássico.

5.2.2.- Liberalismo moderno.

5.3.- Elementos do conservadorismo.

5.3.1.-O conservadorismo paternalista.

5.3.2.- A nova direita. Neoliberalismo e neoconservadorismo.

5.4.- Elementos do socialismo.

5.4.1.- Elementos do marxismo.

5.4.2.- O comunismo ortodoxo.

5.4.3.- O marxismo moderno.

5.4.4.- A social-democracia. A terceira via.

5.5.- Outras ideologias tradicionais: fascismo; anarquismo; feminismo; ambientalismo; fundamentalismo religioso.

5.6.- O fim das ideologias? Debate.

Tema 6.- Regimes Políticos

6.1.- Regimes democráticos

6.2.- Regimes não democráticos: regimes autoritários; regimes totalitários; regimes sultânicos; regimes pós-totalitários; regimes militares.

6.3.- A democracia, conceito, base da democracia.

6.4.- Democracia directa, democracia representativa, democracia semi directa

6.5.- Ditadura

6.6.- Noção de voto e valor do sufrágio

6.6.1.- Natureza jurídica do sufrágio e a representação das minorias

Tema 7.- Sistemas de Governo

7.1.- Sistema de assembleia, Sistema parlamentar e o caso de Angola

7.2.- Sistema presidencial, Sistemas mistos (semipresidencial; semiparlamentar).

7.3.- Parlamentos unicamarais e bicamarais (simétricos; assimétricos).

Tema 8.- Sistemas Eleitorais

8.1.- Sistemas de representação por maioria, Sistemas de representação proporcional.

Sistemas mistos.

8.2.- Fórmulas de conversão de votos em mandatos (Hondt; Sainte-Laguë modificada; Hare).

Tema 9.- Sistemas de Partidos

9.1.- Sistemas não concorrenciais: mono partidários; de partido hegemónico.

9.2.- Sistemas concorrenciais: de partido predominante; bipartidários; multipartidários limitados; multipartidários extremos; partidários pulverizados.

Tema 10.- Cultura Política

10.1.- Tipos de cultura política.

10.1.1.- Cultura cívica e Socialização política

10.1.2.- Micro política e macro política

10.2.- Socialização política

Tema 11.- Governabilidade e Governança

11.1.- O sistema político face ao modelo de governança global.

11.2.- Quais as possibilidades de controlo democrático em face da volatilização política do sistema em rede?

Metodologia

Modalidades, elementos, calendarização, ponderação, referir como decorrerão as aulas, por exemplo: exposições orais dos estudantes, discussão e reflexão dos temas, seminários, aulas práticas com casos mediáticos, trabalhos em grupo, investigação de casos, situações e problemas da prática.

A disciplina é leccionada em:

- Aulas teóricas (conferências)
- Aulas teórico-práticas (seminários e exercícios)

As aulas são compostas de uma parte explosiva, onde são apresentados os conceitos fundamentais das diferentes matérias do programa juntamente com a demonstração dos principais resultados, pretendendo-se que os estudantes adquiram uma visão global dos temas abordados e suas interligações; uma componente prática, onde os estudantes aplicarão os conhecimentos adquiridos melhorando a sua compreensão das matérias leccionadas.

Sistema Específico de Avaliação

A avaliação dos resultados obtidos do estudante é calculada pelas fórmulas subsequentes:

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: $(MAC) = AC + PF_1 + PF_2 / 3$

Exame Final:(EF)

Nota Final: $(NF) = MAC * 40\% + EF * 60\%$

- 1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (7) valores
- 2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores
- 3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.
- 4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

Bibliografia

- 1- Correia, Adérito (1993). Direito Constitucional, Sumários desenvolvidos, Luanda, Faculdade de Direito da UAN (policopiado);
- 2- Correia, Adérito (2002). A Constituição Angolana, Temas e debates, Luanda, Faculdade de Direito da Universidade Católica de Angola;
- 3- Correia, Adérito (2002). Sistemas e Processos eleitoras (Coordenação), Luanda, Friedrich Ebert Stiftung I Universidade Católica de Angola;
- 4- Araújo, Raul (2000). Os Sistemas de Governo de Transição democrática dos PALOP, Coimbra Editora;
- 5- Feijó, Carlos (2001). Problemas actuais de Direito Público angolano, Lisboa, Principia;
- 6- Canotilho, J.J Gomes (2003). Direito Constitucional e Teoria da Constituição, Coimbra, Almedina, 7ª edição.
- 7- Miranda, Jorge (2004). Manual de Direito Constitucional, Lisboa, Coimbra Editora, 3ª Edição Tomos, I, II, III, IV, V e VI.
- 8- Moreira, Adriano (2006)). Ciência Política, Coimbra, Livraria Almedina.
- 9- Bastos, Fernando Loureiro (1999). Ciência Política-Guia de Estudo, Maputo, Livraria Universitária;
- 10- Marcelo Rebelo de Sousa. Direito Constitucional I- Introdução a Teoria da Construção, Portugal;
- 11- Maria Silva/Dora Alves: Noções de Direito Constitucional e Ciência Política, Rei dos Livros;
- 12- Caetano, Marcelo (1983), Manual de Ciência Política e Direito Constitucional, Coimbra;
- 13- Moreis, Alexandre (2004). Direito Constitucional, Brasil, Editora Atlas AS.
- 14- L.David Araújo e V.Nunes Júnior (2004). Curso de Direito Constitucional, Brasil, Editora Saraiva;
- 15- Benevides, P (2001). Curso de Direito Constitucional, São Paulo.

- 16- Rene David. Os grandes sistemas do Direito Constitucional;
- 17- Folley, Michael (2000). The British Presidency, Manhester;
- 18- Carroll, Alex(2002). Constitucional and Administrative Law, London;
- 19- Ivor Jennings. The Law and the Constitution, London;
- 20- Eric Barendt. An Introduction to Constitutional Law, Oxford;
- 21- Hans Kelsen. Teoria do Direito e do Estado.
- 22- Georg Jellinek. Teoria Geral do Estado;
- 23- Maurice Duverger. Institutions Politiques et Droit Constitutionnel (vol.1).
- 24- Gomes Canotilho/Vital Moreira. Fundamentos da Constituição, Coimbra.
- 25- Jorge Miranda. Teoria do Estado e da Constituição.
- 26- AAVV, A Governância no século xxi, Lisboa, OCDE/GEPE-ME, 2002.
- 27- Aristóteles, Política, 6ªed, Martin claret, 2011.
- 28- Águila, Rafael del (ed.), Manual de Ciencia Política, Madrid, Trotta, 1997.
- 29- Aguilera, Rafael Ramírez; Victoriano, Rafael Ramírez, Breve Diccionario de la Política, Bilbao, Mensajero, 1997.
- 30- Barracho, Carlos, Temas de Ideias em Ciência Política, classica Editora, 2011.
- 31- Badia, Miquel Caminal (ed.), MANUAL DE CIENCIA POLÍTICA, Madrid, Tecnos, 1999 (2ª ed.).
- 32- Bealey, Frank, Diccionario de Ciencia Política, Madrid, Istmo, 2003.
- 33- Bonavides, Paulo, Ciência Política, São Paulo, Malheiros Editores, 2000.
- 34- Bobbio, Norberto, Estado Governo Sociedade, para uma teoria geral da política, paz e terra, 2011.
- 35- Caetano, Marcello, Manual de Ciência Política e DireitoC, Coimbra, Almedina, 1993.
- 36- Carvalho, Manuel Proença de, Manual de Ciencia Política e Sistemas Políticos e ConstitucionaiS, Lisboa, Quid Juris, 2005.
- 37- Fernandes, António José, Introdução à Ciência Política. Teorias, Métodos e Temáticas, Porto, Porto Editora, 1994.
- 38- Lapierre, Jean-William, A ANÁLISE DOS SISTEMAS POLÍTICOS, Lisboa, Edições Rolim, SD.

- 39- Lara, António de Sousa, Ciências Políticas – Metodologia, Doutrina e Ideologia, Lisboa, ISCSP, 1998.
- 40- Lopes, Fernando Farelo; Freire, André, Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais – Uma Introdução, Oeiras, Celta, 2002.
- 41- Lopes, Pedro Santana, Os Sistemas de Governo Mistos e o Actual Sistema Português, Algés, Difel, 2001.
- 42- Maltez, José Adelino, Princípios de Ciência Política. Introdução à Teoria Política, Lisboa, ISCSP, 1996.
- 43- Miranda, Jorge, Ciência Política – Formas de Governo, Lisboa, Pedro Ferreira, 1996.
- 44- Moreira, Adriano, Ciência Política, Coimbra, Almedina, 1995.
- 45- Nohlen, Os Sistemas Eleitorais: O Contexto Faz a Diferença, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.
- 46- Novais, Jorge Reis, Semipresidencialismo: Teoria do Sistema de Governo Semipresidencial, VOL. I, Coimbra, Almedina, 2007.
- 47- Pasquino, Gianfranco, Curso de Ciência Política, Cascais, Principia, 2002.*
- 48- Pastor, Manuel (coord.), Fundamentos de Ciência Política, Madrid, McGraw-Hill, 1997.
- 49- Pires, Francisco Lucas, Introdução à Ciência Política, Lisboa, UCP, 1998.

Filosofia do Direito

Unidade curricular: Filosofia do Direito		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 1º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratoria 1	Outra
Semestre: 1º						
Tipo: Semestral	4 UC	2 UC	1 UC	1 UC		

Introdução:

Os elementos do conhecimento que fornece a disciplina de Filosofia do Direito são precedentes para as disciplinas jurídica, o que permite criar as bases conceptuais para o desenvolvimento da capacidade cognitiva do estudante, além que permite a formação e desenvolvimento de habilidades próprias de forma a compreender o curso de Direito.

Objectivos:

- Compreender os aspectos gerais do direito na visão da filosofia.
- Interpretar a dinâmica do direito em Angola e no mundo atual.
- Aplicar os conceitos Fundamentais do direito moderno a nível da legisferança
- Identificar os conceitos básicos do direito
- Conhecer os agentes sociais e sujeitos de direito
- Saber sobre aplicação da norma na sociedade, sua recepcção e violação
- Entender o pensamento jurídico-filosófico

Conteúdo programático

1.1 Introdução histórica

1.2 Origem da Filosofia/ e da Filosofia do Direito

1.3 Objeto e Divisão da Filosofia do Direito

1.4 Conceito de Filosofia do Direito

1.5 A divisão tripartida

1.6 Divisão de Stammler

2.1 A Temática Geral e os Temas Especiais

2.2 A Ontognoseologia Jurídica

2.3 Epistemologia jurídica

2.4 Deontologia jurídica

2.5 Culturologia jurídica

2.6 Empirismo e Apriorismo Jurídicos e suas

3.1A Concepção do Direito na Doutrina de Stammler

3.2 O Direito como forma do querer

3.3 Conceito e ideia do Direito

4.1 Conduta e Ordem de Fins

4.2 Ato e valor

4.3 Fins e categorias do agir

4.4 Tridimensionalidade da Conduta Ética

4.5 Momentos da conduta

4.5 Jus naturalismo

4.6 Concepção naturalista, positivista da sociedade

4.7 Direito natural e positivo

4.8 Ciências jurídica e ciências sociais

4,9 Pensamento político e filosófico do Direito

5.1 Os principais Filósofos do Direito

- 5.2 A razão do ser
- 5.3 A sociedade e o Direito
- 5.4 Crítica ao Direito
- 5.5 A justiça como valor, como Direito e como razão
- 5.6 o que é ser justo
- 5.7 A justiça legal, social e justiça divina
- 5.8 A problemática do Direito e o pensamento filosófico
- 5.9 ordem social e fins sociais
- 6.1 Especificidade da conduta ética
- 6.2 Modalidades de Conduta
- 6.3 Conduta religiosa
- 6.4 Conduta moral
- 6.5 Conduta costumeira
- 6.6 Conduta jurídica
- 7.1 Formação de uma consciência normativa
- 7.2 A Escola da Exegese e a jurisprudência conceitual
- 7.3 O Direito como fato histórico ou relação

Metodologia:

A disciplina esta estruturada em conferências, classes práticas e seminários, nas conferências e classes práticas têm como principal objectivo a vinculação dos temas da disciplina com o pensamento filosófico, utilizando modelos, métodos, que permitam ao aluno uma motivação pela disciplina e pelo o curso que estuda em particular, os seminários estão destinados a aprofundar nos conhecimentos e desenvolver habilidades na revisão bibliográfica, de resumo e comparação criteriosa sobre diferentes teorias e fenómenos que sustentam o conhecimento, dando os primeiros passos para a investigação científica e criando bases conceptuais para disciplinas posteriores.

A avaliação:

A avaliação da disciplina será feita de acordo ao regulamento académico: Avaliação contínua conformada por perguntas orais de controlo, perguntas escritas, avaliação das classes práticas e seminários, trabalhos independentes e outras, duas provas de frequência.

Exame final da disciplina: Conformado por diferentes tipos de perguntas e que recolha conteúdo nuclear de cada tema.

Duas Provas de Frequência: (PF), segundo planificação anual.

Média das Provas Parcelares $MPF = PF_1 + PF_2 / 2$

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras.

Média da Avaliação Contínua: $(MAC) = AC * 40\% + MPF * 60\%$

Exame Final:(EF), segundo planificação anual

Nota Final: (NF)= $MAC * 40\% + EF * 60\%$

Bibliografia:

1. Santo Justo, Pensamento Jurídico. 6ª ed. Cuimbra editora
2. Marcelo Rebelo de Sousa, introdução ao estudo de direito. Ed. Universidade de lisboa
3. Reale, Miguel. Filosofia de Direito. São Paulo: Saraiva, 2000
4. GUSMÃO, Paulo Dourado de Gusmão. Lições de Filosofia de Direito. 36. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
5. MONTORO, André Franco. Introdução à Ciência do Direito e Filosofia. 26. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
6. NUNES, Rizzatto. Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Saraiva, 2008.

Economia Política

Unidade curricular: Economia Política		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 1º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 1º						
Tipo: Semestral	4 UC	2 UC	1 UC	1 UC		

Objectivo Geral

- Interpretar a dinâmica da economia em Angola e no mundo actual.

Conteúdos Programáticos

Tema - Aspectos Introdutórios

1.1 Conceitos de Economia

1.2 Objecto de estudo da ciência económica

1.3 Divisões da Economia

1.3.1.- Quanto aos Resultados

1.3.2.- Economia Positiva

1.3.3.- Economia Normativa

1.3.4.- Quanto âmbito

1.3.5.- microeconomia

1.3.6.- Macroeconomia

Tema 2. A economia e outras ciências

2.1.- Relação da Economia com outras Ciências

2.1.1.- A Economia e as Ciências Sociais

2.1.2.- A Economia e as Ciências Exatas

2.2.- Actividade Económica e Agentes Económicos

2.2.1.- Actividade económica

2.2.2.- Agentes Económico

Tema 3. Necessidades ilimitadas

3.1.- Necessidades e Consumo

3.1.1.- Conceito de necessidades económicas

3.1.2.- Classificação das Necessidades

3.1.3.- Bem de consumo

Tema 4 - Teorias económicas

4.1.- Teoria do Mercado

4.2.- Teoria do Consumidor

Tema 5 - Economia de Escala e Macroeconomia

5.1.- Economia de Escala

5.2.- Macroeconomia

5.2.1.- Principais Correntes Macroeconómicas

Tema 6 - O Estado

6.1.- Funções do Estado

6.2.- Políticas de intervenção do Estado

Tema 7.- Moeda, Inflação e Comércio Externo

- Moeda e Suas Funções
- Noção de Inflação
- Comércio Internacional
- Taxas de Câmbio

Metodologia

A disciplina está estruturada em conferências, classes práticas e seminários, nas conferências e classes práticas têm como principal objectivo a vinculação dos temas da disciplina com os fenómenos económicos que ocorrem em nível da sociedade, utilizando modelos, métodos, gráficos e representações que permitam ao aluno uma motivação pela disciplina e por o curso que estuda em particular, os seminários estão destinados a aprofundar nos conhecimentos e desenvolver habilidades na revisão bibliográfica, de resumo e comparação criteriosa sobre diferentes teorias e fenómenos que sustentam o conhecimento, dando os primeiros passos para a investigação científica e criando bases conceptuais para disciplinas posteriores.

Sistema de Avaliação

A avaliação dos resultados obtidos do estudante é calculada pelas fórmulas subsequentes:

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: $(MAC) = AC + PF_1 + PF_2 / 3$

Exame Final:(EF)

Nota Final: $(NF) = MAC * 40\% + EF * 60\%$

- 1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (07) valores.
- 2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores.
- 3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.
- 4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

Bibliografia Básica

- 1- Araújo, Fernando. Introdução à Economia, 3. edição, Almedina.
- 2- Mateus, Abel e Margarida Mateus. Microeconomia I, Exercícios e estudo de casos. Verbo, 2002.
- 3- Franck, Robert. Microeconomia e Comportamento. 6. edição, Mcgraw Hill.
- 4- Smith, Adam. A Riqueza das Nações, 1776.
- 5- Martinez, Soares. Economia Política. 9 edição, Almedina, 2011.
- 6- Economia”, Paul Samuelson, McGrawHill, 17ª edição
- 7- Nacroeconomics”, Boyes/Melvin, Houghton Mifflin Company, 6ª edição
- 8- Macroeconomics”, N. Gregory Mankin, Worth Publishers, 5ª edição
- 9- Sousa, Marcelo Rebelo de/Sofia Galvão – Introdução Ao Estudo do Direito, , 5.ª ed., Lisboa, 2000
- 10- Ascensão, José de Oliveira. O Direito, Introdução e Teoria Geral, na perspectiva LusoBrasileira. 4. edição, Lisboa, Editorial Verbo, 1987.
- 11- Ascensão, José de Oliveira. O Direito, Introdução e Teoria Geral. 11. edição, Almedina Coimbra.
- 12- AmaraL, Diogo Freitas do.Históri das Ideias Políticas. Coimbra, Editora Almedina Coimbra.
- 13- Bastos, Fernando Loureiro. Ciência Política. Guia de Estudo. Lisboa, AAPDL, 1999.Canaris, Claus- Wibelm. Pensamento Sistemático e Conceito de Sistema na Ciência do Direito. Lisboa, Fundação Calouete Gulbenkian, 1989.
- 14- Samuelson. P. A. & Nordhaus, W. D. (1994/1999, Economia, 14 edição/ 16 edição
- 15- Carvalho, GERALDES de. Lições de Introdução do Estado do Direito. 1º ano Jurídico de 1975, na Faculdade de Direito da Universidade de Lourenço Marques, 1975.
- 16- Gomes, Orlando. Introdução ao Estudo de Direito. 10. edição, Rio de Janeiro, Editora Forense, 1988.
- 17- Machado, J. Baptista. Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador. 4. reimpressão, Coimbra, Livraria Almedina, 1999.
- 18- Marques, José Dias. Noções Elementares do Direito Cível. 4. edição, Lisboa, 1970-1986.

- 19- Marques, José Dias. Introdução ao Estudo do Direito. Editora Danúbio, Lda.
- 20- Legislação: Constituição da República de Angola. Código Civil

Metodologia Investigação Científica

Unidade curricular: Metodologia Investigação Científica		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 1º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratoria l	Outra
Semestre: 1º						
Tipo: Semestral	4 UC	2 UC	1 UC	1 UC		

Objectivo Geral

- Desenhar a metodologia da investigação a seguir para a solução de um problema na área do conhecimento, tendo em conta os componentes do desenho da investigação científica.

Conteúdos Programáticos

Tema 1: A Ciência como forma da actividade humana.

1.1 Ciência. Definição.

1.2 Característica da Ciência.

1.3 Relação Ciência – Tecnologia – Sociedade.

1.4 Conhecimento e realidade.

1.5 Realidade objectiva e subjectiva

1.6 Formas do conhecimento:

1.7 Conhecimento empírico espontâneo. Conhecimento científico.

1.8 O texto científico. Características. A elaboração do texto científico. A escritura científica. Sistematização do conhecimento científico existente na elaboração do texto científico. O assentamento bibliográfico.

Tema 2: A Metodologia da Investigação Científica.

2.1 Metodologia da Investigação. Definição.

2.2 Investigação Científica. Definição.

2.3 Paradigmas da Investigação. Tipos de Investigação.

2.4 Etapas do processo de investigação científica: Planeamento; execução; o processamento e análise dos resultados; a confecção do informe final; a publicação dos resultados e a introdução de logros na prática social.

2.5 A Ética no processo da investigação científica.

Metodologia

A Disciplina é semestral. Tem um enfoque teórico – prático, pelo que na dosificação dos conteúdos deve se ter uma maior quantidade de actividades teórico práticas e práticas, que teóricas. Isto vai garantir que os estudantes, a partir da procura de um tema de pesquisa relacionado com a área de conhecimento, na medida que se apropriam dos conteúdos possam desenvolver uma investigação teórica em torno ao tema, para a sua apresentação no evento científico da instituição no segundo semestre com carácter avaliativo para a Disciplina. Deste estas perspectivas, resulta pertinente a utilização de métodos produtivos nas aulas que favoreçam o intercâmbio professor – aluno, aluno – aluno e aluno – turma, o que contribuirá a um melhor aprendizagem.

No **Tema 1** é de importância que os estudantes reconheçam a Ciência como forma da actividade humana que direcção o caminho da Sociedade e a Tecnologia, a partir da sistematização do conhecimento científico acumulado pela sociedade e a transformação do conhecimento empírico espontâneo em conhecimento científico mediante a aplicação dos métodos da investigação científica. Resulta necessário e determinante neste tema, o trabalho e

análise do texto científico e suas características, com ênfases nas formas de sistematização do conhecimento científico, a partir das teorias existentes em torno de um tema, onde se precisa analisar a utilização de citações textuais e o paráfraseo das citações, bem como o assentamento da bibliografia em ambos os casos.

No **Tema 2** deve-se fazer ênfases no paradigma qualitativo e quantitativo da investigação. De igual forma se deverá contextualizar os tipos de investigação ao curso onde se lecciona a Disciplina. Resulta de importância também o ênfases na ética do investigador e a ética do processo investigativo, incidindo nos temas que não resulta ético ser investigados.

Sistema Avaliação

A Disciplina Metodologia da Investigação é uma disciplina semestral.

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC)= $AC + PF_1 + PF_2 / 3$

Exame Final:(EF)

Nota Final: (NF)= $MAC * 40\% + EF * 60\%$

1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (7) valores

2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores

3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.

4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

Bibliografia

- 1- Marconi, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 6.ed. Rev. E ampl. São Paulo: Atlas, 2006.
- 2- MARCONI, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 5.ed. Rev. E ampl. São Paulo: Atlas, 2002.
- 3- Medeiros, João Bosco. Redacção científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- 4- Medeiros, João Bosco. Redacção científica: a prática de fichamentos. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- 5- Rudio, Franz Victor. Introdução ao projecto de pesquisa científica. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
- 6- Abrantes, Alexandre e outros (1989) – Manual de Métodos de Investigação em Saúde; Edições Especiais, Lisboa, APMCG – Associação Portuguesa dos Médicos de Clínica Geral. Ferguson, G. A. (1984), Statistical analysis in psychology and education. 5^a Ed. Singapore: McGrawHill – Hill International Book Company

Língua Portuguesa I

Unidade curricular: Língua Portuguesa		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 1º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 1º						
Tipo: Anual	4 UC	2 UC	1 UC	1 UC		

Objectivo Geral

Comunicar-se oral e escrita, visando um maior domínio da língua portuguesa em exercício de sua profissão

Conteúdos Programáticos

Tema 1. Aspectos Preliminares

- 1.1. Norma-padrão e desvio (variação)
- 1.2. Estatuto das Línguas
- 1.3. Emprego da maiúscula inicial
- 1.4. Translineação
- 1.5. Hifenização
- 1.6. Hifenização
- 1.7. Acentuação gráfica das palavras graves
- 1.8. A crase
- 1.9. Sintaxe funcional da vírgula
 - 1.9.1. Em síntese (apresentação de um trabalho sobre a pertinência do estudo feito)

Tema 2. Estudo da narrativa

- 2.1. Exploração das ideias no texto narrativo

- 2.1.1 Análise actancial
- 2.2. Leitura actancial da obra *O discurso do Mestre Tamoda*, de UanhengaXitu (trabalho individual)
- 2.3. Estudo do texto argumentativo
- 2.4. Acronímia e Braquissemia
- 2.5. Adjectivação pátria e gentílica
- 2.5.1. Adjectivação sintética
- 2.6. Sintaxe funcional dos pronomes pessoais
- 2.6.1. A pronominalização átona
- 2.6.2. Posição dos clíticos na frase
- 2.7. Selecção e encaixe dos pronomes relativos
- 2.7.1. A pronominalização relativa
- 2.8. Sintaxe das formas de tratamento
- 2.9. Em síntese

Tema 3. Textos administrativos

- 3.1. Requerimento
- 3.2. Acta
- 3.3. Curriculum vitae
- 3.4. Convite
- 3.5. Circular
- 3.6. Memorando
- 3.7. Relatório
- 3.8. Notícia
- 3.9. Texto científico
- 3.9.1. Citação bibliográfica
- 3.9.2. Em síntese

Tema 4. Modalidade e modo verbal: por uma análise funcional

- 4.1. Formas do imperativo

- 4.1.1. Imperativo negativo e afirmativo
- 4.2. Emprego obrigatório do conjuntivo
- 4.3. Sintaxe e semântica das construções perifrásticas
- 4.4. Sintaxe das formas de tratamento
- 4.5. Regência
- 4.5.1. Regência nominal e verbal
- 4.5.2. Em síntese

Tema 5. Técnicas de Redigir textos

- 5.1. Produção textual (exercícios)

Metodologia

As aulas serão dadas de acordo com os métodos actuais do ensino da Língua Portuguesa. Neste caso, não se fará a exposição dos temas programados, mas elaborados na sala de aula através da análise, descoberta e síntese.

No entanto, em função das especificidades que os estudantes podem apresentar ao longo das mesmas, haverá a necessidade de se variar a metodologia de ensino da língua e funcionamento do trabalho para o alcance de melhores resultados.

Sistema de Avaliação

A avaliação dos resultados obtidos do estudante é calculada pelas fórmulas subsequentes:

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC)= $AC + PF_1 + PF_2 / 3$

Exame Final: (EF)

Nota Final: (NF)= $MAC * 40\% + EF * 60\%$

- 1.-Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a Dez (10) valores
- 2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores
- 3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.
- 4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

Bibliografia

- 1- BOA VENTURA, Edivaldo M. Metodologia de pesquisa: Monografia, Dissertação, Teses. São Paulo. Atlas, 2003.
- 2- CUNHA, C. E CINTRA, L. Breve Gramatica do Portugues Conteporaneo. 14º ed. Lisboa, Sa da costa, 2001.
- 3- PRONTUARIO ORTOGRAFICO DE LINGUA PORTUGUESA. 47º ed., Lisboa. Editorial Noticias 2004.
- 4- SERAFINI, Maria Teresa. Saber Estudar e Aprender. Lisboa, Editorial Presença, 2001.
- 5- SOARES, M A. Como fazer um Resumo.2º edição, Lisboa. Editorial, Presença, 200
- 6- SERAFINI, Maria Teresa. Como se faz um trabalho escolar. Lisboa, Editorial Presença, 1996.

Historia das Ideias Politicas e Juridicas.

Unidade curricular: Historia das Ideias Politicas e Juridicas.		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 1º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 1º						
Tipo: Semestral	4 UC	2 UC	1 UC	1 UC		

Objectivo Geral

- Fundamentar a importância da História das Ideias Políticas e Jurídicas, como ferramenta indispensável para o estudante de direito e futuros juristas, no que tange aos principais pensamentos e história deste brilhante ramo do saber.

Conteúdos Programáticos

Tema 1. História das ideias políticas

1.1.1-Definição, objecto e métodos Ciências a fins

1.1.2- História das mentalidades e História da filosofia

1.2.1- História das ideias políticas e jurídicas na antiguidade

1.2.2- História das ideias políticas e jurídicas na Grécia e Roma

Tema 2.- Ideias políticas e jurídicas clássicas

2.1.1- Pensamento político e jurídico de Sócrates, Platão e Aristóteles

2.2.3- Pensamento político e jurídico de Péricles e Xenofonte

Metodologia

Modalidades, elementos, calendarização, ponderação, referir como decorrerão as aulas, por exemplo: exposições orais dos estudantes, discussão e reflexão dos temas, seminários, aulas práticas com casos mediáticos, trabalhos em grupo, investigação de casos, situações e problemas prático.

A disciplina é leccionada em:

- Aulas teóricas (conferências)
- Aulas teórico-práticas (seminários e exercícios)

As aulas são compostas de uma parte explosiva, onde são apresentados os conceitos fundamentais das diferentes matérias do programa juntamente com a demonstração dos principais resultados, pretendendo-se que os estudantes adquiram uma visão global dos temas abordados e suas interligações; uma componente prática, onde os estudantes aplicarão os conhecimentos adquiridos melhorando a sua compreensão das matérias leccionadas.

Sistema Específico de Avaliação

A avaliação dos resultados obtidos do estudante é calculada pelas fórmulas subsequentes:

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC)= $AC + PF_1 + PF_2 / 3$

Exame Final:(EF)

Nota Final: (NF)= $MAC * 40\% + EF * 60\%$

- 1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (07) valores.
- 2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores
- 3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.
- 4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

Bibliografia

- 1- Do Amaral, Diogo Freitas, História das ideias políticas, Lisboa, Almedina, 1ª ed, 2010.
 - 2- Caetano, Marcelo José das Neves Alves. História do Direito Português, Lisboa, Ed. Verbo 1981, V.1 – Fontes Direito Público – 1140-1495
 - 3- Cunha, Paulo Ferreira, Lições Preliminares de Filosofia *do Direito*, 2.ª edição, revista e actualizada, Coimbra, Almedina, 2002.
 - 4- Englisck, Karl. Introdução ao Pensamento Jurídico. 6.º Ed.(Tradução e Prefácio de João Baptista Machado, Lisboa, Fundação Caloustre Gulbenkian, 1983
 - 5- Justo. A. dos Santos, Nótulas de História do Pensamento Jurídico (História do Direito), Coimbra Editora, 2005
 - 6- Lima Lopes, José Reinaldo de. O Direito na História – Lições Introdutórias, 2.ª Edição revista, Max Limonad – S. Paulo 2002
- 1-
 - 2- Moncada, Luís Cabral, Filosofia do Direito e do estado, 2.ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1976
 - 3- -Nascimento, Walter Viera do . Lições de História do Direito, Revista e aumentada, 14.ª Ed. Forens

1º ANO

2º SEMESTRE - UNIDADES CURRICULARES

Metodologia Investigação Científica II

Unidade curricular: Metodologia Investigação Científica II		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 1º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 2º						
Tipo: Semestral	4 UC	2 UC	1 UC	1 UC		

Objectivo Geral

- Desenhar a metodologia da investigação a seguir para a solução de um problema na área do conhecimento, tendo em conta os componentes do desenho da investigação científica.

Conteúdos Programáticos

Tema 1: O desenho da investigação científica.

1.1.- Problema da investigação. Definição. Carácter objectivo – subjectivo do problema de investigação.

1.2.- Determinação do problema da investigação. Método para a determinação do problema de investigação: Métodos Teóricos. Métodos Empíricos. Os métodos próprios da Ciência na constatação do problema.

1.3.- Formulação do problema da investigação.

1.4.- Objecto da investigação.

1.5.- Objectivos da investigação: Objectivo Geral. Objectivos específicos.

1.6.-Tarefas da investigação. Relação Tarefas de investigação – Métodos de investigação científica.

1.7.- Hipóteses Científica. Definição. Características. Tipos de Hipóteses. Formulação de Hipóteses. Operacionalização das variáveis da hipótese da investigação.

Tema 2: Comunicação dos resultados da investigação.

2.1 O Informe da Investigação. Definição. Características. Finalidades.

2.2 Estrutura do informe de investigação científica.

2.3 O artigo científico. Estrutura.

2.4 O Cartel (Poster). Estrutura.

Metodologia

A Disciplina é semestral. Têm um enfoque teórico – prático, pelo que na dosificação dos conteúdos deve se ter uma maior quantidade de actividades teórico práticas e práticas, que teóricas. Isto vai garantir que os estudantes, a partir da procura de um tema de pesquisa relacionado com a área de conhecimento, na medida que se apropriam dos conteúdos possam desenvolver uma investigação teórica em torno ao tema, para a sua apresentação no evento científico da instituição no segundo semestre com carácter avaliativo para a Disciplina. Deste estas perspectivas, resulta pertinente a utilização de métodos produtivos nas aulas que favoreçam o intercâmbio professor – aluno, aluno – aluno e aluno – turma, o que contribuirá a um melhor aprendizagem.

No **Tema 1** se deverá fazer ênfases em como com a aplicação de métodos de investigação científica se logra determinar a contradição entre o estado real e desejado num objecto, o qual revela a existência de um problema de investigação. Nas actividades práticas se sugere que os alunos formulem um mesmo problema em forma descritivo e em forma de pergunta ou questionamento. O professor deverá trabalhar para ao finalizar o tema os alunos possam modelar o desenho da metodologia da investigação para um tema,

No **Tema 2** se deverá fazer ênfases nas diferentes vias de comunicar os resultados da investigação, oferecendo as características e estrutura de cada um deles. Se fará referência à monografia como forma que adopta o informe da investigação para culminação dos estudos universitários.

Sistema Específico de Avaliação

A Disciplina Metodologia da Investigação é uma disciplina Anual.

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: $(MAC) = AC + PF_1 + PF_2 / 3$

Exame Final:(EF)

Nota Final: $(NF) = MAC * 40\% + EF * 60\%$

- 1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a dez (10) valores
- 2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores
- 3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.

4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

Bibliografia

- 1- Marconi, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 6.ed. Rev. E ampl. São Paulo: Atlas, 2006.
- 2- MARCONI, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 5.ed. Rev. E ampl. São Paulo: Atlas, 2002.
- 3- Medeiros, João Bosco. Redacção científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- 4- Medeiros, João Bosco. Redacção científica: a prática de fichamentos. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- 5- Rudio, Franz Victor. Introdução ao projecto de pesquisa científica. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
- 6- Abrantes, Alexandre e outros (1989) – Manual de Métodos de Investigação em Saúde; Edições Especiais, Lisboa, APMCG – Associação Portuguesa dos Médicos de Clínica Geral.

Ciência Política e Direito Constitucional II

Unidade curricular: Ciência Política e Direito Constitucional II		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 1º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 2º						
Tipo: Semestral	4 UC	2 UC	1 UC	1 UC		

Objectivo Geral

Fundamentar a importância da Ciência Política e do Direito Constitucional, como ferramenta indispensável para o estudante de direito e futuros juristas

Conteúdos Programáticos

Tema 1.- Definição, Objecto e Características do Direito Constitucional.

- 1.1.- Direito público interno;
- 1.2.- Posição Hierárquico normativo superior;
- 1.3.- Auto- garantia (auto-primazia normativa);
- 1.4.- Flexibilidade e rigidez;

Tema 2.- Direito Constitucional e Ciências Afins

- 2.1.- Ciências Constitucionais;
- 2.2.- História Constitucional;

2.3.- Direito Constitucional;

2.4.- Política Constitucional;

2.5.- Teoria da Constituição.

Tema 3.- Ciências Afins do Direito Constitucional.

3.1.- Teoria Geral do Estado;

3.2.- Direito Administrativo;

3.3.- Direito Estatal;

3.4.- História das Ideias Políticas e Jurídicas

Tema 4.- Constituição: Definição, Sentido e Classificações.

4.1.- Constituição formal, Constituição material e Constituição Instrumental;

4.2.- Constituição escrita e Constituição não escrita ou costumeira;

4.3.- Constituição rígida e Constituição flexível;

4.4.- Constituição originário e Constituição derivada;

4.5.- Constituição estatutária, orgânica ou utilitária e Constituição e Constituição programática ou doutrinal;

4.6.- Constituição provisória ou pré - constituição e Constituição definitiva;

4.7.- Constituição real ou normativa e Constituição fictícia ou nominal.

Tema 5.- O Poder Constituinte.

5.1.- Noção, características e titularidades;

5.2.- Poder Constituinte originário e derivados;

5.3.- Limites do Poder Constituinte.

5.4.- Subsistência e modificações da Constituição. Reforma (revisão e transição) e Ruptura da Constituição.

5.5.- Legitimidade da Constituição (competências, procedimentos e consenso). Os Procedimentos constituintes (directo, indirecto e misto).

5.6.- O Poder Constituinte em Angola.

5.7.- Revisão da Constituição: iniciativa, regime e limites (materiais, formais circunstanciais e temporais)

5.8.- Proibição do referendo constitucional.

Tema 6.- O Estado

6.1.- Definição do Estado

6.2.- Fins e funções do Estado na constituição;

6.2.1.- Estado e figuras afins (Comunidade políticas não estaduais, Estado com capacidade jurídica limitada e Estados não soberanos);

6.2.2.- Estado e Nação;

6.3.- A organização horizontal (Administração Central e Local do Estado).

Tema 7. Organização do poder de Estado em Angola

7.1.- O Chefe de Estado e Titular do Poder Executivo (Presidente da República). Os poderes do PR.

7.2.- O Parlamento (Assembleia Nacional). Funções e competência da Assembleia Nacional;

7.3.- O Sistema Judicial:

7.4.- Os Tribunais. Sistema tendencialmente unificado de Justiça. O Tribunal Constitucional e Tribunal de Contas.

7.5.- Órgãos públicos independentes

Tema 8.- O Sistema de Governo da República de Angola

8.1.- Relações Presidente – Parlamento;

8.2.- Notas sobre a evolução histórica do sistema de Governo na República de Angola.

Tema 9.- Princípios Estruturantes do Estado Constitucional Democrático e de Direito na Teoria e na Constituição de Angola.

9.1.- Princípio do Estado de Direito, e discutir sobre a sociedade de justiça

9.2.- Estado Democrático de Direito.

9.3.- Pressupostos formais e materiais

9.4.- Os sub - princípios concretizadores do Estado de Direito.

9.5.- Princípio Democrático;

9.6.- Princípio Republicano;

9.7.- Princípio da Soberania Popular;

9.8.- Princípio da Supremacia da Constituição;

9.9.- Princípio da Separação de Poderes e interdependência dos órgãos de soberania;

9.10. Princípio da Unicidade do Estado;

9.11. Princípio do Pluralismo;

9.12. Princípio da Sociedade ou Justiça Social. A Democracia económica, social e cultural.

9.13. Princípio da Transparência, da Boa Governação e da Responsabilização Política.

Tema 10.- Os Direitos Fundamentais e a Excepção constitucional.

10.1.- Direitos e Liberdades fundamentais e o sistema de garantia na teoria e na constituição de Angola.

10.2.- Sistema e a função dos direitos fundamentais;

10.3.- Direitos e as liberdades fundamentais e os Direitos económicos, sociais e culturais;

10.4.- A Garantia e a protecção dos direitos fundamentais;

10.5.- A Excepção constitucional em Angola.

10.6.- Os “estados de excepção ” constitucional: o estado de guerra, o estado de sítio e o estado de emergência;

10.7.- A Problemática da suspensão do exercício dos direitos, liberdades e garantias;

10.8.- A Disciplina constitucional dos estados de necessidade.

Tema 11.- Garantia e Controlo da Constituição

11.1.- Sentido da garantia e controlo constitucional. Rigidez constitucional e revisão constitucional

11.2.- Meios e institutos de defesa da constituição. Garantias da constituição e garantia constitucional.

11.3.- Noção e tipos de inconstitucionalidade (Formal, material e orgânica) Inconstitucionalidade por acção e por omissão.

11.4.- Sistemas de fiscalização da constitucionalidade (controlo jurisdicional, controlo político e controlo misto). O controlo jurisdicional difuso e o controlo jurisdicional concentrado)

11.5.- Formas de controlo da constitucionalidade: A fiscalização preventiva e a fiscalização sucessiva (abstracta, directa, por acção ou em via principal e concentrada e concentrada, por excepção ou por via incidental);

11.6.- A fiscalização da inconstitucionalidade por omissão;

Metodologia

Modalidades, elementos, calendarização, ponderação, referir como decorrerão as aulas, por exemplo: exposições orais dos estudantes, discussão e reflexão dos temas, seminários, aulas práticas com casos mediáticos, trabalhos em grupo, investigação de casos, situações e problemas da prática.

A disciplina é leccionada em:

- Aulas teóricas (conferências)
- Aulas teórico-práticas (seminários e exercícios)

As aulas são compostas de uma parte explosiva, onde são apresentados os conceitos fundamentais das diferentes matérias do programa juntamente com a demonstração dos

principais resultados, pretendendo-se que os estudantes adquiram uma visão global dos temas abordados e suas interligações; uma componente prática, onde os estudantes aplicarão os conhecimentos adquiridos melhorando a sua compreensão das matérias leccionadas.

Sistema de Avaliação

A avaliação dos resultados obtidos do estudante é calculada pelas fórmulas subsequentes:

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: $(MAC) = AC + PF_1 + PF_2 / 3$

Exame Final:(EF)

Nota Final: $(NF) = MAC * 40\% + EF * 60\%$

- 1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (7) valores
- 2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores
- 3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.
- 4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

Bibliografia

- 1- Marcelo Rebelo de Sousa. Direito Constitucional I- Introdução a Teoria da Construção, Portugal
- 2- Araújo, Raul (2000). Os Sistemas de Governo de Transição democrática dos PALOP, Coimbra Editora;
- 3- Feijó, Carlos (2001). Problemas actuais de Direito Público angolano, Lisboa, Principia;
- 4- Canotilho, J.J Gomes (2003). Direito Constitucional e Teoria da Constituição, Coimbra, Almedina, 7ª edição.
- 5- Pasquino, Gianfranco, Curso de Ciência política, cascai principal, 2002
- 6- Correia, Adérito (1993). Direito Constitucional, Sumários desenvolvidos, Luanda, Faculdade de Direito da UAN (policopiado);
- 7- Correia, Adérito (2002). A Constituição Angolana, Temas e debates, Luanda, Faculdade de Direito da Universidade Católica de Angola;
- 8- Correia, Adérito (2002). Sistemas e Processos eleitorais (Coordenação), Luanda, Friedrich Ebert Stiftung I Universidade Católica de Angola
- 9- Araújo, Raul (2000). Os Sistemas de Governo de Transição democrática dos PALOP, Coimbra Editora;
- 10- Feijó, Carlos (2001). Problemas actuais de Direito Público angolano, Lisboa, Principia;
- 11- Canotilho, J.J Gomes (2003). Direito Constitucional e Teoria da Constituição, Coimbra, Almedina, 7ª edição
- 12- Miranda, Jorge (2004). Manual de Direito Constitucional, Lisboa, Coimbra Editora, 3ª Edição Tomos, I, II, III, IV, V e VI.
- 13- Moreira, Adriano (2006)). Ciência Política, Coimbra, Livraria Almedina.
- 14- Bastos, Fernando Loureiro (1999). Ciência Política-Guia de Estudo, Maputo, Livraria Universitária;
- 15- Marcelo Rebelo de Sousa. Direito Constitucional I- Introdução a Teoria da Construção, Portugal;
- 16- Maria Silva/Dora Alves: Noções de Direito Constitucional e Ciência Política, Rei dos Livros;
- 17- Caetano, Marcelo (1983), Manual de Ciência Política e Direito Constitucional, Coimbra;
- 18- Moreis, Alexandre (2004). Direito Constitucional, Brasil, Editora Atlas A L.David Araújo e V.Nunes Júnior (2004). Curso de Direito Constitucional, Brasil, Editora Saraiva;
- 19- Benevides, P (2001). Curso de Direito Constitucional, São Paulo.
- 20- Rene David. Os grandes sistemas do Direito Constitucional;
- 21- Hans Kelsen. Teoria do Direito e do Estado.
- 22- Georg Jellinek. Teoria Geral do Estado
- 23- Gomes Canotilho/Vital Moreira. Fundamentos da Constituição, Coimbra.

24- Jorge Miranda. Teoria do Estado e da Constituição.

História das Ideias Políticas e Jurídicas

Unidade curricular: História das Ideias Políticas e Jurídicas		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 1º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: IIº						
Tipo: Semestral	4 UC	2 UC	1 UC	1 UC		

Objectivo Geral

- Fundamentar a importância da História das Ideias Políticas e Jurídicas, como ferramenta indispensável para o estudante de direito e futuros juristas, no que tange aos principais pensamentos e história deste brilhante ramo do saber.

Conteúdos Programáticos

Tema 1.- As concepções cristãs

1.1.- Cícero

1.2 - Santo Agostinho

1.3 – S. Tomás de Aquino

1.4- Os pensamentos jurídicos gregos, romano e medieval – o direito natural.

1.5 - O pensamento jurídico-político do Iluminismo

1.6- O positivismo jurídico, de Ihering a Heck, Redbruch á Max- Weber e Kelsen

Tema 2.- Idade moderna

2.1- Maquiavel, Erasmo

2.2- Toma Morus, Martinho Lutero

2.2.1.- Jaime, Jean Bondin

2.3- Hobbes, Francisco Suarez

Metodologia

Modalidades, elementos, calendarização, ponderação, referir como decorrerão as aulas, por exemplo: exposições orais dos estudantes, discussão e reflexão dos temas, seminários, aulas práticas com casos mediáticos, trabalhos em grupo, investigação de casos, situações e problemas prático.

A disciplina é leccionada em:

- Aulas teóricas (conferências)
- Aulas teórico-práticas (seminários e exercícios)

As aulas são compostas de uma parte explosiva, onde são apresentados os conceitos fundamentais das diferentes matérias do programa juntamente com a demonstração dos principais resultados, pretendendo-se que os estudantes adquiram uma visão global dos temas abordados e suas interligações; uma componente prática, onde os estudantes aplicarão os conhecimentos adquiridos melhorando a sua compreensão das matérias leccionadas.

Sistema Específico de Avaliação

A avaliação dos resultados obtidos do estudante é calculada pelas fórmulas subsequentes:

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: $(MAC) = AC + PF_1 + PF_2 / 3$

Exame Final: (EF)

Nota Final: $(NF) = MAC * 40\% + EF * 60\%$

1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (07) valores.

2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores

3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.

4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

Bibliografia

- 1 Do Amaral, Diogo Freitas, História das ideias políticas, Lisboa, Almedina, 1ª ed, 2010.
- 2 Caetano, Marcelo José das Neves Alves. História do Direito Português, Lisboa, Ed. Verbo 1981, V.1 – Fontes Direito Público – 1140-1495
- 3 Cunha, Paulo Ferreira, Lições Preliminares de Filosofia *do Direito*, 2.ª edição, revista e actualizada, Coimbra, Almedina, 2002.
- 4 Englisck, Karl. Introdução ao Pensamento Juridico. 6.º Ed.(Tradução e Prefácio de João Baptista Machado, Lisboa, Fundação Caloustre Gulbenkian, 1983
- 5 Justo. A. dos Santos, Nótulas de História do Pensamento Jurídico (História do Direito), Coimbra Editora, 2005
- 6 Lima Lopes, José Reinaldo de. O Direito na História – Lições Introdutórias, 2.ª Edição revista, Max Limonad – S. Paulo 2002
- 7 Moncada, Luís Cabral, Filosofia do Direito e do estado, 2.ª edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1976
- 8 -Nascimento, Walter Viera do . Lições de História do Direito, Revista e aumentada, 14.ª Ed. Forens

Introdução ao Estudo do Direito II

Unidade curricular : Introdução ao Estudo do Direito II		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 1º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratoria l	Outra
Semestre: 2º						
Tipo: Semestral	4 UC	2 UC	1 UC	1 UC		

Objectivo Geral

Aplicando os conceitos fundamentais do direito moderno a nível da legislação, utilizando normas da sociedade, para os agentes sociais e sujeitos de direito.

Conteúdos Programáticos

Tema 1.- A Sociedade, Poder e o Direito

1.1.- O homem e sociedade

1.2.- A natureza social do homem

1.3.- Direito e sociedade

1.3.1.- Sociedade e fins comuns

1.3.2.- Fins comuns, durabilidade e Direito

1.4.- Noções e funções de ordem e Instituições sociais

1.4.1.- Necessidades das instituições sociais

Tema 2.- Fundamento do Direito

2.1.- O problema do Direito

2.2.- A solução jusnaturalista.

2.2.1.- Jusnaturalismo transcendente

2.2.2.- Jusnaturalismo greco-romano

2.2.3.- Jusnaturalismo medieval

2.3.-O Direito natural

2.3.1.- Concepções

2.3.2.- Escola espanhola do Direito do Direito Natural

2.4.- Ciência do Direito

2.4.1.- Metodologia jurídica

2.4.2.-Pensamento jurídico romano

2.4.3.- Pensamento jurídico medieval

2.4.4.-Pensamento jurídico moderno

2.5.-Escola da exegese

Tema 3.- Fins do Direito

3.1.- Considerações gerais da justiça

3.1.1.- Elementos lógicos da justiça

3.1.2.- Modalidades da Justiça

3.2.- Equidade

3.3.- Segurança jurídica

3.3.1.- Relação entre a justiça e a segurança jurídica

Tema 4.- Ordens normativas

4.1.- Preliminares

4.2.- Ordem religiosa

4.3.- Ordem moral

4.4.- Ordem de trato social

4.5.- Ordem jurídica

Tema 5.- Direito e Poder Político

5.1.- Sociedade, interesses, conflitos de interesse e poder

5.2.- Poder de influência e poder de injunção

5.3.- Poder político

5.3.1.- Poder político e coercibilidade material

5.3.2.- Poder político e conflitos de interesses

5.3.3.- Poder político e legitimidade de título e de exercício

5.4.- O papel central do estado

Tema 6.- Fontes do Direito

6.1.- Caracterização das fontes de Direito

6.2.- Classificação das fontes de Direito

6.3.- A lei

6.4.- Hierarquia

6.5.- Normas corporativas

6.6.- Jurisprudência

6.7.- Doutrina

6.8.- Costume

Tema 7.- Ordem Jurídica e Sentidos do Direito

7.1.- Direito público, noção e natureza

7.2.- Direito privado, noção e natureza

7.2.1.- Modalidades

7.3.- Direito objectivo

7.4.- Direito subjectivo em sentido estrito ou propriamente dito

7.5.- Direito potestativo

7.5.1.- Classificação

Tema 8.- Nação, Estado e Território

8.1- Definição de Nação

8.2- Origem e estrutura do Estado

8.2.1.- Funções do Estado

8.3.- Relação Estado - Direito

8.3.1.- O estado de Direito

Metodologia

A disciplina está estruturada em conferências, classes práticas e seminários, nas conferências e classes práticas têm como principal objectivo a vinculação dos temas da disciplina com os fenómenos económicos que ocorrem a nível da sociedade, utilizando modelos, gráficos e representações que permitam ao aluno uma motivação pela disciplina e por o curso que estuda em particular, os seminários estão destinados a aprofundar nos conhecimentos e desenvolver habilidades na revisão bibliográfica, de resumo e comparação criteriosa sobre diferentes teorias e fenómenos que sustentam o conhecimento, dando os primeiros passos para a investigação científica e criando bases conceptuais para disciplinas posteriores.

Sistema de Avaliação

A avaliação dos resultados obtidos do estudante é calculada pelas fórmulas subsequentes:

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC)= $AC + PF_1 + PF_2 / 3$

Exame Final:(EF)

Nota Final: (NF)= $MAC * 40\% + EF * 60\%$

- 1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (07) valores.
- 2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores
- 3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.
- 4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

Bibliografia

- 1- Barros, Alice. Curso de Direito do trabalho. 5. ed. São Paulo: LTR, 2009.
- 2- MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do trabalho. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- 3- Camargos, Ana Amelia Mascarenhas. Direito do Trabalho no terceiro sector. 2011.
- 4- Gomes, Orlando e Elson Gottschalk. Curso de Direito do Trabalho. Editora Forense.2004
- 5- Martins, Sergio Pinto. Direito do Trabalho. Editora Atlas. Sússekind, Arnaldo, Délio Maranhão, Segadas Vianna e Lima Teixeira. 2007
- 6- Santo, Justo, introdução ao estudo de direito. 6ª ed. Cuimbra editora
- 7- Marcelo, Rebelo de Sousa, introdução ao estudo de direito. Ed. Universidade de Lisboa
- 8- Carlos Alberto, Burity da Silva. Teoria geral do direito civil. Luanda, 2004
- 9- Instituições de Direito do Trabalho. Editora LTR. Nascimento, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho. Editora Saraiva. 2008.
- 10- Russomano, Mozart Victor. Curso de Direito do Trabalho. Editora Juruá. Sússekind, Arnaldo. Direito do Trabalho.2009.
- 11- Gusmão, Paulo Dourado de Gusmão. Introdução ao Estudo do Direito. 36. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- 12- Montoro, André Franco. Introdução à Ciência do Direito. 26. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

Latim

Disciplina: Latim		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 1º	Carga Horária	Teóricas	Teórico – Prática	Práticas	Prática	Outra
Semestre: 2º					Laboratoria l	
Tipo: Semestral	60 UC	30 UC	15 UC	15 UC		

Objectivo Geral

Aperfeiçoar e aprofundar os conhecimentos morfo-sintáctico-históricos da língua portuguesa.

Conteúdos Programáticos

Tema 1: Histórico da Língua Latina

- 1.1 Alfabeto latino
- 1.2 Elemento da gramática básica latina
- 1.3 Conjugação dos verbos regulares latinos.
- 1.4 Tabela das declinações em latim
- 1.5 Relação entre o latim e o português
- 1.6 Brocardos e silogismo jurídico;
- 1.7 Interpretação dos brocardos relativamente aos dispostos artigos (CC, CPC, CP, CPP, CRA...)

Tema 2: História externa da língua portuguesa.

- 2.1 O latim e as línguas neolatinas;
- 2.2 A formação de Portugal
- 2.3 Fases da língua portuguesa; línguas.

Tema 3: História interna da língua portuguesa.

- 3.1 A perda da declinação; outras mudanças morfológicas
- 3.2 O alfabeto; as vogais; consoantes surdas e sonoras
- 3.3 Novas consoantes

- 3.4 Perda de fonemas finais
- 3.5 Queda de consoantes intervocálicas
- 3.6 As consoantes escritas
- 3.7 A formação do léxico português.

Tema 4: O português e as línguas africanas: Portugal e África.

- 4.1 Os falares crioulos; a escravidão no Angola; a separação dos escravos;
- 4.2 Línguas gerais de base africana; línguas africanas “vivas”.
- 4.3 A formação do português angolano: a implantação do português no Angola; as mesclas lingüísticas na história do Angola.
- 4.4 A formação da realidade lingüística angolana; a questão da língua nacional; a tese da unidade na diversidade
- 4.5 -A evolução do português de Angola; fatores externos da evolução; fatores internos da evolução.

Tema 5: Características do português no Angola.

- 5.1 Variantes do português do Angola; variantes regionais;
- 5.2 A concordância no português do Angola;
- 5.3 O tratamento; o sistema pronominal;
- 5.4 Diferenças entre o português de Angola e o de Portugal; outras diferenças fonológicas; o vocabulário.
- 5.5 O português entre as línguas do mundo: a importância da escrita; as línguas de cultura; países de língua portuguesa.

Metodologia

A disciplina é leccionada em:

- Aulas teóricas (conferências)
- Aulas teórico-práticas (seminários e exercícios)

As aulas são compostas de uma parte explosiva, onde são apresentados os conceitos fundamentais das diferentes matérias do programa juntamente com a demonstração dos principais resultados, pretendendo-se que os estudantes adquiram uma visão global dos temas abordados e suas interligações; uma componente prática, onde os estudantes aplicarão os conhecimentos adquiridos melhorando a sua compreensão das matérias leccionadas.

Sistema Avaliação

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC) = $AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final:(EF)

Nota Final: (NF)= $MAC * 40\% + EF * 60\%$

- 1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (7) valores
- 2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores
- 3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.
- 4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

Bibliografia

- 1 Obra Principal Adotada: Rodrigues, Dárcio R. M. e Madeira, Hélcio M. F., Introdução ao Latim Jurídico - Lucerna Iuris, São Paulo, Quartier Latin, 2005
2. Bechara, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. Ed. Lucerna. 2001.
3. Coutinho, ismael de lima. Gramática histórica.
4. Faraco, Moura & Maruxo. Gramática. Ed. Ática- 2006
5. Sebenta de Língua latina
6. Manual do latim
7. Gramáticas latinas
8. Dicionários latino
9. Platão & Fiorin. Para entender o texto: leitura e redação. Ed. Ática.
10. _____. Lições de texto: leitura e redação. Ed. Ática. 2001
11. Bearzoti, Paulo. Formação Lingüística do Brasil. Ed. Nova Didática. Curitiba. 2002.
12. Manual de Silogismo e Brocardos Jurídici

Língua Portuguesa II

Unidade curricular: Língua Portuguesa II		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 1º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratoria l	Outra
Semestre: 2º						
Tipo: Anual	4 UC	2 UC	1 UC	1 UC		

Objectivo Geral

Comunicar-se oral e escrita, visando um maior domínio da língua portuguesa em exercício de sua profissão

Conteúdos Programáticos

Tema 1. - Aspectos Preliminares

1.1. Norma-padrão e desvio (variação)

1.2. Estatuto das Línguas

1.2.1 Nacional

1.2.2. Oficial

1.2.3. Estrangeira vs segunda

1.2.4. Materna

1.2.5. Viva vs morta

1.3. As dicotomias

1.3.1. Linguagem e Língua

1.3.2. Discurso e fala

1.3.3. Dialectos e sociolectos

Tema 2. – Escrita e Ortografia

2.1. Emprego da maiúscula inicial

2.2. Translineação vs divisão silábica

2.3 Hifenização

2.4. Acentuação gráfica das palavras

2.5. A crase

2.6. Paronímia

2.6.1. Sinonímia

2.6.2. Homonímia

2.6.3. Homofonia

2.6.4. Homografia

2.6. Sintaxe funcional da vírgula e do ponto e vírgula

Tema 3. – Morfologia e sintaxe

3.1. Processos de concordância

3.1.1. Formas de tratamento

3.1.1.1. Formal

3.1.1.2. Informal

3.1.2. Regência

3.2.1. Regência nominal

3.2.2. Regência verbal

3.3. Estudo dos modos verbais

3.3.1. Conjuntivo

3.3.2. Imperativo negativo e afirmativo

Tema 4. – Estudo dos pronomes pessoais

4.1. Pronominalização

4.1.1. Átona

4.1.2. Relativa

Metodologia

As aulas serão dadas de acordo com os métodos actuais do ensino da Língua Portuguesa. Neste caso, não se fará a exposição dos temas programados, mas elaborados na sala de aula através da análise, descoberta e síntese.

No entanto, em função das especificidades que os estudantes podem apresentar ao longo das mesmas, haverá a necessidade de se variar a metodologia de ensino da língua e funcionamento do trabalho para o alcance de melhores resultados.

A disciplina é leccionada em:

- Aulas teóricas (conferências)
- Aulas teórico-práticas (seminários e exercícios)

As aulas são compostas de uma parte explosiva, onde são apresentados os conceitos fundamentais das diferentes matérias do programa juntamente com a demonstração dos principais resultados, pretendendo-se que os estudantes adquiram uma visão global dos temas abordados e suas interligações; uma componente prática, onde os estudantes aplicarão os conhecimentos adquiridos melhorando a sua compreensão das matérias leccionadas.

Sistema de Avaliação

A avaliação dos resultados obtidos do estudante é calculada pelas fórmulas subsequentes:

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: $(MAC) = AC + PF_1 + PF_2 / 3$

Exame Final:(EF)

Nota Final: $(NF) = MAC * 40\% + EF * 60\%$

1-. Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (07) valores.

- 2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores
- 3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.
- 4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

Bibliografia

- 1- Boa Ventura, Edivaldo M. Metodologia de pesquisa: Monografia, Dissertação, Teses. São Paulo. Atlas, 2003.
- 2- Cunha, C. E Cintra, L. Breve Gramática do Português Contemporâneo. 14º ed. Lisboa, Sa da Costa, 2001
- 3- Prontuário Ortográfico de Língua Portuguesa. 47º ed., Lisboa. Editorial Notícias 2004.
- 4- Sampaio, J. e McIntyre, B. Colloquial Portuguese-the complete course for beginners. 2º ed. London and New York, 2002.
- 5- Serafini, Maria Teresa. Saber Estudar e Aprender. Lisboa, Editorial Presença, 2001
- 6- Soares, M A. Como fazer um Resumo. 2ª edição, Lisboa. Editorial, Presença, 2004.
- 7- Serafini, Maria Teresa. Como se faz um trabalho escolar. Lisboa, Editorial Presença, 1996
- 8- Dias, D., Cordas, J. E Mota, M. Em Português Claro. Porto editor, 2006.
- 9- Filho, D'Silvas. Prontuário, Erros Corrigidos de Português. Coleção Universal, Texto Editora, 4ª ed. Atualizada, Lisboa, 2006
- 10- Jucquois, Gui. Redacção e Composição. Lisboa. Editorial Presença, 1998.
- 11- Luft, Celso Pedro. Dicionário Prático de Regência Nominal. São PAULO. Ática, 2002.
- 12- MARQUES, A. L. Motivar a escrita: Um guia para professores. Lisboa, 2003.

2º ANO

1º SEMESTRE - UNIDADES CURRICULARES

Semiótica e Linguística de Termos Jurídicos

Unidade curricular: Semiótica e Linguística de Termos Jurídicos		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 1º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 2º						
Tipo: Semestral	5 UC	2 UC	2 UC	1 UC		

OBJECTIVO GERAL

Compreender o panorama dos estudos da Semiótica e Linguagem no que concerne as noções em termos jurídicos.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Tema 1: Introdução à Semiótica

1.1 Da linguística à semiologia.

1.2 Semiologia e semiótica.

1.3. Sintaxe, semântica e pragmática.

Tema 2: O signo e a significação

2.1. Introdução.

2.2. A tradição bipolar da semiótica.

2.3. A tradição triádica da semiótica.

2.4 O percurso gerativo da semiótica.

2.5 A estrutura originária da significância - diferença, referência, comunicabilidade.

2.6. A teoria geral da significância - ver, conceber, comunicar.

Tema 3: O discurso e a produção do sentido.

3.1 Introdução.

3.2 O texto como discurso fixado pela escrita.

3.3 O discurso como estrutura figurativa.

3.4 A nova teoria do texto.

3.5 O policiamento interno e externo do discurso.

3.6 A génese social do sentido.

3.7 O discurso é uma estrutura estruturada.

3.8 O discurso é uma estrutura estruturante.

3.9 O campo linguístico e o poder simbólico.

Tema 4: A enunciação e a racionalidade da linguagem humana.

4.1 Introdução (a discursificação e a enunciação).

4.2 Austin e Searle e os actos de fala.

4.3 A teoria argumentativa do discurso.

4.4 A pragmática universal e a semiótica transcendental.

4.5 A retórica problematológica.

Tema 5: Introdução à Linguística

5.1 A construção da cientificidade nos estudos da linguagem:

5.1.1 O problema da constituição dos objectos em Linguística;

5.1.2 Os estudos filosóficos, filológicos e historicistas.

5.2 O estruturalismo linguístico e o problema do significado:

5.2.1 As dicotomias saussurianas e a noção de valor linguístico;

5.2.2 Linguística da Língua / Linguística da Fala;

5.3 Benveniste e a enunciação;

5.4 A visão bakhtiniana sobre a linguagem;

5.5 O corte saussuriano: uma releitura de Michel Pêcheux.

METODOLOGIA

Ao leccionar esta disciplina o docente deve privilegiar a resolução de casos práticos espelhando a realidade angolana e sempre que possível, as aulas expositivas devem ser acompanhadas de exemplos práticos da realidade angolana.

É indispensável o estudo das Legislação angolana sobre finanças públicas, impostos, orçamento e fiscalidade, pelo que o seu estudo no curso de Direito é muito importante e sua abordagem é obrigatória. Neste sentido, deve-se promover seminários e debates sobre matérias legislativas de natureza financeira pública e fiscal, analisando suas fragilidades, pontos fortes, e propondo melhorias.

Aulas teóricas: Exposição e análise dos conteúdos programáticos

Aulas práticas: exposição complementar das aulas teóricas, discussão da matéria sumariada e resolução de casos práticos.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC)= $AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final:(EF)

Nota Final: (NF)= $MAC * 40\% + EF * 60\%$

1-. Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (07) valores.

2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores.

3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.

4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

BIBLIOGRAFIA

- 1- Campos, Maria Luíza de A. Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói: EdUFF, 2001. 133 p.
- 2- Cintra, Anna Maria Marques. Para entender as linguagens documentárias, 2. ed, ver. e ampl. São. Paulo: Polis, 1994. 92 p.
- 3- Cunha, Isabel Maria R. Ferin. Do mito à análise documentária. São Paulo: Edusp, 1990. 163 p. (Teses; 11).
- 4- Dodebei, Vera Lúcia Doyle. Tesouro: linguagem de representação da memória documentária. Niterói: Intertexto, 2002. 119 p.
- 5- _____. Problemas de linguística geral II. Trad.: M. G. Novak; M. L. Neri. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.
- 6- Ducrot, O. O dizer e o dito. Trad.: E. Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.
- 7- Bakhtin, M. (Volochnikov). Marxismo e filosofia da linguagem. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.
- 8- Bakhtin, M. Estética da criação verbal. Trad.: M. E. G. G. Pereira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- 9- Benveniste, E. Problemas de linguística geral II. Campinas: Pontes, 1989.
- 10- Fiorin, J. L. (org.). Introdução à Linguística. São Paulo: Contexto, 2003 (v. 1 e 2).
- 11- Foucault, M. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução: Salma T. Muchail – 8ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- 12- Oliveira, Roberta Pires de. Semântica. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, A. (orgs.) Introdução à Linguística: domínios e fronteiras - vol. 2. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. pp. 1746.

- 13- Pêcheux, M.; Haroche, C.; Henry, P. "A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem,
- 14- Discurso." In: Baronas, R. L. *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção conceito deformação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007. Pp. 13-30.
- 15- Pêcheux, M. "Sobre as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção". In: . *Semântica e discurso: uma crítica da afirmação do óbvio*. 4.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009. Pp. 129-136.
- 16- Pêcheux, M. "Ideologia, Interpelação, 'Efeito Munchhausen'". In: . *Semântica e discurso: uma crítica da afirmação do óbvio*. 4.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009. Pp. 137-144.

Finanças Públicas

Unidade curricular: Finanças Públicas		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 2º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 1º						
Tipo: Semestral	5 UC	2 UC	2 UC	1 UC		

OBJECTIVO GERAL

Fornecer aos estudantes noções elementares sobre finanças públicas e direito

Fiscal para a resolução de casos práticos.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Tema 1: Finanças Públicas

1.1 Direito Positivo e Ciência do Direito

1.2 Conceito e Objecto do Direito Tributário

1.3 Autonomia Científica das finanças públicas

Tema 2: Introdução à realidade financeira

2.1 O fenómeno financeiro

2.1.1 Factos e Normas

2.3 Orçamento geral do estado

2.3.1 Noção, âmbito

2.3.2 Funções e regras do orçamento

2.3.3 Preparação e aprovação do orçamento

2.3.4 Execução do orçamento

2.3.5 Fiscalização do orçamento e da conta

2.4 Instrumentos das finanças públicas

2.4.1 As despesas públicas

2.4.2 As receitas públicas

MÉTODOLOGIA

Ao leccionar esta disciplina o docente deve privilegiar a resolução de casos práticos espelhando a realidade angolana e sempre que possível, as aulas expositivas devem ser acompanhadas de exemplos práticos da realidade angolana.

É indispensável o estudo das Legislação angolana sobre finanças públicas, impostos, orçamento e fiscalidade, pelo que o seu estudo no curso de Direito é muito importante e sua abordagem é obrigatória. Neste sentido, deve-se promover seminários e debates sobre matérias legislativas de natureza financeira pública e fiscal, analisando suas fragilidades, pontos fortes, e propondo melhorias.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC) = $AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final: (EF)

Nota Final: (NF) = $MAC * 40\% + EF * 60\%$

1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (7) valores

2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores

3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.

4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

BIBLIOGRÁFIAS

- 1- Giacomoni, James. Orçamento público. São Paulo: Atlas, 1998; Giambiagi, Fábio e Além, Ana Cláudia; Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil. 2 ed. X: Editora Campus, 2000. A,
- 2- Texeir António Braz. Finanças Públicas e Direito Financeiro. Coimbra, 1992.
- 3- Finanças do Sector Público. Introdução aos sub-sectores institucionais. Lisboa, 1991.
- 4- Rezende, Fernando, Finanças Públicas. São Paulo: Atlas, 2006.
- 5- Kohama, Heilio. Contabilidade Pública: teoria e prática. São Paulo. Atlas 1999
- 6- Watanabe, Marta e Christovão Daniela. Guia Económico de Valor de Tributos. São Paulo: Editora Globo, 2002.
- 7- Franco, António L. Sousa. Finanças Públicas e Direito Financeiro. 4. edição, Coimbra 1995.
- 8- SILVA, Armindo Neves. Matemática das Finanças. Vol.I. Constituição da Republica de Angola

Direitos Fundamentais

Unidade curricular: Direitos Fundamentais		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 2º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 1º						
Tipo: Semestral	5 UC	2 UC	2 UC	1 UC		

OBJECTIVO GERAL

Fornecer o conhecimento do sujeito, objecto, estrutura e enquadramento legal dos direitos subjectivos das pessoas para o gozo pleno dos direitos fundamentais de que sejam titulares em relação ao estado e à pessoa jurídica.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Tema 1: Direitos Fundamentais

1.1 Sentido, conceitos afins e categorias

1.2 O Sistema de Direitos Fundamentais na Constituição Angolana

1.3 Regime Comum dos Direitos Fundamentais

Tema 2: A Protecção Jurídica Interna

2.1 Regime Específico dos Direitos, Liberdades e Garantias

2.2 Regime Específico dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais

2,3 O sistema da Organização das Nações Unidas

2.4 O Sistema da União Africana

Tema 3: Direitos de personalidade

3.1 Direitos Fundamentais de Comunicação Social

3.2 Liberdade de reunião e de manifestação

3.3 Liberdade de associação

3.4 Liberdade de consciência, de religião e de culto

3.5 Direitos Económicos, sociais e culturais

METODOLOGIA

Os conteúdos da disciplina de Direitos Fundamentais serão leccionados em aulas teóricas e teórico-práticas recorrendo-se aos métodos expositivo, participativo e palestras. Serão promovidas e estimuladas as apresentações de temas nas aulas teórico-práticas, a participação em painéis de discussão ou mesas redondas, além dos trabalhos individuais e em grupo.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC) = $AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final: (EF)

Nota Final: (NF) = $MAC * 40\% + EF * 60\%$

1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (7) valores

2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores

3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.

4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

BIBLIOGRAFIA

- 1- Andrade, José Carlos Vieira de. Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976. 2. ed. Coimbra, 2001.
- 2- Canotilho, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 7. ed. Coimbra, 2004.
- 3- Gouveia, J. B. Manual de Direito Constitucional. Almedina, 1955-2005.

Complementaria:

- 1- Miranda, Jorge. Direitos Fundamentais, Introdução Geral. Lisboa, 1999.

_____ Manual de Direito Constitucional, IV, 3. ed., Coimbra, 2000.

Direito Público Internacional

Unidade curricular: Direito Público Internacional		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 2º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 1º						
Tipo: Semestral	5 UC	2 UC	2 UC	1 UC		

OBJECTIVO GERAL

Identificar, interpretar e aplicar adequadamente os instrumentos jurídicos internacionais, assim como enquadrar juridicamente os factos jurídico-políticos internacionais.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Tema 1: As fontes do direito internacional

- 1.1 Considerações gerais
- 1.2 O costume
- 1.3 Os tratados internacionais
- 1.4 Os princípios gerais de direito
- 1.5 Os actos jurídicos unilaterais. Outras fontes

Tema 2 : Os sujeitos de Direito Internacional

- 2.1 Noção, classificação
- 2.2 O reconhecimento
- 2.3 O Estado soberano
- 2. 4 Outros sujeitos de base territorial
- 2.5 Outros sujeitos sem base territorial, em especial o indivíduo.

Tema 3: Os espaço terrestre, aéreo e marítimo

3.1 O território e a fronteira

3.2 Conceito, delimitação e regime jurídico do espaço aéreo

3.3 Os espaços marítimos., em particular os de interesse internacional

Tema 4: Os Conflitos internacionais

4.1 Noção, tipos e meios de solução

4.2 As operações de paz das Nações Unidas

4.3 A intervenção humanitária

Tema 5: Responsabilidade Internacional

5.1 As Organizações Internacionais

5.2 Conceito, evolução e classificação

5.3 A Organização das Nações Unidas

5.4 Algumas organizações internacionais

METODOLOGIA

Os conteúdos da disciplina de Direito Internacional Público serão leccionados em aulas teóricas e teórico-práticas recorrendo-se aos métodos expositivo, participativo e palestras. Serão promovidas e estimuladas as apresentações de temas nas aulas teórico-práticas, a participação em painéis de discussão ou mesas redondas, além dos trabalhos individuais e em grupo.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC)= $AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final: (EF)

Nota Final: (NF)= $MAC * 40\% + EF * 60\%$

1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (7) valores

2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores

3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.

4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

BIBLIOGRAFIA

- 1- Albino, A. Lições de Direito Internacional Público. 4. ed. Coimbra Editora Lda., 1988. CUNHA. J.
- 2- Direito Internacional Público; Introdução e Fontes. 5. ed. Coimbra, Almedina, 1991. Jorge Bacelar Gouveia.
- 3- Manual de Direito Internacional Público. 3ª edição. Coimbra. Editora Almedina: 2008 Miranda, Jorge. Curso de Direito Internacional
- 4- Dupuy. R. Direito Internacional. Coimbra, Almedina, 1993.
- 5- Duggard, J. International Law: South African Perspective. 2· Edition, Juta, 2000.
- 6- Martins, Margarida Salema d'Oliveira / Martins, Afonso d'Oliveira. Direito das Organizações Internacionais, vol. I e II. 2ª edição Lisboa. Editora AAFDL. 1996
- 7- Jónatas Machado. Direito internacional – do paradigma clássico ao pós 11 de Setembro 3ª edição. Coimbra.2006

Direito Administrativo I

Unidade curricular: Direito Administrativo I		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 2º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 1º					1	
Tipo: Anual	5 UC	2 UC	2 UC	1 UC		

OBJECTIVO GERAL

Interpretação e aplicação das normas relativas a acção da Administração Pública do país.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Tema 1: Administração Pública

- 1.1. Conceito. As necessidades colectivas
- 1.2. Os vários sentidos da expressão "administração pública"
- 1.3. A Administração Pública em sentido orgânico
- 1.4. A administração pública em sentido material
- 1.5. A administração pública e a administração privada
- 1.6. A administração pública e as funções do Estado
- 1.7. Evolução Histórica da Administração Pública
 - 1.7.1. O Período Colonial
 - 1.7.2. O Pós Independência
- 1.8. Os Sistemas Administrativos
 - 1.8.1. Sistema administrativo tradicional
 - 1.8.2. Sistema administrativo de tipo britânico
 - 1.8.3. Sistema administrativo de tipo francês
 - 1.8.4. Confronto entre os sistemas de tipo britânico e de tipo francês

Tema 2: O Direito Administrativo

2.1. Introdução. Subordinação da Administração Pública ao Direito

- 2.1.1- Noção de Direito Administrativo
- 2.1.2- O Direito Administrativo como direito público
- 2.1.3- Tipos de normas administrativa
- 2.1.4- Actividade de gestão pública e de gestão privada
- 2.1.5- Natureza do Direito Administrativo. Função do Direito Administrativo
- 2.1.6- Caracterização genérica do Direito Administrativo
- 2.1.7- Traços específicos do Direito Administrativo
- 2.1.8- Ramos do Direito Administrativo
- 2.1.9- Fronteiras do Direito Administrativo
- 2.1.10- A Ciência do Direito Administrativo e a Ciência da Administração

Tema 3: A Organização Administrativa Angolana

- 3.1. A administração central do Estado
- 3.2. O Estado
 - 3.2.1. Várias acepções da palavra Estado
 - 3.2.2. O Estado como pessoa colectiva
 - 3.2.3. Espécies de administração do Estado Administração directa do Estado
 - 3.2.4. Atribuições do Estado
 - 3.2.5. Órgãos do Estado
- 3.3. O Governo
 - 3.3.1. Principais funções do Governo
 - 3.3.2. A competência do Governo e o seu exercício
 - 3.3.3. A estrutura do Governo
 - 3.3.4. O funcionamento do Governo
 - 3.3.5. O Conselho de Ministros
- 3.4. A composição do Governo e os Ministérios
 - 3.4.1. A Presidência do Conselho
 - 3.4.2. Os ministérios

Tema 4: A Estrutura Interna dos Ministérios Cíveis

- 4.1. Modelos de estruturação interna dos ministérios cíveis
 - 4.1.1. A administração estadual periférica
 - 4.1.2. Conceito e espécies
- 4.2. A Administração Local do Estado
 - 4.2.1. A divisão do território

- 4.2.2. As províncias
 - 4.2.3. O Governador da Província
- 4.3. A Administração Estadual Indirecta
 - 4.3.1. Conceito e espécies
- 4.4 Os Institutos Públicos
 - 4.4.1 Conceito. Regime jurídico. Espécies
 - 4.4.2 Natureza jurídica dos institutos públicos

Tema 5: As Empresas Públicas

- 5.1. Introdução
- 5.2. O sector empresarial do Estado
- 5.3. Conceito de empresa pública
- 5.4. Motivos da criação de empresas públicas
- 5.5. Espécies de empresas públicas
- 5.6. Regime jurídico das empresas públicas
 - 5.6.1 A Administração Autónoma
 - 5.6.2 Conceito e espécies

Tema 8: A Associações Públicas

- 8.1 .Definição. Espécies. As ordens profissionais
- 8.2 Regime jurídico. Natureza jurídica
- 8.3 Estado desconcentrado
- 8.4 O Municipio
 - 8.4.1 Conceito
 - 8.4.2 Criação, modificação e extinção.
 - 8.4.3 Fronteiras, designação, categoria e símbolos
 - 8.4.4 Classificação. Atribuições
 - 8.4.5 Órgãos. Serviços municipais e serviços municipalizado
 - 8.4.6 Finanças Locais
- 8.5 A Comuna
 - 8.5.1 Conceito
 - 8.5.2 Criação e classificação
 - 8.5.3 Atribuições
- 8.6 AS Instituições particulares de interesse público
 - 8.6.1 Em geral

8.6.2 Conceito

8.6.3 Espécies

METODOLOGIA

O ensino e aprendizagem assentarão nos métodos participativos (seminários, trabalhos individuais e em grupo, etc) onde o estudante estará no centro do processo. As aulas teóricas e práticas serão equilibradas, isto é, 50% para cada actividade.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC) = $AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final: (EF)

Nota Final: (NF) = $MAC * 40\% + EF * 60\%$

- 1-. Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (10) valores.
- 2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores
- 3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.
- 4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

BIBLIOGRAFIA

- 1- Caupers J. Introdução ao Direito administrativo. 6.^aEdição, Âncora editora, 2001.
- 2- Cistac, C. Curso do Direito Administrativo de Moçambique: lições policopiadas. 1997/2011.
- 3- Cretella JÚNIOR J. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro, Ed. Forense, 2002.
- 4- Afonso Queiró, Lições de Direito Administrativo, 2.^a edição, Coimbra, 1976
- 5- Diogo Freitas do Amaral, Curso de Direito Administrativo, vol. I, (3.^a ed., 2006, Vol. II (2.^a ed. 2001), Almedina, Coimbra.
- 6- João Caupers, Introdução ao Direito Administrativo, 8.^a ed., Editora Âncora, Lisboa, 2005.
- 7- José Eduardo Figueiredo Dias/Fernanda Paula Oliveira, NOÇÕES Fundamentais de Direito Administrativo, Coimbra, 2005.
- 8- Marcello Caetano, Manual de Direito Administrativo, Coimbra, I Volume, 10.^a edição, 1980 (reimpressão) e II volume, 9.^a edição
- 9- Marcelo Rebelo De Sousa, Lições de Direito Administrativo, vol. I, Lex Edições, Lisboa, 1999.
- 10- Marcelo Rebelo De Sousa/André Salgado De Matos, Direito Administrativo Geral, tomo i, 2004, Tomo III, 2007, Dom Quixote, Lisboa.
- 11- Rogério E. Soares, Direito Administrativo, UCP, s.d., Porto, (policop.).
- 12- Rebelo de Sousa M. Lições de Direito Administrativo I. Lisboa 1994/95.
- 13- Rivero J. Direito Administrativo. Coimbra, Livraria Almedina, 1981.
- 14- Sousa A.F. de. Fundamentos históricos de Direito Administrativo. Lisboa, Ed. Editores, 1995.
- 15- Amaral D.F. do. Curso de direito administrativo. 2. Ed. , Coimbra, Almedina, 1988 – 199
- 16- Bandeira de Mello C.A. Elementos de Direito Administrativo. São Paulo, 1981.
- 17- Caetano M. Manual de Direito Administrativo. 10 ed. 2 Vol. Livraria Almedina, Coimbra - 1990;

Teoria Geral do Direito Civil I

Unidade curricular: Teoria Geral do Direito Civil I		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 2º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 1º						
Tipo: Semestral	5 UC	2 UC	2 UC	1 UC		

Objectivos Geral

Aprofundar o conhecimento da terminologia jurídica fundamental, e cujo o conhecimento é igualmente importante para outros ramos de Direito.

Conteúdos Programáticos

Tema 1: Conceito de Direito

- 1.1 Direito Objectivo e subjectivo
 - 1.1.1 Público e privado.
 - 1.1.2 Direito e moral.

Tema 2: Lei de Introdução ao Direito Civil

- 2.1 Conceito de lei, classificação, sua urgência, seu conhecimento, aplicação, interpretação, sua eficácia no tempo e no espaço;
- 2.2 Outras fontes de direito

Tema ,Das Pessoas

- 3.1 Pessoa Natural (início e fim, ocorrência, incapacidade, protecção dos incapazes, maioridade, emancipação).
- 3.2 Pessoa Jurídica (conceito, classificação, requisitos, capacidade, responsabilidade, extinção).
- 3.3 Direitos da Personalidade (conceito, fundamento, protecção).
- 3.4 Domicílio (conceito, espécies).

Tema 4: Bens

4.1 Conceito e classificação

4.2- Bens considerados em si mesmos, bens reciprocamente considerados, bens públicos e particulares, bens no comércio e fora do comércio, bem de família.

4.3- Património (conceito e conteúdos).

Tema 5: Factos jurídicos

5.1 Fatos jurídicos. Conceito e classificação

5.3 Fatos jurídicos e actos jurídicos

5.3 Negócios jurídicos. Representação

5.4 Modalidades (condição, termo e encargo) – o Defeitos o Invalidade.

5.5 Actos lícitos e actos ilícitos

5.6 Prescrição e decadência

5.7 Forma e prova dos negócios jurídicos

Metodologia

Tratando-se de uma cadeira nuclear, deve-se privilegiar o recurso a casos práticos relacionados com o dia-a-dia dos angolanos para melhor absorção dos conceitos teóricos, assim como aulas expositivas complementadas pela interacção entre estudantes e realização de trabalhos em grupo.

Sistema de Avaliação

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC)= $AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final:(EF)

Nota Final: (NF)= $MAC * 40\% + EF * 60\%$

- 1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (7) valores
- 2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores
- 3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.
- 4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

Bibliografia

- 1- Ascensão, José de Oliveira. O Direito, Introdução e Teoria Geral, na perspectiva Luso-Brasileira. 4. edição, Lisboa, Editorial Verbo, 1987.
- 2- _____.O Direito, Introdução e Teoria Geral. 11. Edição, Coimbra, Almedina.de Andrade, Manuel, A. Domingos. Teoria Geral da Relação jurídica. Coimbra, Almedina, Vol , 11978.
- 3- Ferraz, Tércio Sampaio Jr. Teoria da Norma Jurídica. 2. edição, Rio de Janeiro, Forense , 1986.
- 4- Fernandes, Carvalho. Teoria Geral do Direito Civil. Lisboa, AAFDL, Vol 1, 2, 1983. LIMA, João F. Curso de Direito Civil Brasileiro I (Introdução e parte Geral). 7. edição, Rio de Janeiro, Forense, 1984.
- 5- Marques, José Dias. Noções Elementares do Direito Cível. 4. edição, Lisboa, 19701986.
- 6- Mendes, João de C astro. Teoria Geral do Direito Civil., Lisboa, AAFDL, Vol 1, 1978.
- 7- Pereira, Manuel de Sousa Domingos das Neves. Introdução ao Direito às Obrigações. Coimbra, Almedina.
- 8- Pinto, Carlos A. da Mota. *Teoria Geral do Direito Civil*. 3ª Ed actualizada, Lisboa, 1994.
- 9- Pires de Lima, Fernando Andrade e outros. *Código Civil* (não Anotado) de 1966.
- 10- Prata, Ana. Dicionário Jurídico, última Edição, Almedina Coimbra.
- 11- Vasconcelos, Arnaldo. Teoria da Norma Jurídica. Rio de Janeiro, Forense, 1986.

2º ANO

2º SEMESTRE- UNIDADES CURRICULARES

Teoria Geral do Direito Civil II

Unidade curricular: Teoria Geral do Direito Civil II		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 2º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 2º						
Tipo: Semestral	5 UC	2 UC	2 UC	1 UC		

OBJECTIVO GERAL

Explicar dos principais conceitos, princípios, institutos e figuras jurídicas que são comuns à todo o Direito Privado, e cujo o conhecimento é igualmente importante para outros ramos de Direito.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Tema 1: Lei de introdução ao código civil

1.1 Definição de Direito.

1.1.1- Direito Objectivo e subjectivo

1.1.2- Público e privado.

1.1.3- Direito e moral.

1.1 Definição de lei

1.2 Classificação, sua urgência, seu conhecimento, sua aplicação, sua interpretação, sua eficácia no tempo e no espaço.

1.3 Outras fontes de direito

1.4 Das pessoas.

1.4.1-Pessoa Natural (início e fim, ocorrência, incapacidade, protecção dos . incapazes, maioridade, emancipação).

1.4.2 Pessoa Jurídica (conceito, classificação, requisitos, capacidade, responsabilidade, extinção).

1.5 Direitos da Personalidade (conceito, fundamento, protecção).

1.6 Domicílio (conceito, espécies).

Tema 2: BENS (conceito e classificação).

2.1 Bens considerados em si mesmos bens reciprocamente considerados, bens públicos e particulares, bens no comércio e fora do comércio, bem de família.

2.2 Património (conceito e conteúdos).

Tema 3: Fatos Jurídicos

2.3 Conceito e classificação: Fatos jurídicos e actos jurídicos

2.4 Negócios jurídicos. Representação

2.5 Modalidades (condição, termo e encargo)

2.6 Defeitos o Invalidade.

2.7 Actos lícitos e actos ilícitos

2.8 Prescrição e decadência

2.9 Forma e Prova dos Negócios Jurídicos

METODOLOGIA

Tratando-se de uma cadeira nuclear, deve-se privilegiar o recurso a casos práticos relacionados com o dia-a-dia dos angolanos para melhor absorção dos conceitos teóricos, assim como aulas expositivas complementadas pela interacção entre estudantes e realização de trabalhos em grupo.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC) = $AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final: (EF)

Nota Final: (NF)= MAC*40% + EF*60%

1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (07) valores

2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores

3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.

4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

BIBLIOGRAFIA

- 1- Ascensão, José de Oliveira. O Direito, Introdução e Teoria Geral, na perspectiva Luso-Brasileira. 4. edição, Lisboa, Editorial Verbo, 1987.
- 2- _____.O Direito, Introdução e Teoria Geral. 11. Edição, Coimbra, Almedina.DE Andrade, Manuel, A. Domingos. Teoria Geral da Relação jurídica. Coimbra, Almedina, Vol , 11978
- 3- Ferraz, Tércio Sampaio Jr. Teoria da Norma Jurídica. 2. edição, Rio de Janeiro, Forense , 1986.
- 4- Fernandes, Carvalho.Teoria Geral do Direito Civil. Lisboa, AAFDL, Vol 1, 2, 1983.LIMA, João F. Curso de Direito Civil Brasileiro I (Introdução e parte Geral). 7. edição, Rio de Janeiro, Forense, 1984.
- 5- Marques, José Dias. Noções Elementares do Direito Cível. 4. edição, Lisboa, 19701986.
- 6- Mendes, João de C astro. Teoria Geral do Direito Civil., Lisboa, AAFDL, Vol 1, 1978.
- 7- Pereira, Manuel de Sousa Domingos das Neves. Introdução ao Direito às Obrigações. Coimbra, Almedina.
- 8- Pinto, Carlos A. da Mota. Teoria Geral do Direito Civil. 3ª Ed actualizada, Lisboa, 1994.
- 9- Pires de Lima, Fernando Andrade e outros. Código Civil (Não Anotado) de 1966.
- 10- Prata, Ana. Dicionário Jurídico.última Edição, Almedina Coimbra.
- 11- Vasconcelos, Arnaldo. Teoria da Norma Jurídica. Rio de Janeiro, Forense, 1986.

DIREITO FISCAL

Unidade curricular: DIREITO FISCAL		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 2º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 2º						
Tipo: Semestral	5 UC	2 UC	2 UC	1 UC		

OBJECTIVOS GERAL

Aplicar da teoria Direito Fiscal para a resolução de casos práticos, no caso vertente de Angola

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Tema 1: Objecto e Âmbito do Direito Fiscal

1.1 Direito Financeiro Direito Tributário e Direito Fiscal

1.1.2 Impostos

1.1.3 Figuras Afins

1.1.4 Sistema Fiscal

1.2 Algumas Classificações de Impostos

1.3 Teoria Geral do Direito Fiscal

Tema 2: As Fontes do Direito Fiscal

2.1 A natureza Fiscal do Estado Angolano

2.2 As Convenções Internacionais

2.3 As Leis, Regulamentos e Costumes

2.4 Referência ao Direito Penal Fiscal

2.4 Conceito e Objecto do Direito Tributário

2.5 Orçamento geral do estado

2.6 Noção, âmbito, funções e regras do orçamento

2.7 Preparação e aprovação do orçamento

2.8 Execução do orçamento

2.9 Fiscalização do orçamento e da conta

METODOLOGIA

Ao leccionar esta disciplina o docente deve privilegiar a resolução de casos práticos espelhando a realidade angolana e sempre que possível, as aulas expositivas devem ser acompanhadas de exemplos práticos da realidade angolana.

É indispensável o estudo das Legislação angolana sobre impostos, orçamento e fiscalidade, pelo que o seu estudo no curso de Direito é muito importante e sua abordagem é obrigatória. Neste sentido, deve-se promover seminários e debates sobre matérias legislativas de natureza fiscal, analisando suas fragilidades, pontos fortes, e propondo melhorias.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC)= $AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final:(EF)

Nota Final: (NF)= $MAC * 40\% + EF * 60\%$

1-. Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (7) valores

2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores

3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.

4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

BIBLIOGRAFIA

- 1- Nabais, José Caslta. Direito Fiscal. 4. Edição, 2006.
- 2- FRANCO, António L. Sousa. Finanças Públicas e Direito Financeiro. 4. Edição, Coimbra 1995.
- 3- SILVA, Armindo Neves. Matemática das Finanças. Vol.I. Constituição da Republica de Angol
- 4- Casalta Nabais, J. DIREITO FISCAL (Coimbra, 2007)
- 5- Rocha, Joaquim F., LIÇÕES DE PROCEDIMENTO E PROCESSO TRIBUTÁRIO (Coimbra, 2008)
- 6- Cruz, Rui, Direito Fiscal – Luanda
- 7- Saldanha Sanches, J.L., A Quantificação da Obrigação Tributária - Deveres de Cooperação, Autoavaliação e Avaliação Administrativa (Lisboa, 1995)
- 8- Soares Martinez, Pedro, Direito Fiscal (Coimbra, 1994)

Direito Financeiro

Unidade curricular : Direito Financeiro		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 2º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre 2º						
Tipo: Semestral	5 UC	2 UC	2 UC	1 UC		

OBJECTIVO GERAL

Fornecer aos estudantes noções elementares sobre Direito Financeiro para a resolução de casos práticos.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Tema 1: INTRODUÇÃO

- 1.1. Actividade financeira
- 1.2. Finanças públicas e finanças privadas
- 1.3. Ciência das finanças e direito financeiro

Tema 2: O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO

- 1.4. Noção e funções do orçamento
- 1.5. Princípios e regras do orçamento em geral
- 1.6. A lei 9/97: aspectos particulares
- 1.7. O equilíbrio orçamental: enquadramento jurídico nacional
- 1.8. Regras de organização do orçamento angolano
- 1.9. Classificação e estrutura das despesas orçamentais angolanas

- 1.10. O tribunal de contas angolano
- 1.11. As despesas sociais angolanas
- 1.12. Os gestores orçamentais angolanos
- 1.13. Regras de execução das despesas em Angola
- 1.14. O orçamento programa

Tema 3: AS DESPESAS PÚBLICAS

- 3.1. Noções e tipologia
- 3.2. O aumento das despesas Públicas
- 3.3. O efeito económico das despesas públicas
- 3.4. O Decreto 7/96- regime de realização das despesas públicas
- 3.5. A despesa de investimento público em Angola (Decreto nº 120/03)

Tema 4: AS RECEITAS PÚBLICAS

- 4.1. Noção, proveniência
- 4.2. Importância
- 4.3. Modalidades
- 4.4. Os sistemas fiscais

METODOLOGIA

Ao leccionar esta disciplina o docente deve privilegiar a resolução de casos práticos espelhando a realidade angolana e sempre que possível, as aulas expositivas devem ser acompanhadas de exemplos práticos da realidade angolana.

É indispensável o estudo das Legislação angolana sobre finanças públicas, impostos, orçamento e fiscalidade, pelo que o seu estudo no curso de Direito é muito importante e sua abordagem é obrigatória. Neste sentido, deve-se promover seminários e debates sobre matérias

legislativas de natureza financeira pública e fiscal, analisando suas fragilidades, pontos fortes, e propondo melhorias.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC) = $AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final: (EF)

Nota Final: (NF) = $MAC * 40\% + EF * 60\%$

1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a se (07) valores

2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores

3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.

4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

BIBLIOGRAFIA

1- A. Sousa Franco, Finanças Públicas e Direito Financeiro

2- Fernando Paiva, Finanças Públicas e Direito Financeiro

3- J. J. Teixeira Ribeiro, Lições de Finanças Públicas

4- Elisa Rangel, Finanças Públicas e Direito Financeiro

5- M. Alves da Rocha, Finanças Públicas

Direito Integral Regional

Unidade curricular: Direito Integral Regional		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 2º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 2º						
Tipo: Semestral	5 UC	2 UC	2 UC	1 UC		

OBJECTIVO GERAL

Aplicar os processos de Integração Regional na SADC, assente nas questões jurídicas suscitadas pelo processo.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Tema 1: Teoria geral da integração

- 1.1- Blocos económicos no mundo contemporâneo
- 1.2- Globalização e regionalização na economia mundial.
- 1.3- O controlo internacional dos processos de integração.

Tema 2: OMC, Direito Comunitário e Direito Comercial.

- 2.1- Conceito e características, relações com o Direito Internacional Público e com o direito interno.
- 2.2- A recepção das normas produzidas na UE e no mundo no direito interno.
- 2.3- Sistema de solução de controvérsias e força executória.
- 2.4- Integração latino-americana e africana.
- 2.5- SADC: histórico da integração. Estrutura institucional.
- 2.6- Outros blocos regionais.

METODOLOGIA

O ensino e aprendizagem assentam nos métodos participativos (seminários, trabalhos individuais e em grupo, etc) onde o estudo está no centro do processo. As aulas teóricas e práticas serão equilibradas, isto é, 50% para cada actividade.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes,

trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: $(MAC) = AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final: (EF)

Nota Final: $(NF) = MAC * 40\% + EF * 60\%$

1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (7) valores

2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores

3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.

4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

BIBLIOGRAFIA

- 1- Alves, Jorge de Jesus Ferreira. Lições de Direito Comunitário. Coimbra: Coimbra Editora, 1992
- 2- Balassa, Bela. Teoria da integração económica. Lisboa: LCE, 1992.
- 3- Herz, Mónica e Hoffmann, Andréa Ribeiro. Organizações Internacionais. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004
- 4- Pereira, Ana Cristina Paulo. Direito institucional e material do Mercosul. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2001.
- 5- Seitenfus, Ricardo Manual das Organizações Internacionais. Porto Alegre: Livraria Do Advogado, 1998

Direito Administrativo II

Unidade curricular: Direito Administrativo II		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 2º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 2º						
Tipo: Semestral	5 UC	2 UC	2 UC	1 UC		

OBJECTIVO GERAL

Interpretação e aplicação das normas relativas a acção da Administração Pública do país.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Tema 1: Elementos da organização administrativa

1.1. Introdução. Teoria geral da organização administrativa

1.1.1- A organização administrativa

1.2. As pessoas colectivas

1.2.1- Conceito

1.2.2. Espécies

1.2.3. Regime jurídico

1.2.4- Órgãos. Os órgãos colegiais em especial

1.2.6- Competências

1.3. Os serviços públicos

1.3.1. Conceito. Espécies

1.3.2 Regime jurídico

1.3.3 Organização dos serviços públicos

1.3.4 A hierarquia administrativa

1.4. Sistemas de organização administrativa

1.4.1. Concentração e desconcentração

1.4.2. Conceito

1.4.3. Vantagens e inconvenientes

1.4.4. Espécies de desconcentração

1.4.5. A delegação de poderes

1.5. Centralização e descentralização

1.5.1. Conceito

1.5.2. Vantagens e inconvenientes

1.5.3. Espécies

1.5.4. Limites da descentralização

1. 5.5. A tutela administrativa

1.6. Integração e devolução de poderes

1.6.1. Conceito

1.6.2. Vantagens e inconvenientes

1.6.3. Regime jurídico

1.6.4. Superintendência

Tema 2: Poder administrativo

1.1 Conceitos fundamentais

1.1.1. O poder administrativo

1.1.2. O princípio da separação dos poderes

1.1.3. O poder administrativo

- 1.1.4. Manifestações do poder administrativo
- 1.1.5. Corolários do poder administrativo
- 2.2 Princípios constitucionais sobre o poder administrativo
 - 2.2.1. Enumeração
 - 2.2.2. O princípio da prossecução do interesse público
 - 2.2.3. O poder discricionário da Administração
 - 2.2.4. Controle do exercício do poder discricionário
- 2.3. O Exercício do poder administrativo
 - 2.3.1. Introdução
 - 2.3.2. Modos de exercício do poder administrativo
- 2.4. O Regulamento Administrativo
 - 2.4.1. Noção
 - 2.4.2. Espécies
 - 2.4.3. Distinção entre regulamento e lei
 - 2.4.4. Distinção entre regulamento e acto administrativo
 - 2.4.5. Fundamentação do poder regulamentar
- 2.5. Limites do poder regulamentar
 - 2.5.1. Competência e forma
 - 2.5.2. Publicação
 - 2.5.3. Vigência

Tema 3. O Acto administrativo

- 3.1. Definição, Natureza e Estrutura
 - 3.1.1. Conceito
 - 3.1.2. O problema dos chamados actos colectivos, plurais e gerais

3.2. A importância do acto administrativo no estudo do Direito Administrativo

3.2.1 Características do acto administrativo

3.2.2 Estrutura do acto administrativo

3.2.3 Elementos, requisitos e pressupostos

3.3. Espécies

3.3.1. Tipologia dos actos administrativos

3.3.2. Os actos impositivos

3.3.3. Os actos permissivos

3.3.4. Os meros actos administrativos

3.3.5. Os actos secundários

3.3.6. Classificação dos actos administrativos

- o Actos de execução instantânea e actos de execução continuada
- o Actos positivos e actos negativos
- o Actos declarativos e actos constitutivos

Tema 4: O Procedimento administrativo

4.1. Noção.

4.1.1 Objectivos da regulamentação jurídica do procedimento administrativo

4.1.2. A codificação das normas reguladoras do procedimento administrativo

4.1.3. Princípios fundamentais do procedimento administrativo

4.1.4. Espécies de procedimento

4.1.5. O procedimento decisório de 1º grau

4.2 O Acto Definitivo e Executório

4.2.1. Actos definitivos e executórios

4.2.2 Actos definitivos e não definitivos

- 4.2.3. A definitividade material
- 4.2.4. A definitividade horizontal
- 4.2.5. A definitividade vertical
- 4.2.6. O princípio da tripla definitividade
- 4.2.7. Actos executórios
- 4.2.8. Articulação entre as duas classificações
- 4.3 Validade e Eficácia do acto Administrativo
 - 4.3.1. Noção de validade e eficácia
 - 4.3.2. Requisitos de validade
 - 4.3.3. A forma
 - 4.3.4. O acto tácito
 - 4.3.5. Requisitos de eficácia
- 4.4 A Invalidade do Acto Administrativo
 - 4.4.1. Introdução
 - 4.4.2. A ilegalidade do acto administrativo
 - 4.4.3. Os vícios do acto administrativo
 - 4.4.4. Outras fontes de invalidade
 - 4.4.5. Âmbito de aplicação da nulidade e da anulabilidade
 - 4.4.6. Cumulação de formas de invalidade
 - 4.4.7. Correspondência entre vícios e formas de invalidade
 - 4.4.8. A sanção dos actos administrativos ilegais
- 4.5 Extinção e Modificação do Acto Administrativo
 - 4.5.1. A extinção do acto administrativo em geral
 - 4.5.2 Regime de revogabilidade dos actos administrativos

4.6. O Contrato Administrativo

4.6.1. Conceito

4.6.2. Espécies

4.7 Regime Jurídico

4.8 Garantias dos Particulares

4.8.1. As garantias em geral e as garantias administrativas em especial

4.8.2. Conceito e tipos

4.8.3. As garantias petitórias

4.8.4. As garantias impugnatórias

4.8.5. A reclamação

4.8.6. O recurso hierárquico

4.8.7. O recurso hierárquico impróprio

4.8.8. O recurso tutelar

METODOLOGIA

O ensino e aprendizagem assentará nos métodos participativos (seminários, trabalhos individuais e em grupo, etc.) onde o estudante estará no centro do processo. As aulas teóricas e práticas serão equilibradas, isto é, 50% para cada actividade.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC)= $AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final:(EF)

Nota Final: (NF)= MAC*40% + EF*60%

- 1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (07) valores.
- 2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores
- 3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.
- 4.-Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

BIBLIOGRAFIA

- 1- Afonso Queiró, Lições de Direito Administrativo, 2ª edição, Coimbra, 1976
- 2- Diogo Freitas do Amaral, CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO, VOL. I, (3.ª ed., 2006, Vol. II (2.ª ed. 2001), Almedina, Coimbra.
- 3- João Caupers, INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO, 8.ª ed., Editora Âncora, Lisboa, 2005.
- 4- José Eduardo Figueiredo Dias/Fernanda Paula Oliveira, NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE DIREITO ADMINISTRATIVO, Coimbra, 2005.
- 5- Marcello Caetano, Manual de Direito Administrativo, Coimbra, I Volume, 10ª edição, 1980 (reimpressão) e II volume, 9ª edição
- 6- Marcelo Rebelo De Sousa, LIÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO, VOL. I, Lex Edições, Lisboa, 1999.
- 7- Marcelo Rebelo De Sousa/André Salgado De Matos, DirEITO ADMINISTRATIVO GERAL, TOMO I, 2004, Tomo III, 2007, Dom Quixote, Lisboa.
- 8- Rogério E. Soares, Direito Administrativo, UCP, s.d., Porto, (policop.).
- 9- Bandeira de Mello C.A. Elementos de Direito Administrativo. São Paulo, 1981.
- 10- Caetano M. Manual de Direito Administrativo. 10 ed. 2 Vol. Livraria Almedina, Coimbra – 1990.

- 11- Caupers J. Introdução ao Direito administrativo. 6.^aEdição, Âncora editora, 2001.
- 12- Cistac, C. Curso do Direito Administrativo de Moçambique: lições policopiadas. 1997/2011.
- 13- Cretella Júnior J. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro, Ed. Forense, 2002.
- 14- Cretella Júnior J. Direito Administrativo Brasileiro. 2.^a ed., Rio de Janeiro, Forense, 2002. Rebelo de Sousa M. Lições de Direito Administrativo I. Lisboa 1994/95.
- 15- Rivero J. Direito Administrativo. Coimbra, Livraria Almedina, 1981.
- 16- Sousa A.F. de. Fundamentos históricos de Direito Administrativo. Lisboa, Ed. Editores, 1995.
- 17- Amaral D.F. do. Curso de direito administrativo. 2. Ed. , Coimbra, Almedina, 1988 – 1996 .

Direito do Urbanismo e Ambiente

Unidade curricular: Direito do Urbanismo e Ambiente		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 2º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 2º						
Tipo: Semestral	5 UC	2 UC	2 UC	1 UC		

OBJECTIVOS GERAL

Aplicar a legislação ambiental no ordenamento jurídico angolano

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Tema 1: Breve Introdução ao Direito

1.1 Aproximação ao conceito de Direito

1.2 Ramos do Direito

1.3 Fontes do Direito

1.4 Noções Fundamentais de Direito Administrativo

Tema 2: Direito do Urbanismo e Direito do Ambiente

2.1 Delimitação do Direito do Urbanismo e do Direito do Ambiente

2.1.1 Direito do Urbanismo e Direito do Ambiente, entre complementaridade e autonomia

2.1.2 A Administração Pública do Urbanismo e do Ambiente

2.2 Direito do Urbanismo

2.2.1 Introdução. Características do Direito do Urbanismo

2.2.2 Princípios constitucionais do Direito do Urbanismo

2.3 O Direito dos Instrumentos de Gestão Territorial – análise do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

2.4 Direito do Ambiente

2.4.1 Introdução. Características do Direito do Ambiente

2.4.2. Princípios constitucionais do Direito do Ambiente

2.4.3 Os instrumentos da política ambiental – em destaque, o Procedimento de Avaliação de Impacto Ambiental.

2.5 Reabilitação Urbana, Estética e Centros Históricos o Labilidade conceptual

2.6 O Direito Urbanístico e a estética.

2.6.1 Da ética da concepção à beleza da forma

2.6.2 A delicadeza jurídica dos juízos estéticos.

2.6.3 A tutela dos centros históricos

METODOLOGIA

Os conteúdos da disciplina de Direito do Urbanismo e Ambiente serão leccionados em aulas teóricas e teórico-práticas recorrendo-se aos métodos expositivo, participativo e palestras. Serão promovidas e estimuladas as apresentações de temas nas aulas teórico-práticas, a participação em painéis de discussão ou mesas redondas, além dos trabalhos individuais e em grupo.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC)= AC+ PF1+ PF2 /3

Exame Final:(EF)

Nota Final: (NF)= MAC*40% + EF*60%

1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (7) valores

2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores

3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.

4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

BIBLIOGRAFIA

- 1- Correia, Fernando A. O Plano Urbanístico e o Princípio da Igualdade. Almedina, Coimbra, 1997.
- 2- Amaral, Diogo F. Opções Políticas e Ideológicas subjacentes à legislação Urbanística. in Direito do Urbanismo, Lisboa, INA, 1989.
- 3- AubY, Jean-Bernard. Droit de l' Urbanismeet de la Construction. Paris, Montchrestien, 1987.
- 4- AA. VV.; A Tutela Jurídica do Meio Ambiente. Presente e Futuro, Coimbra, 2005.
- 5- Aragão Maria Alexandra de Sousa; O princípio do poluidor
- 6- D. F. Amaral (2004), Manual de Introdução ao Direito, Vol. I, Almedina, Coimbra
- 7- F.Correia (2008), Manual de Direito do Urbanismo, Vol. I, 4.^a ed., Almedina, Coimbra
- 8- AA.VV. Direito do Urbanismo (coord. Freitas do Amaral), I.N.A., Oeiras, 1989
- 9- AA. VV. Direito do Ambiente (coord. Freitas do Amaral e Marta Tavares), INA, Oeiras, 1994
- 10- AA. VV. A Execução dos Planos Directores Municipais, A.P.D.U., Coimbra, 1998
- 11- C. A. Gomes (2012) Introdução ao Direito do Ambiente, AAFDL, Lisboa
- 12- 31/2014, de 30 de maio), in e pública, Revista Electrónica de Direito Público (número especial), n.º 2

3º ANO

1º SEMESTRE - UNIDADES CURRICULARES

Direito das Obrigações I

Unidade curricular: Direito das Obrigações I		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 3º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 1º						
Tipo: Anual	5 UC	2 UC	2 UC	1 UC		

OBJECTIVOS GERAIS

Identificar os principais institutos do e sua diferença com os demais ramos de Direito Privado.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Tema 1: Introdução a estudo do Direito das Obrigações

- 1.1 Definição de obrigação
- 1.2 Estrutura da obrigação
 - 1.2.1 Os sujeitos da obrigação
 - 1.2.2 A prestação e suas principais modalidades
 - 1.2.3 O direito à prestação e o dever de prestar
- 1.3 A garantia da obrigação
 - 1.3.1 A relação obrigacional complexa
 - 1.3.2 Natureza jurídica da obrigação
 - 1.3.3 A função da obrigação
 - 1.3.4 As obrigações naturais
 - 1.3.5 Direitos de crédito e direitos reais
 - 1.3.6 A doutrina da eficácia externa das obrigações

Tema 2: Fontes das Obrigações

- 2.1 Sistematização

- 2.2 Contratos
 - 2.2.1 Negócios jurídicos unilaterais
 - 2.2.2 Contrato-promessa
 - 2.2.3 Pacto de preferência
 - 2.2.4 Contrato a favor de terceiro
 - 2.2.5 Contrato para pessoa a nomear
- 2.3 Gestão de negócios
- 2.4 Enriquecimento sem causa
- 2.5 Responsabilidade civil.

Tema 3: Modalidades das Obrigações

- 3.1 Considerações gerais
 - 3.1.1 Obrigações solidárias e obrigações conjuntas
 - 3.1.2 Obrigações divisíveis e obrigações indivisíveis
 - 3.1.3 Obrigações específicas e obrigações genéricas
 - 3.1.4 Obrigações alternativas e obrigações com faculdade alternativa
 - 3.1.5 Obrigações pecuniárias
 - 3.1.6 Obrigações de juros
 - 3.1.7 Obrigação de indemnização
- 3.2 Cumprimento das Obrigações
 - 3.2.1 Cumprimento
 - 3.2.2 Noção
 - 3.2.3 Aspectos gerais e princípios informadores
 - 3.2.4 Quem pode fazer e a quem pode ser feita a prestação
 - 3.2.5 Lugar da prestação
 - 3.2.6 Imputação do cumprimento
 - 3.2.7 Não cumprimento
- 3.3 Modalidades e sistematização
- 3.4 Impossibilidade e atraso não imputáveis ao devedor
- 3.5 Mora do devedor
- 3.6 Incumprimento definitivo e impossibilidade imputáveis ao devedor
- 3.7 Cumprimento defeituoso
- 3.8 Fixação contratual dos direitos do credor
- 3.9 Realização coactiva da prestação
- 3.10 Mora do credor

METODOLOGIA

Tratando-se de uma cadeira nuclear, deve-se privilegiar o recurso a casos práticos relacionados com o dia-a-dia dos angolanos para melhor absorção dos conceitos teóricos, assim como aulas

expositivas complementadas pela interacção entre estudantes e realização de trabalhos em grupo.

O uso de manuais, e outras obras e fontes específicas que versam sobre o direito das Obrigações. É obrigatório o uso do Código Civi

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC) = $AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final: (EF)

Nota Final: (NF) = $MAC * 40\% + EF * 60\%$

- 1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (7) valores
- 2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores
- 3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.
- 4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

BIBLIOGRAFIA

- 1- Bastos, Jacinto Fernandes Rodrigues. Código Civil Português. Coimbra, Ed. Livraria Almedina, 1966.
- 2- Coordeiro, António Menezes. Direito das Obrigações. Lisboa, AAFDL, 2ºVolume, 1986. FRANCO, João Melo et MARTINS, António Herlander Antunes. Dicionário de Conceitos e Princípios Jurídicos. 3. Edição, Coimbra, Ed. Almedina, 1995.
- 3- Guiho, Pierre. Cours de Droit Civil – Les Obligations. 2. Ed. Editora L’hermès, 1983.
- 4- Jorge, Fernando Pessoa. Direito das Obrigações. Lisboa, AAFDL, 1975/76.
- 5- Leitão, Luis Manuel Teles Meneses. Direito das Obrigações. 6. edição, Coimbra, Ed.Almedina, 2008.
- 6- Leitão, Luis Manuel Teles Meneses. Garantia das Obrigações. 2. edição, Coimbra, Ed.Almedina, 2008.
- 7- Leite de Campus, Diogo. Lições de Direito de Família e das Sucessões. 2. edição, Coimbra, Editora Almedina.
- 8- Prata, Ana. Dicionário Jurídico. 4. edição, Editora Almedina, 1955-2005. Soares da Viegas, Vasco. Direito Bancário. 2. edição, Coimbra, Editora Livraria Almedina, 1997.
- 9- Varela, Antunes.Das Obrigações em Geral. 5. Edição, Coimbra, Ed. Almedina S.A, Vol II, 1992.
- 10- Código Civil Angola
- 11- Andrade, Manuel A. Domingos de, Teoria Geral das Obrigações, 2ª ed. (col. Rui Alarcão), Coimbra, 1966.
- 12- Cordeiro, António Menezes, direito das Obrigações, 2 vols., Lisboa, 1980.
- 13- Costa, Mário Júlio de Almeida Costa, Direito das Obrigações, Coimbra(Almedina)
- 14- Larenz, Karl, DERECHO DE OBLIGACIONES, vols. I e II (trad. espanhola de Jaime Santos Briz), Madrid, 1958.
- 15- Leitão, Luís Manuel Teles de Menezes, A RESPONSABILIDADE DO GESTOR PERANTE O DONO DO NEGÓCIO NO DIREITO CIVIL PORTUGUÊS, Lisboa, 1991.
- 16- Lima, Fernando Andrade Pires de e Varela, João de Matos Antunes, CÓDIGO CIVIL ANOTADO. vol. I, 4ª ed., Coimbra, 1987, e vol. II, 3ª ed., Coimbra, 1986

- 17- Marques, António Vicente, DIREITO DAS OBRIGAÇÕES, Luanda, Polic. 2001
- 18- Medicus, Dieter, TRATADO DE LAS RELACIONES OBLIGACIONALES, vol.1 (trad. espanhola de Ángel Martinez Sarrion), Barcelona, 1995.
- 19- Prata, Ana Maria Correia Rodrigues, O CONTRATO-PROMESSA E O SEU REGIME CIVIL, Lisboa, 1994.
- 20- Silva, João Calvão da, CUMPRIMENTO E SANÇÃO PECUNIÁRIA COMPULSÓRIA, 2ª ed. (reimp.), Coimbra, 1995.

Direito Penal I

Unidade curricular: Direito Penal I		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 3º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 1º						
Tipo: Semestral	5 UC	2 UC	2 UC	1 UC		

OBJECTIVO GERAL

Aplicar correctamente os fundamentos, os limites e os critérios legitimadores do Direito Penal na solução de problemas.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Tema 1: Introdução ao direito penal. Direito penal ou direito criminal.

- 1.1. Definição formal e material de crime.
- 1.2. Os princípios fundamentais do direito penal.
- 1.3 O princípio da intervenção mínima.
- 1.4 O princípio da legalidade.
- 1.5 O princípio da humanidade das penas.
- 1.6 O princípio da culpa, princípio da responsabilidade subjectiva.
- 1.7 O direito penal e os outros ramos do direito
- 1.8 A teoria dos fins das penas.
- 1.9 Fontes do direito penal.
- 1.10 Interpretação e integração da lei penal.
- 1.11 Aplicação da lei penal no tempo e no espaço.

Tema 2: Teoria Geral da Infracção Criminal

- 2.1 Definição de crime. Conceitos fundamentais: acção, tipicidade, ilicitude, culpa e punibilidade.
- 2.2 Os sistemas clássicos, neoclássicos e finalista.

- 2.3 Crimes e contravenções.
- 2.4 A acção. Acção em sentido lato e em sentido estrito.
- 2.5 A omissão. Equiparação da acção à omissão.

Tema 3: A Tipicidade

- 3.1 Noção. Elementos do tipo.
- 3.2 Tipo objectivo e tipo subjectivo.
- 3.3 O agente
- 3.4 Classificação dos crimes.
- 3.5 Crimes materiais e crimes formais.
- 3.6 Crimes específicos próprios e impróprios.
- 3.7 Crimes de perigo e crimes de dano. Crimes de perigo concreto e crimes de perigo abstracto.
- 3.8 Crimes instantâneos, crimes permanentes e crimes habituais.
- 3.9 Crimes qualificados e crimes privilegiados.
- 3.10 Crimes dolosos e crimes culposos.
- 3.11 Crimes simples e crimes complexos
- 3.12 Os crimes negligentes.
- 3.13 O agente
- 3.14 O problema do chamado nexo de causalidade ou a teoria da imputação objectiva.
- 3.15 A teoria da "conditio sine qua non" ou da equivalência das condições.
- 3.16 A teoria da adequação ou da "causalidade adequada".
- 3.17 Outras teorias: da relevância, da causa ou condição última.
- 3.18 A teoria do risco.
 - 3.18.1 O risco permitido.
 - 3.18.2 O aumento e a diminuição do risco.
- 3.19 A esfera de protecção da norma.
- 3.20 Desvios no processo causal.
- 3.21 A causa virtual ou hipotética.
- 3.22 O tipo subjectivo.
- 3.23 O dolo. Elementos do dolo: elemento intelectual e volitivo.
- 3.24 A teoria do erro em direito penal.
- 3.25 O erro sobre o tipo ou sobre o facto típico.
- 3.26 O erro sobre a proibição ou sobre a falta de consciência da ilicitude.

- 3.27 O erro na execução ou "aberratio ictus".
- 3.28 O erro sobre as circunstâncias.
- 3.29 O erro sobre o processo causal.
- 3.30 Espécies de dolo: dolo directo, necessário e eventual.
- 3.31 Distinção entre dolo eventual e negligência consciente.
- 3.32 Critérios de distinção.
- 3.33 Teoria da probabilidade e da aceitação.
- 3.34 As fórmulas de Frank.

Tema 4: A Ilícitude

- 4.1 Breves considerações
- 4.2 As causas de exclusão ou justificação da ilicitude.
- 4.3 Tipicidade e causas de justificação.
- 4.4 A obediência hierárquica.
- 4.5 O exercício de um direito.
- 4.6 A legítima defesa.
 - 4.6.1 Pressupostos da legítima defesa
 - 4.6.2 O excesso da legítima defesa.
 - 4.6.3 Defesa putativa.
- 4.7 O estado de necessidade.
- 4.8 Pressupostos.
- 4.9 Estado de necessidade desculpante.
 - 4.9.1 O conflito de deveres.
 - 4.9.2 O consentimento do ofendido.
 - 4.9.3 O consentimento presumido.

Tema 5: A Culpabilidade

- 5.1 Disposições gerais.
- 5.2 A imputabilidade.

- 5.3 Causas de exclusão da culpa.
- 5.4 A inimputabilidade em razão da idade.
- 5.5 A inimputabilidade em razão da anomalia psíquica.
- 5.6 A imputabilidade diminuída.
- 5.7 O erro sobre os pressupostos de facto de uma causa de exclusão da culpa.

Tema 6: -A Punibilidade

- 6.1 Noções gerais. As condições objectivas de punibilidade.
- 6.2 As causas de isenção da pena.
- 6.3 As causas de extinção da responsabilidade criminal.
- 6.4 As condições de procedibilidade.

METODOLOGIA

Os conteúdos da disciplina de Direito Penal serão leccionados em aulas teóricas e teórico-práticas recorrendo-se aos métodos expositivo, participativo e palestras. Serão promovidas e estimuladas as apresentações de temas nas aulas teórico-práticas, a participação em painéis de discussão ou mesas redondas, além dos trabalhos individuais e em grupo.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC) = $AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final:(EF)

Nota Final: (NF)= $MAC * 40\% + EF * 60\%$

1-. Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (7) valores

- 2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores
- 3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.
- 4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

BIBLIOGRAFIA

- 1- Beleza, Teresa Pizarro. “Direito Penal”. 2. edição, Lisboa, AAFDL, Volume I e II, 1984 e 1985, Reimpressão 2007.
- 2- Correia, Eduardo. “Direito Criminal”. Coimbra, Almedina, Volume I e II, 1963 e 1965, Reimpressão de 2007.
- 3- Ferreira, Manuel Cavaleiro de. “Direito Penal Português”. Lisboa, Verbo, Parte Geral I e II, 1981 e 1982.
- 4- Gonçalves, M. L. Maia. Código Penal Português Anotado, 2. edição, Coimbra, Almedina, Reimpressão de 1994. 1972.
- 5- PRATA, Ana, Catarina Veiga, José Manuel Volalunga. Dicionário Jurídico, Direito Penal Direito Processual Penal. Coimbra. Almedina. vol. II 2007.
- 6- Noções Elementares de Direito Penal, do Professor M. Simas Santos e M. Leal Henrique
- 7- Código Penal angolano
- 8- Bacigalupo Enrique, Manual de Derecho Penal (parte general), Bogotá, 1984;
- 9- Beleza, Teresa Pizarro, Direito Penal, I E II;
- 10- Bettiol, Giuseppe, Direito Penal E, Parte General, 11ª ed., Padova, 1982 (Há trad. port. de uma ed. anterior: Direito Penal, Parte Geral, 4 vols., Coimbra, 1970, 1973);
- 11- Correia, Eduardo, Direito Criminal, I e II;
- 12- Correia, Eduardo, PROBLEMAS FUNDAMENTAIS DA COMPARTICIPAÇÃO CRIMINOSA, Coimbra, 1991;
- 13- Dias, Jorge de Figueiredo, DIREITO PENAL - A INFRACÇÃO PENAL, Coimbra, 1976;
- 14- Dias, Jorge de Figueiredo, DIREITO PENAL, Coimbra, 1975;
- 15- Dias, Jorge de Figueiredo, DIREITO PENAL, PARTE GERAL, TOMO I, Coimbra Editora, 2007;
- 16- Faria Costa, José de, NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE DIREITO PENAL (Fragmenta iuris poenalis). Introdução, Coimbra Editora, 2007;
- 17- Ferreira, Manuel de Cavaleiro, DIREITO PENAL PORTUGUÊS;

- 18- Ferreira, Manuel de Cavaleiro, LIÇÕES DE DIREITO PENAL, PARTE GERAL, **I**, Lisboa, 1992;
- 19- Fiandaca, Giovanni/Musco, Enzo, DIRITTO PENALE, PARTE GENERALE, Bologna, 1985;
- 20- Gomez Benitez, José Manuel, TEORIA JURÍDICA DEL DELITO. DERECHO PENAL, PARTE GENERAL, Madrid, 1984
- 21- Gonçalves, Maia, CÓDIGO PENAL PORTUGUÊS ANOTADO;
- 22- Mourullo, G.Rodriguez, DERECHO PENAL, PARTE GENERAL;
- 23- Rodrigues, Orlando e Ramos, Grandão, DIREITO PENAL - APONTAMENTOS;
- 24- Silva, Germano Marques, DIREITO PENAL PORTUGUÊS, **I, LI, LII**;

Direito Processual Civil I

Unidade curricular: Direito Processual Civil I		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 3º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 1º						
Tipo: Semestral	5 UC	2 UC	2 UC	1 UC		

Objectivo Geral

Aplicar as diversas fases por que passa a composição de litígios em primeira instância, até à sentença do tribunal.

Conteúdos Programático

Tema 1: DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 1.1. Conceito, natureza e importância do direito processual civil
 - 1.1.1. Noção de direito processual civil
 - 1.1.2. Breve referência à Teoria Pura do Direito de Kelson
 - 1.1.3. Diversas acepções da palavra processam
 - 1.1.4. Importância prática e teórica do direito processual civil
- 1.2. Fontes do direito processual civil angolano
- 1.3. Interpretação e integração das leis processuais
- 1.4. Âmbito de aplicação temporal e espacial da aplicação das leis processuais
 - 1.4.1. Aplicação das leis do processo quanto ao tempo
 - 1.4.2. Aplicação das leis do processo quanto ao espaço

Tema 2: AS FORMAS PROCESSUAIS

- 2.1. Processo declarativo e processo executivo
 - 2.1.1. Os termos da distinção
 - 2.1.2. Casos em que ao processo declarativo não pode seguir-se o executivo
 - 2.1.3. Casos em que pode instaurar-se o processo executivo sem precedência do processo declarativo
 - 2.1.4. Títulos executivos
- 2.2. As formas do processo declarativo
- 2.3. As formas do processo executivo
- 2.4. Processos de jurisdição contenciosa e processos de jurisdição voluntária

Tema 3: CONDIÇÕES DE ACÇÃO E PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

- 3.1. Condições de acção
- 3.2. Pressupostos processuais
 - 3.2.1. Personalidade judiciária
 - 3.2.2. Capacidade judiciária
 - 3.2.3. O interesse processual
 - 3.2.4. Legitimidade das partes
 - 3.2.5. Consequências da falta de personalidade, da incapacidade e da ilegitimidade das partes
 - 3.2.6. Patrocínio judiciário
 - 3.2.7. Competência dos tribunais
 - 3.2.8. Incompetência

Tema 4: FORMALISMO DO PROCESSO DECLARATIVO ORDINÁRIO

- 4.1. Articulados
 - 4.1.1. Função deste procedimento
 - 4.1.2. Petição inicial

- 4.1.3. Actos subsequentes até à citação
- 4.1.4. Contestação
- 4.1.5. Réplica
- 4.1.6. Tréplica
- 4.2. Saneamento ou condensação
 - 4.2.1. Função deste procedimento
 - 4.2.2. Audiência preparatória
 - 4.2.3. Despacho saneador
- 4.3. Instrução
 - 4.3.1. Conceito de prova
 - 4.3.2. Direito probatório
 - 4.3.3. Ónus da prova
 - 4.3.4. Valor dos diversos meios de prova
 - 4.3.5. Prova documental
 - 4.3.6. Prova por confissão
 - 4.3.7. Prova pericial
 - 4.3.8. Inspeção judicial
 - 4.3.9. Prova testemunhal
- 4.4. Discussão
 - 4.4.1. Função geral deste procedimento
 - 4.4.2. A audiência de discussão e julgamento
- 4.5. Julgamento
 - 4.5.1. Julgamento das questões de facto
 - 4.5.2. A sentença

4.6 Formalismo dos processos declarativos sumário e sumaríssimo

Metodologia

Os conteúdos da disciplina de Direito Processual Civil II serão leccionados em aulas teóricas e teórico-práticas recorrendo-se aos métodos expositivo, participativo e palestras. Serão promovidas e estimuladas as apresentações de temas nas aulas teórico-práticas, a participação em painéis de discussão ou mesas redondas, além dos trabalhos individuais e em grupo.

Sistema de Avaliação

A avaliação dos resultados obtidos do estudante é calculada pelas fórmulas subsequentes:

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC)= $AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final:(EF)

Nota Final: (NF)= $MAC * 40\% + EF * 60\%$

- 1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (07) valores
- 2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores
- 3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.
- 4.-Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valore

BIBLIOGRAFIA

- 1- A. Ribeiro Mendes, Recursos em Processo Civil, Lex, 1992
- 2- Antunes Varela/outros, Manual de Processo Civil, 1985.
- 3- Manuel de Andrade, noções Eementares de Processo Civil, 1979.
- 4- Manuel Leal-Henriques, Recursos em Processo Civil, Rei dos Livros, 1992
- 5- José Lebre de Freitas, “A ACÇÃO EXECUTIVA - Depois da reforma da reforma.” REF^a: Coimbra: Coimbra Editora, 2009
- 6- JOSÉ LEBRE DE FREITAS, “INTRODUÇÃO AO PROCESSO CIVIL- Conceitos e princípios gerais.”REF^a: Coimbra Editora, 2^a Edição, 2006
- 7- JOSÉ LEBRE DE FREITAS, “A ACÇÃO DECLARATIVA COMUM - À LUZ DO CÓDIGO REVISTO”REF^a: Coimbra: Coimbra Editora, 2000
- 8- ANTUNES VARELA/MIGUEL BEZERRA/SAMPAIO E NORA, “MANUAL DE PROCESSO CIVIL”
- 9- MANUEL DE ANDRADE, “NOÇÕES ELEMENTARES DE ROCESSO CIVIL”
- 10- REF: COIMBRA: Coimbra Editora, 1993 (REIMPRESSÃO)EDGAR VALLES, “PRÁTICA PROCESSUAL CIVIL”REF: Almedina, 2^a Edição, 2006
- 11- : ANTÓNIO VICENTE MARQUES, “CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ANGOLANO ACTUALIZADO”REF^a: Texto Editores, 2006
- 12- ANTÓNIO VICENTE MARQUES, “CÓDIGO CIVIL ANGOLANO ACTUALIZADO” REF^a: Texto Editores, 2006
- 13- CONSTITUIÇÃO DA RÉPUBLICA DE ANGOLA
- 14- DL Nº4 A/96 de 5 de abril
- 15- Lei nº18/88 de 31 de dezembro
- 16- Lei nº20/88 de 31 de dezembro
- 17- Lei nº13/11 de 18 de março
- 18- Lei 9/05 de 17 de agosto
- 19- Despacho nº174/11 de 11 de março

Direito da Família

Unidade curricular: Direito da Família		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 3º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 1º						
Tipo: Semestral	6 UC	2 UC	2 UC	2 UC		

OBJECTIVO GERAL

Interpretar a resolução de problemas jurídico-familiares o conhecimento do Direito Civil.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

TEMA 1: INTRODUÇÃO AO DIREITO DE FAMÍLIA

1.1 Família

1.1.1 Conceito

1.1.2 Estrutura jurídica

1.1.3 Evolução

1.2 A família moderna

1.1.1 A crise da família.

1.1.2 Direito de Família

1.2 Conceito e conteúdo –

1.2.1 Objecto

1.2.2 Princípios

1.2.3 Natureza.

TEMA 2: BENS PESSOAIS

2.1 Casamento. Conceito

2.3 Natureza jurídica

2.3.1 Caracteres fundamentais

2.3.2 Princípios de direito matrimonial

2.3.3 Casamento civil e religioso

- 2.3.4 Condições de existência, validade e regularidade casamento
- 2.3.5 Impedimentos matrimoniais e causas suspensivas.
- 2.3.6 Casamento: Formalidades preliminares. Habilitação. Publicidade.
- 2.3.7 Celebração. Casamento por procuração. Casamento perante autoridade diplomática
- 2.3.8 Provas do casamento. Posse do estado de casado.
- 2.3.9 Casamento: efeitos jurídicos
- 2.3.10 Direitos e deveres dos cônjuges.
- 2.3 Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal
- 2.4 Dissolução pela morte de um dos cônjuges
- 2.5 Dissolução pela nulidade e pela anulação
- 2.6 Dissolução da sociedade conjugal pela separação judicial
- 2.7 Dissolução do vínculo conjugal pelo divórcio - Casamento putativo.
- 2.8 Parentesco. Conceito. Espécies e graus de parentesco. Afinidade.
- 2.9 Filiação. Reconhecimento de filhos
- 2.10 Investigação de paternidade e de maternidade
- 2.11 Adopção- Conceito e finalidade. Adopção simples e adoção plena .
- 2.12 Adopção internacional.
- 2.13 Poder familiar - Conceito, finalidade e caracteres
- 2.14 Do Pátrio Poder ao Poder Familiar
- 2.15 Suspensão e extinção do poder familiar.

TEMA 3: DO DIREITO PATRIMONIAL

- 2.1 Casamento:
 - 3.1.1 Efeitos patrimoniais –
- 3.2 Regimes de bens:
 - 3.2.1 Princípios fundamentais: Regime legal e regime obrigatório
 - 3.2.2 Pacto antenupcial
 - 3.2.3 Comunhão parcial – Comunhão universal

3.2.4 Participação final nos aquestos –

3.2.4 Separação de bens - Doações antenupciais.

3.2.5 Usufruto e Administração dos bens de filhos menores.

3.2 Alimentos

3.3.1 Conceito e finalidade

3.3.2 Pressupostos

3.3.3 Classificação dos alimentos

3.3.4 Modos de satisfação da prestação alimentar.

3.4 Bem de família

3.4.1 Conceito

3.4.2 Requisitos

3.4.3 Efeitos

3.4.4 Instituição, administração e extinção.

TEMA 4: UNIÃO DE FACTO

4.1 Concubinato e União de facto

4.1.1 Conceito e elementos

4.1.2 A evolução do direito Angolano

4.1.3 Espécies

4.2 Efeitos jurídicos da união de facto.

4.3 Da partilha - Colações - Sonegados - Pagamento de dívidas.

METODOLOGIA

Esta disciplina trata de matérias ligadas a vida do dia-a-dia dos estudantes e de toda sociedade, daí que o docente deve estimular a resolução de casos práticos relacionados com a realidade angolana, para além de expor conceitos teóricos acompanhados de exemplos que espelham o dia-a-dia dos angolanos. Neste contexto é fundamental a motivação dos estudantes por meio de debates sobre casos vivenciados pelos mesmos, assim como estimular a pesquisa individual.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC) = $AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final:(EF)

Nota Final: (NF)= $MAC * 40\% + EF * 60\%$

- 1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (7) valores
- 2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores
- 3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.
- 4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

BIBLIOGRAFIA

- 1- Direito de Família da Prof^a, Maria do Carmo Medina
- 2- Código de Família Angolano
- 3- Constituição da República de Angola o Código do Processo Civil
- 4- CAMPOS, Diogo Leite de. “Lição de Direito da Família e das Sucessões”. Coimbra, 3^a reimpressão da edição de 1997.
- 5- COELHO, F.M. Pereira e Oliveira Guilherme de. “Curso de Direito da família.” 3. edição, Coimbra editora 2003
- 6- _____. Curso de Direito da família. Coimbra, 1986.
- 7- CAMPOS, Diogo Leite de . “Lição de Direito da Família.” 2^a edição, Coimbra editora, 1997. LIMA, Pires e Varela, Antunes. “Código Civil Anotado.” 2. Edição, Coimbra, Vol.IV e V, 2000.
- 8- MENDES, João de Castro, “Direitos da Família” 4. edição, Lisboa, 1990.
- 9- F. M. Pereira Coelho, CURSO DE DIREITO DA FAMÍLIA, policopiado, Coimbra, 1986.
- 10- F. M. Pereira Coelho, DIVÓRCIO E SEPARAÇÃO JUDICIAL DE PESSOAS E BENS NA REFORMA DO CÓDIGO CIVIL, in Reforma do Código Civil, Lisboa, Ordem dos Advogados, 1981, p.25-53;
- 11- Guilherme de Oliveira, ESTABELECIMENTO DA FILIAÇÃO, reimpressão, Coimbra, Almedina, 1991.
- 12- Maria do Carmo Medina, CÓDIGO DA FAMÍLIA, EDIÇÃO ANOTADA, Coleção da Faculdade de Direito da UAN, Luanda, 2001
- 13- Maria do Carmo Medina, DIREITO DA FAMÍLIA, Coleção da Faculdade de Direito da UAN, Luanda, 2001

Direito do Trabalho e Segurança Social

Unidade curricular: Direito do <u>Trabalho</u> e Segurança Social		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 3º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 1º						
Tipo: Semestral	4 UC	2 UC	1 UC	1 UC		

OBJECTIVO GERAL

Identificar a relação individual de trabalho e os direitos dos beneficiários do sistema de segurança social, procurando-se, sempre que possível, ilustrá-los com exemplos práticos e decisões jurisprudenciais

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Tema 1: Direito da Segurança Social

1.1 Aspectos introdutórios:

1.1.1 Estado e os direitos fundamentais.

1.2 A Segurança Social:

1.2.1 Constituição da Segurança Social e Lei de Bases da Segurança Social

1.2.2 Princípios estruturantes

1.2.3 Riscos sociais cobertos pela Segurança Social (em particular no que respeita aos trabalhadores)

Tema 2: Subsistemas de segurança social

2.1 Os diversos Subsistemas de segurança social

2.2 A necessidade de reforma do Estado Social

2.2.1 Segurança Social nos contextos de crise económico-financeira

2.2.1 Envelhecimento demográfico .

Tema 3: Direito do trabalho

METODOLOGIA

Os conteúdos da disciplina de Segurança Social serão leccionados em aulas teóricas e teórico-práticas recorrendo-se aos métodos expositivo, participativo e palestras. Serão promovidas e estimuladas as apresentações de temas nas aulas teórico-práticas, a participação em painéis de discussão ou mesas redondas, além dos trabalhos individuais e em grupo. Métodos de Ensino Aulas expositivas e resolução de exercícios práticos

SISTEMA DE AVALIAÇÃO.

A avaliação dos resultados obtidos do estudante é calculada pelas fórmulas subsequentes:

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC) = $AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final:(EF)

Nota Final: (NF) = $MAC * 40\% + EF * 60\%$

- 1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (7) valores
- 2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores
- 3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.
- 4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

BIBLIOGRAFIA

- 1- Fernando Ribeiro Mendes; Segurança Social - futuro hipotecado, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011
- 2- João Carlos Loureiro; Adeus ao Estado Social?, Coimbra Editora, 2010
- 3- QUINTAS, Hélder e QUINTAS, Paula; Manual de Direito do Trabalho e de Processo do Trabalho, Almedina, 2014
- 4- Ilídio Neves; Lei de Bases da Segurança Social Comentada e Anotada, Coimbra Editora, 2003

Direito Internacional Privado I

Unidade curricular : Direito Internacional Privado I		Curso: Licenciatura em Direito			
		Formas Organizativas			
Ano: 3º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial
Semestre: 2º					
Tipo: Semestral	5 UC	2 UC	2 UC	1 UC	

Tema 1. – Direito dos Estrangeiros

- 1.1 Nacionais e estrangeiros.
- 1.2 Conceito e importância da nacionalidade em DIPr.
- 1.3 Princípio da liberdade do Estado na organização das leis atributivas da nacionalidade.
- 1.4 Conflitos de leis atributivas da nacionalidade. Suas formas.
- 1.5 Princípios gerais relativos a resolução desses conflitos. Princípios de orientação e princípios jurídicos.
- 1.6 Resolução de conflito positivo.
- 1.7 Resolução de conflito negativo.
- 1.8 Meios de evitar os conflitos ou de corrigir os seus efeitos.

Tema 2. A Nacionalidade Angolana. Análises no ordenamento jurídico angolano.

- 2.1 Constituição da República de Angola.
- 2.2 Lei Nº 2/16 de 15 de abril. Lei da Nacionalidade.
- 2.3 Decreto Presidencial 152/17 de 4 de julho. Regulamento da Lei da Nacionalidade~.

Tema 3. – Direitos dos Estrangeiros. Pessoas singulares

- 3.1 Princípio de reconhecimento da personalidade jurídica dos estrangeiros. Evolução histórica.
- 3.2 Caracter do princípio Liberdade do estado na determinação concreta dos direitos dos estrangeiros.
- 3.3 Organização do princípio:
 - a) situação dos estrangeiros relativamente aos direitos políticos.

- b) situação dos estrangeiros relativamente aos direitos públicos não políticos
 - c) situação dos estrangeiros relativamente aos direitos privados.
- 3.4 Limite máximo da equiparação entre nacionais e estrangeiros.

METODOLOGIA

Os conteúdos da disciplina de Segurança Social serão leccionados em aulas teóricas e teórico-práticas recorrendo-se aos métodos expositivo, participativo e palestras. Serão promovidas e estimuladas as apresentações de temas nas aulas teórico-práticas, a participação em painéis de discussão ou mesas redondas, além dos trabalhos individuais e em grupo. Métodos de Ensino Aulas expositivas e resolução de exercícios práticos

SISTEMA DE AVALIAÇÃO.

A avaliação dos resultados obtidos do estudante é calculada pelas fórmulas subsequentes:

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC) = $AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final:(EF)

Nota Final: (NF) = $MAC * 40\% + EF * 60\%$

1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (7) valores

2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores

3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.

4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

Direito Comercial I

Unidade curricular: Direito Comercial I		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 3º	Carga Horária	Teóricas	Teórico – Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 1º						
Tipo: Semestral	5 UC	2 UC	2 UC	1 UC		

OBJECTIVO GERAL

Aplicar a técnica jurídica no desenvolvimento das várias competências no ramo económico e empresarial.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Tema 1: INTRODUÇÃO AO DIREITO COMERCIAL

1.1 Noção. Conceito e Objecto;

1.2 Comércio. Características;

1.3 Actos de Comércio. Noção. Classificação;

1.4 Comerciante Individual. Noção. Capacidade. Registo. Direitos e Deveres.

Tema 2. DIREITO SOCIETÁRIO

2.1 Noção.

2.2 Personalidade Jurídica e Capacidade jurídica;

2.3 Acto Constitutivo; Espécies ou tipo de Sociedades.

Tema 3: SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

3.1 Noção. Legislação Aplicável;

3.2 Limitação de Responsabilidade;

3.3 Deliberações;

3.4 Administração;

3.5 Normas de Contabilidade e Registro.

Tema 4: SOCIEDADE ANÔNIMA

4.1 Noção.

4.2 Legislação Aplicável;

4.3 Limitação de Responsabilidade;

4.4 Deliberações;

4.5 Administração;

4.5 Normas de Contabilidade e Registro.

Tema 5 EXTINÇÃO DA SOCIEDADE COMERCIAL

5.1- Liquidação e Extinção. Noção. Efeitos. Formalidades;

5.2 Falência e Concordata. Noção. Cabimento. Efeitos. Requisitos Legais.

Tema 6: MERCADO

6.1 Origem. Noção. Categorias Fluidez;

6.2 Monopólio. Noção. Espécies;

6.3 Bancos. Noção. Operações. Espécies;

6.4 Câmbio. Noção. Operações. Instrumentos.

6.5 Taxas. Balança de Pagamento ou de Contas; Títulos de Crédito. Noção.

6.6 Modalidades. Principais Características.

6.7 Contratos Comerciais: Princípios Gerais

6.8 A compra e venda Mercantil.

6.9 Contratos de transporte, Agencias, Franquia

MÉTODOLOGIA

Os conteúdos da disciplina de Direito Comercial e Sociedades Comerciais serão leccionados em aulas teóricas e teórico-práticas recorrendo-se aos métodos expositivo, participativo e palestras. Serão promovidas e estimuladas as apresentações de temas nas aulas teórico-práticas, a participação em painéis de discussão ou mesas redondas, além dos trabalhos individuais e em grupo.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A avaliação dos resultados obtidos do estudante é calculada pelas fórmulas subsequentes:

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC)= $AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final:(EF)

Nota Final: (NF)= $MAC * 40\% + EF * 60\%$

- 1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (7) valores
- 2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores
- 3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.
- 4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

BIBLIOGRAFIA

- 1- ASCENSÃO, José de Oliveira. Direito comercial. Lisboa.
- 2- Manual do Direito Internacional público, do professor Joaquim da Silva Cunha e Maria da Assunção do Vale Pereira AAFDL, 1993.
- 3- Coimbra, Almedina. CORREIA, Ferrer. Direito Comercial (Títulos de Crédito).
- 4- CORDEIRO, António Menezes. Manual de Direito Bancário.
- 5- Coimbra, Almedina. CORREIA, Ferrer. Direito Comercial (Títulos de Crédito).
- 6- 1-Hubrecht, Geoges. Droit Commercial, Ed. Sirey 1988.
- 7- - Manual de Direito Comercial, de Prof. António Menezes Cordeiro
- 8- Direito Comercial (Angola) .

3º ANO

2º SEMESTRE – UNIDADES CURRICULARES

Direito Processual Civil II

Unidade curricular : Direito Processual Civil II		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 3º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 2º						
Tipo: Semestral	5 UC	2 UC	2 UC	1 UC		

OBJECTIVO GERAL

Aplicar devidamente o Código de Processo Civil e a demais legislação processual civil na resolução de conflitos.

CONTEÚDOS PROBLEMÁTICO

Tema 1: ALGUNS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

- 1.1 Princípio dispositivo
- 1.2 Princípio da auto-responsabilidade das partes
- 1.3 Princípio do contraditório
- 1.4 Princípio da igualdade das partes
- 1.5 Princípio da eventualidade ou da preclusão
- 1.6 Princípio da livre apreciação das provas
- 1.7 Princípio da aquisição processual
- 1.8 Princípio da imediação
- 1.9 Princípios da concentração da oralidade e da identidade do juiz
- 1.10 Princípio da legalidade das formas processuais
- 1.11 Princípio da economia processual
- 1.12 Princípio da celeridade processual
- 1.13 Princípio segundo o qual a inevitável demora do processo, ou ainda a necessidade de recorrer a ela, não deve ocasionar dano à parte que tem razão.

Tema 2: A extinção do poder jurisdicional e os vícios da sentença

2.1. Despacho de correcção

2.2. Aclaração

2.3. Nulidades

2.4. Reforma. Os efeitos das sentenças – trânsito em julgado, caso julgado e limites

Tema 3: Recursos

3.1 Princípios gerais

3.2 Regras gerais

3.3 Apelação

3.4 Revista

3.5 Agravo na 1º e na 2ª instâncias

3.6 Recursos extraordinários

3.7 Recursos no processo executivo

METODOLOGIA

Os conteúdos da disciplina de Direito Processual Civil II serão leccionados em aulas teóricas e teórico-práticas recorrendo-se aos métodos expositivo, participativo e palestras. Serão promovidas e estimuladas as apresentações de temas nas aulas teórico-práticas, a participação em painéis de discussão ou mesas redondas, além dos trabalhos individuais e em grupo.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A avaliação dos resultados obtidos do estudante é calculada pelas fórmulas subsequentes:

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC) = $AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final:(EF)

Nota Final: (NF)= $MAC*40\% + EF*60\%$

- 1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (7) valores
- 2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores
- 3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.
- 4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

BIBLIOGRAFIA

- 1- JOSÉ LEBRE DE FREITAS, “INTRODUÇÃO AO PROCESSO CIVIL- Conceitos e princípios gerais.”REF^a: Coimbra Editora, 2^a Edição, 2006
- 2- JOSÉ LEBRE DE FREITAS, “A ACÇÃO DECLARATIVA COMUM - À LUZ DO CÓDIGO REVISTO”REF^a: Coimbra: Coimbra Editora, 2000
- 3- MANUEL DE ANDRADE, “NOÇÕES ELEMENTARES DE ROCESSO CIVIL”REF: COIMBRA: Coimbra Editora, 1993 (REIMPRESSÃO)
- 4- EDGAR VALLES, “PRÁTICA PROCESSUAL CIVIL”REF: Almedina, 2^a Edição, 2006
- 5- CONSTITUIÇÃO DA RÉPUBLICA DE ANGOLA
- 6- LEGISLAÇÃO:
 - DL Nº4 A/96 DE 5 DE ABRIL
 - LEI Nº18/88 DE 31 DE DEZEMBRO
 - LEI Nº20/88 DE 31 DE DEZEMBRO
 - LEI Nº13/11 DE 18 DE MARÇO
 - LEI 9/05 DE 17 DE AGOSTO
 - DESPACHO Nº174/11 DE 11 DE MARÇO
- 7- JOSÉ LEBRE DE FREITAS, “A ACÇÃO EXECUTIVA - Depois da reforma da reforma.” REF^a: Coimbra: Coimbra Editora, 2009
- 8- ANTUNES VARELA/MIGUEL BEZERRA/SAMPAIO E NORA, “MANUAL DE PROCESSO CIVIL”REF^a: Coimbra, Coimbra Editora, 1985
- 9- ANTÓNIO VICENTE MARQUES, “CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ANGOLANO ACTUALIZADO” REF^a: Texto Editores, 2006 .

Direito das Obrigações II

Unidade curricular : Direito das Obrigações II		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 3º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 2º						
Tipo: Semestral	5 UC	2 UC	2 UC	1 UC		

OBJECTIVO GERAL

Identificar os principais institutos do Direito das Obrigações e sua diferença com os demais ramos de Direito Privado;

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Tema 1: TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES

- 1.1 Noções gerais
- 1.2 Cessão de créditos
- 1.3 Sub-rogação
- 1.4 Assunção de dívida
- 1.5 Cessão da posição contratual

Tema 2: EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

- 2.1 Extinção por supressão da fonte
- 2.2 Extinção por supressão dos efeitos dos contratos
- 2.3 Meios de extinção da obrigação diferentes do cumprimento

Tema 3: GARANTIA DAS OBRIGAÇÕES

- 3.1 Garantia geral
- 3.2 As garantias especiais

METODOLOGIA

Tratando-se de uma cadeira nuclear, deve se privilegiar o recurso a casos práticos relacionados com o dia-a-dia dos angolanos para melhor absorção dos conceitos teóricos, assim como aulas expositivas complementadas pela interacção entre estudantes e realização de trabalhos em grupo. O uso de manuais, e outras obras e fontes específicas que versam sobre o direito das Obrigações. É obrigatório o uso do Código Civil.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A avaliação dos resultados obtidos do estudante é calculada pelas fórmulas subsequentes:

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC) = $AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final:(EF)

Nota Final: (NF)= $MAC * 40\% + EF * 60\%$

1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a dez (10) valores

2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores

3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.

4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

BIBLIOGRAFIA

- 1- Cordeiro, António Menezes, *DIREITO DAS OBRIGAÇÕES*, 2 vols., Lisboa, 1980.
- 2- Costa, Mário Júlio de Almeida Costa, *DIREITO DAS OBRIGAÇÕES*, Coimbra(Almedina)
- 3- Marques, António Vicente, *DIREITO DAS OBRIGAÇÕES*, Luanda, Polic. 2001
- 4- Telles, Inocêncio Galvão Telles, *DIREITO DAS OBRIGAÇÕES*, 6ª ed., Coimbra, 1989.
- 5- LEITÃO, Luis Manuel Teles Meneses. *Direito das Obrigações*. 6. edição, Coimbra, Ed.Almedina, 2008.
- 6- LEITÃO, Luis Manuel Teles Meneses. *Cessão de Créditos* .Coimbra, Ed.Almedina, 2005.
- 7- LEITE DE CAMPUS, Diogo. *Lições de Direito de Família e das Sucessões*. 2. edição, Coimbra, Editora Almedina.
- 8- Varela, João de Matos Antunes, *DAS OBRIGAÇÕES EM GERAL I e II* (Almedin Andrade, Manuel A. Domingos de, *TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES*, 2ª ed. (col. Rui Alarcão), Coimbra, 1966
- 9- BASTOS, Jacinto Fernandes Rodrigues. *Código Civil Português*. Coimbra, Ed. Livraria Almedina, 1966.
- 10- COORDEIRO, António Menezes. *Direito das Obrigações*. Lisboa, AAFDL, 2ºVolume, 1986. FRANCO, João Melo et MARTINS, António Herlander Antunes. *Dicionário de Conceitos e Princípios Jurídicos*. 3. Edição, Coimbra, Ed. Almedina, 1995.
- 11- GUIHO, Pierre. *Cours de Droit Civil – Les Obligations*. 2. Ed. Editora L’hermès, 1983.
- 12- JORGE, Fernando Pessoa. *Direito das Obrigações*. Lisboa, AAFDL, 1975/76.
- 13- PRATA, Ana. *Dicionário Jurídico*. 4. edição, Editora Almedina, 1955-2005. SOARES DA
- 14- VIEGA, Vasco. *Direito Bancário*. 2. edição, Coimbra, Editora Livraria Almedina, 1997.
- 15- VARELA, Antunes. *Das Obrigações em Geral*. 5. Edição, Coimbra, Ed. Almedina S.A, Vol II, 1992.
- 16- CÓDIGO CIVIL ANGOLANO

Direito do Consumidor

Unidade curricular: Direito do Consumidor		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 3º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 2º						
Tipo: Semestral	4 UC	1 UC	2 UC	1 UC		

OBJECTIVO GERAL

Aplicar aos conhecimentos jurídicos, segundo função preventiva e projectiva das normas de defesa do consumidor que pode fazer uso no seu exercício profissional.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Tema 1: Breve evolução histórica do movimento consumista

- 1.1- Preocupação supra-estadual e tratamento constitucional
- 1.2- Consumidor (noção e âmbito) e fornecedor
- 1.3- Objectos dos interesses envolvidos: produtos e serviços
- 1.4- Direito do consumidor e temas conexos
 - 1.4.1 Consumo sustentável
 - 1.4.2 Livre concorrência, abuso de poder económico consumidor
 - 1.4.3 Qualidade-productividade e consumidor
 - 1.4.4 Globalização da Economia e defesa consumidor
- 1.5 Aspectos práticos da defesa ou protecção consumidora
- 1.6 Ministério Público na defesa do consumidor
 - 1.6.1 Órgãos de protecção do consumidor
 - 1.6.2 MP e « Ombudsmn » do consumidor
 - 1.6.3 Tratamento na lei de defesa do consumidor
- 1.7 Criminalidade contra as relações de consumo legislação comparada

Tema 2: Responsabilidade penal da pessoa jurídica

2.1 A tutela jurisdicional do consumidor

2.1.1 Inversão do ónus da prova

2.1.2 Responsabilidade objectiva

2.1.3 Desconsideração da personalidade jurídica

2.1.4 Multas

METODOLOGIA

Os conteúdos da disciplina de Direito do Consumidor serão leccionados em aulas teóricas e teórico-práticas recorrendo-se aos métodos expositivo, participativo e palestras. Serão promovidas e estimuladas as apresentações de temas nas aulas teórico-práticas, a participação em painéis de discussão ou mesas redondas, além dos trabalhos individuais e em grupo.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A avaliação dos resultados obtidos do estudante é calculada pelas fórmulas subsequentes:

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC) = $AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final:(EF)

Nota Final: (NF)= $MAC * 40\% + EF * 60\%$

1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (7) valores

2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores

3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.

4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores. 7.

BIBLIOGRAFIA

- 1- FILOMENO, José Geraldo Brito. Direito do Consumidor, 5ª edição.
- 2- SILVA, João Calvão da. Venda de bens de consumo. Almedina, 2003.
- 3- Legislação Angolana sobre a defesa do Consumidor
- 4- Revista de Direito Mercantil, Industrial, Económico e Financeiro, vol. 108, Malheiros Editores, 1997.

DIREITO PENAL II

Unidade curricular: DIREITO PENAL II		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 3º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	
Semestre: 2º						
Tipo: Semestral	5 UC	2 UC	2 UC	1 UC		

OBJECTIVO GERAL

Solucionar conflitos modelados aplicando lós conteúdos da disciplina Direito Penal III.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Tema 1: Objecto e Âmbito do Direito Penal Especial

1.1 A Parte Geral e a Parte Especial

1.1.1- Relatividade da distinção

1.1.2- Necessidade da distinção

1.1.3- Critérios de distinção e sua insuficiência

1.1.4- Essência da Parte Especial

1.1.5- Relação de complementaridade entre a Parte Geral e a Parte Especial

1.2 Sistematização da parte especial

1.2.1- Critérios

1.2.2 Gravidade do facto

1.2.3 Conduta: espécie e modo

1.2.4 Bem jurídico

1.2.5 Valor sistemático do critério assente no conceito de bem jurídico

1.2.6 Graduação de bens jurídicos.

1.2.7 Sistematização da Parte Especial do Código Penal

1.2.8 Modelo de sistematização adoptado

1.3 Dogmática da parte especial

1.4 A Lei penal especial

1.5 Da tipicidade em especial: Elementos e Formas

1.6 Justificação especial

1.7 Da culpa em especial

- 1.8 Pressupostos especiais da punibilidade em sentido estrito
- 1.9 Pressupostos especiais da punição
- 1.10 Direito da parte especial

Tema: 2 A crimes contra bens jurídicos pessoais

2.2 Crimes contra a vida

1.2 . Crimes contra a integridade corpora

1.3 O consentimento como causa de justificação especial em sentido impróprio

2.3.1 Exercício de um direito

2.3.2 Direito de correcção

2.3.3 Concursos: interno, concurso com os crimes contra a Vida

2.4 Determinação Especial da Medida da Pena

2.5 Crimes contra a liberdade

2.6 Crimes contra a honra

2.7 - Crimes contra a reserva da vida privada e a estes equiparados

2.8 Crimes contra a reserva da casa e de outros espaços

2.9 Crimes contra a reserva da palavra

2.10 Crimes contra a reserva da vida privada

2.11 Crimes contra a violação do segredo profissional´

2.12 Crimes contra bens jurídicos patrimoniais

2.13 . Critérios de sistematização

2.14 Omissão da prestação de auxílio

METODOLOGIA

A disciplina esta estruturada em conferências, classes práticas e seminários, nas conferências e classes práticas têm como principal objectivo a vinculação dos temas da disciplina com os fenómenos jurídicos de natureza contratual, utilizando modelos, métodos, gráficos e representações que permitam ao aluno uma motivação pela disciplina e por o curso que estuda em particular, os seminários estão destinados a aprofundar nos conhecimentos e desenvolver habilidades na revisão bibliográfica, de resumo e comparação criteriosa sobre diferentes teorias e fenómenos que sustentam o conhecimento, dando os primeiros passos para a investigação científica e criando bases conceptuais para disciplinas posteriores

SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC)= $AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final:(EF)

Nota Final: (NF)= $MAC * 40\% + EF * 60\%$

- 1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (7) valores
- 2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores
- 3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.
- 4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

BIBLIOGRAFIA

- 1- Beleza dos Santos, José, ENSAIO SOBRE A INTRODUÇÃO AO DIREITO CRIMINAL, Coimbra, 1968
- 2- Cavaleiro de Ferreira, Manuel, DIREITO PENAL PORTUGUÊS. PARTE GERAL, vol. I e II, Lisboa, 1981, 1982,
- 3- Cavaleiro de Ferreira, Manuel, DIREITO PENAL PORTUGUÊS. PARTE GERAL, VOL. I E II, Lisboa, 1981, 1982,
- 4- Cavaleiro de Ferreira, Manuel, LIÇÕES DE DIREITO PENAL I. A TEORIA DO CRIME NO CÓDIGO PENAL DE 1982, 2ª ed., Lisboa, 1987
- 5- COMENTÁRIO CONIMBRICENSE DO CÓDIGO PENAL PARTE ESPECIAL, TOMO I, II E III dirigido por Jorge de Figueiredo Dias, Coimbra Editora.
- 6- Correia, Eduardo, DIREITO CRIMINAL, VOL. I E II, Coimbra, 1963, 1965 (reimp. 1968 e 1971
- 7- Figueiredo Dias, Jorge de, Direito Penal (sumários), Lições ao 2º ano, Coimbra, 1975; Aditamentos 1977;
- 8- Figueiredo Dias, Jorge de, Direito penal, (sumários), Lições ao CURSO COMPLEMENTAR, Coimbra, 1976
- 9- Figueiredo Dias, Jorge, DIREITO PENAL PORTUGUÊS, Coimbra editora, 2005
- 10- Pizarro Beleza, Teresa, DIREITO PENAL, VOL. I E II, 2ª ed., Lisboa, 1984, 1983
- 11- Pizarro Beleza, Teresa, DIREITO PENAL, VOL. I E II, 2ª ed., Lisboa, 1984, 1983
- 12- Robin de Andrade, DIREITO PENAL II, Lisboa, 1973

Direito das Sucessões

Unidade curricular : Direito das Sucessões		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 3º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 2º						
Tipo: Semestral	60 UC	30 UC	15 UC	15 UC		

OBJECTIVOS GERAL

Fornecer aos estudantes conhecimentos sobre o Direito Privado que possibilite resolver problemas que surgem no âmbito das relações sucessórias.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICO

Tema 1: INTRODUÇÃO A ESTÁTICA SUCESSÓRIA

- 1.1 A designação sucessória
 - 1.1.1 A sucessão legal
 - 1.1.2 A sucessão legitimária
 - 1.1.3 A sucessão legítima
 - 1.1.4 A sucessão contratual
 - 1.1.5 A sucessão testamentária

Tema 2: A DINÂMICA SUCESSÓRIA

- 1.2 O fenómeno sucessório
 - 1.2.1 Da abertura da sucessão
 - 1.2.2 Momento e lugar da abertura da sucessão
 - 1.2.3 A morte enquanto pressuposto da abertura da sucessão
 - 1.2.4 A vocação sucessória
 - 1.2.5 Noção de vocação sucessória
 - 1.2.6 Pressupostos gerais da vocação sucessória
 - 1.2.7 Modalidades de vocação

- 1.2.8 Vocações anómalas em especial
- 1.3 A vocação legitimária
 - 1.3.1 Cálculo da quota indisponível
 - 1.3.2 A interpretação do art. 2162º
 - 1.3.3 A legítima objectiva e o número de sucessíveis legitimários prioritários
 - 1.3.4 Imputação de liberalidades
- 1.4 Aspectos gerais
 - 1.4.1 As liberalidades inter vivos
 - 1.4.2 A partilha em vida
 - 1.4.3 As liberalidades mortis causam
- 1.5 Considerações finais sobre a imputação de liberalidades
 - 1.5.1 A intangibilidade da legítima
- 2.5 A intangibilidade quantitativa A intangibilidade qualitativa
 - 2.5.1-A natureza do direito a legítima
- 2.6 Da pendência da sucessão à partilha
 - 2.6.1- A fase da pendência da sucessão o A aquisição sucessória
 - 2.6.2- A fase da aquisição sucessória
 - 2.6.3- Regime e natureza

Tema 3: O REGIME DA HERANÇA ADQUIRIDA

- 3.1 A petição da herança e a reivindicação do legado
 - 3.1.1 Meios de tutela do sucessor
 - 3.1.2 A petição da herança
 - 3.1.3 A reivindicação do legado o A administração da herança
 - 3.1.4 A administração da herança adquirida
 - 3.1.5 O cabeça-de-casal
 - 3.1.6 O testamenteiro
 - 3.1.7 Os herdeiros
 - 3.1.8 A sonegação de bens da herança. A alienação da herança
 - 3.1.9 Forma. Objecto
 - 3.1.10 A liquidação e a partilha da herança
 - 3.1.11 A liquidação da herança
 - 3.1.12 A partilha da herança

METODOLOGIA

O docente desta disciplina deve priorizar a abordagem de matérias de natureza prática ligadas a vida do dia-a-dia dos estudantes e de toda sociedade respeitantes ao processo de constituição ou habilitação de herdeiros até ao processo de partilha respeitando os princípios básicos da relação sucessória, para além de expor os conceitos teóricos. Por outro lado deve-se priorizar a apresentação de exemplos práticos do dia-a-dia ligados a matéria que se estuda nas aulas. Neste contexto é fundamental a motivação dos estudantes a debates sobre casos vivenciados pelos mesmos, proporcionar momentos de resolução de casos práticos assim como estimular a pesquisa individual.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: $(MAC) = AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final:(EF)

Nota Final: $(NF) = MAC * 40\% + EF * 60\%$

- 1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (7) valores
- 2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores
- 3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.
- 4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

BIBLIOGRAFIA

- 1- Coelho, Pereira, DIREITO DAS SUCESSÕES, policopiado, Coimbra, 1992.
- 2- Silva, Dias da, DIREITO DAS SUCESSÕES, Luanda, 2002
- 3- Direito da Família, da Professora Maria do Carmo Medina
- 4- ASCENSÃO, José de Oliveira. “*Direito das Sucessões*”. 5. Edição, coimbra editora, 2000.
CAMPOS, Diogo Leite de. “*Lição de Direito da Família e das sucessões*”. 2. edição, coimbra editora, 1997, 3ª reimpressão da edição de 1997, 2005.
- 5- SACRAMENTO, Luis Filipe e Aires Jose Mota do Amaral. “*Direito das Sucessões*” 2. edição,
- 6- Código civil
- 7- SOUSA, Rabindranath Capelto de. *Lição de Direito das Sucessões* 4. Edição, coimbra editora, 2000.
- 8- SOUSA, Rabindranath Capelto de, “*Lição de Direito das Sucessões*” 3. edição renovada, coimbra editora, 2002.
- 9- TELLES, Inocêncio Galvão. “*Direito das Sucessões, Noções fundamentais*” 4. edição coimbra editora, 1996.
- 10- TELLES, Inocêncio Galvão. “*Sucessão legítima e legitimária*” coimbra editora, 2004.
- 11- _____. “*Sucessão testamentária*”. coimbra editora, 2006.

Direito Internacional Privado II

Unidade curricular a: Direito Internacional Privado II		Curso: Licenciatura em Direito			
		Formas Organizativas			
Ano: 3º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial
Semestre: 2º					
Tipo: Semestral	5 UC	2 UC	2 UC	1 UC	

Fundamentação

O programa de Direito Internacional Privado II dá continuidade ao de Direito Internacional Privado I, permitindo aos alunos uma visão global das questões desta disciplina. Visa-se a aquisição de conhecimentos especializados nestas matérias quer numa perspetiva teórica, quer numa perspetiva prática, capacitando os alunos a pensar os problemas e a solucionar as questões com que, na prática profissional, poderão ser confrontados.

Objetivo Geral da Disciplina:

Aplicar os conhecimentos especializados orientados para o exercício da actividade tendo em conta as habilidades e aptidões necessárias para o desempenho de funções específicas dentro da prática profissional.

Conteúdos Programáticos

Tema 1. – Direitos dos Estrangeiros. Pessoas colectivas.

Subtemas:

- 1.1. Conceito e natureza da personalidade colectiva.
- 1.2. Classificação das pessoas colectivas.
- 1.3. Conceito e alcance da nacionalidade das pessoas colectivas.
- 1.14. Reconhecimento internacional e capacidade.
- 1.5. As pessoas colectivas e a mudança de nacionalidade ou a dupla nacionalidade.

Tema 2. -Direito Processual Civil Internacional.

Subtemas

2.1. Preliminares:

- 1.1. Conceito e importância atual do Direito Processual Civil Internacional.
- 1.2. Princípios fundamentais na regulamentação do Direito Processual Civil Internacional.

2.2 Competência judiciária internacional.

- 2.1. Pressupostos metodológicos da regulamentação da matéria.
- 2.2. Principais critérios de aferição da competência internacional.
- 2.3. A relevância da litispendência estrangeira.

3. Cooperação judiciária internacional.

- 3.1. Noção e espécies.
- 3.2. Citação e notificação no estrangeiro.
- 3.3. Obtenção de provas no estrangeiro.

4. Reconhecimento de sentenças judiciais estrangeiras.

- 4.1. Noção e fundamento geral.
- 4.2. Regimes internacionais
- 4.3. Regimes vigentes segundo o Direito Comparado.
- 4.4. Regime vigente em Angola e sua articulação.

Tema 6: Arbitragem Internacional.

- 6.1. Noção, relevância e fontes de regulação da arbitragem internacional.
- 6.2. A arbitragem de investimentos.

- 6.3. Territorialidade e deslocalização na arbitragem internacional.
- 6.4. Direito aplicável ao mérito da causa na arbitragem internacional.
- 6.5. A relevância dos usos do comércio internacional.
- 6.6. Reconhecimento de sentenças arbitrais estrangeiras.
- 7.7. A mediação e a conciliação de litígios com caráter internacional.

Metodologia:

A disciplina é leccionada em:

- Aulas teóricas (conferências)
- Aulas teórico-práticas (seminários e exercícios)

As aulas são compostas de uma parte explosiva, onde são apresentados os conceitos fundamentais das diferentes matérias do programa juntamente com a demonstração dos principais resultados, pretendendo-se que os estudantes adquiram uma visão global dos temas abordados e suas interligações; uma componente prática, onde os estudantes aplicarão os conhecimentos adquiridos melhorando a sua compreensão das matérias lecionadas.

Sistema Específico de Avaliação

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC)= $AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final:(EF)

Nota Final: (NF)= $MAC * 40\% + EF * 60\%$

1-. Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (7) valores

- 2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores
- 3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.
- 4.-Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

Bibliografia Principal:

1. ALEXANDRE, ISABEL, Direito Processual Civil Internacional I, Lisboa, AAFDL, 2021.
2. CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES, Tratado da Arbitragem, Almedina, 2015.
3. CORREIA, ANTÓNIO FERRER - Lições de Direito Internacional Privado, vol. I, Almedina, Coimbra, 2000.
4. Lei da arbitragem voluntária comentada, coordenação de Mário Esteves de Oliveira, Almedina, Coimbra, 2014.
5. MENDES, JOÃO DE CASTRO/SOUSA, MIGUEL TEIXEIRA DE, Manual de Processual Civil, vols. I e II, AAFDL Editora, 2022.
6. OLIVEIRA, ELSA DIAS, Arbitragem voluntária: Uma introdução, Almedina, Coimbra 2020. PINHEIRO, LUÍS DE LIMA – Arbitragem transnacional, Coimbra, Almedina, 2005.
7. Direito Internacional Privado, vol. III, tomo I, AAFDL, 2019;
8. Direito Internacional Privado, vol. III, tomo II, 3.^a edição, AAFDL, 2019;
9. RAMOS, RUI MANUEL DE MOURA – A reforma do Direito Processual Civil Internacional, Coimbra, Coimbra Editora, 1998;
10. Estudos de Direito Internacional Privado e de Direito Processual Civil Internacional, Coimbra, Coimbra Editora, vol. I, 2002, vol. II, 2007.
11. VICENTE, DÁRIO MOURA – Da arbitragem comercial internacional, Coimbra, Coimbra Editora, 1991;
12. Direito Internacional Privado. Ensaaios, Coimbra, Almedina, vol. I, 2002, vol. II, 2005, vol. III, 2010, vol. IV, 2018.

Direito Comercial II

Unidade curricular: Direito Comercial II		Curso: Licenciatura em Direito			
		Formas Organizativas			
Ano: 3º	Carga Horária	Teóricas	Teórico – Prática	Práticas	Prática Laboratorial
Semestre: 2º					
Tipo: Semestral	5 UC	2 UC	2 UC	1 UC	

OBJECTIVO GERAL

Aplicar a técnica jurídica no desenvolvimento das várias competências no ramo económico e empresarial.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Tema 1 EXTINÇÃO DA SOCIEDADE COMERCIAL

1.1- Liquidação e Extinção. Noção. Efeitos. Formalidades;

1.2 Falência e Concordata. Noção. Cabimento. Efeitos. Requisitos Legais.

Tema 2: MERCADO

2.1 Origem. Noção. Categorias Fluidez;

2.2 Monopólio. Noção. Espécies;

2.3 Bancos. Noção. Operações. Espécies;

2.4 Câmbio. Noção. Operações. Instrumentos.

2.5 Taxas. Balança de Pagamento ou de Contas; Títulos de Crédito. Noção.

2.6 Modalidades. Principais Características.

2.7 Contratos Comerciais: Princípios Gerais

2.8 A compra e venda Mercantil.

2.9 Contratos de transporte, Agencias, Franquia

MÉTODOLOGIA

Os conteúdos da disciplina de Direito Comercial e Sociedades Comerciais serão leccionados em aulas teóricas e teórico-práticas recorrendo-se aos métodos expositivo, participativo e palestras. Serão promovidas e estimuladas as apresentações de temas nas aulas teórico-práticas, a participação em painéis de discussão ou mesas redondas, além dos trabalhos individuais e em grupo.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A avaliação dos resultados obtidos do estudante é calculada pelas fórmulas subsequentes:

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC)= $AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final:(EF)

Nota Final: (NF)= $MAC * 40\% + EF * 60\%$

1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (7) valores

2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores

3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.

4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

BIBLIOGRAFIA

- 1- ASCENSÃO, José de Oliveira. Direito comercial. Lisboa.
- 2- Manual do Direito Internacional público, do professor Joaquim da Silva Cunha e Maria da Assunção do Vale Pereira AAFDL, 1993.
- 3- Coimbra, Almedina. CORREIA, Ferrer. Direito Comercial (Títulos de Crédito).
- 4- CORDEIRO, António Menezes. Manual de Direito Bancário.
- 5- Coimbra, Almedina. CORREIA, Ferrer. Direito Comercial (Títulos de Crédito).
- 6- Hubrecht, Geoges. Droit Commercial, Ed. Sirey 1988.
- 7- Manual de Direito Comercial, de Prof. António Menezes Cordeiro
- 8- Direito Comercial (Angola)

4º ANO

1º SEMESTRE – UNIDADES CURRICULARES

Direito Processual Civil III

Unidade curricular: Direito Processual Civil III		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 4º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 1º						
Tipo: Semestral	4 UC	2 UC	1 UC	1 UC		

OBJECTIVO GERAL

Aplicar nos mecanismos próprios da declaração do direito ao caso concreto pelos tribunais na resolução de conflitos de interesses que ocorrem no direito privado (comum e comercial)

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

TEMA 1: A SENTENÇA FINAL

1-1-Limites da Sentença

1.2-Vícios e Reforma da Sentença

1.3-Arguição das nulidades da Sentença

1-4- Esclarecimento ou reforma da Sentença

1.5-Uso anormal do processo

TEMA 2: OS RECURSOS NO PROCESSO COMUM ORDINÁRIO

2.1-Trânsito em julgado

2.2-Noção de Recurso

2.3-Sujeitos e objectos do recurso

2.4-Causas de irrecorribilidade

TEMA 3: A ORGANIZAÇÃO JUDICIARIA ANGOLANA

3.1- Organização e composição dos Tribunais

3.2 A hierarquia dos tribunais e a competência

3.3-espécies de recurso no ordenamento jurídico angolano

TEMA 4: O PROCEDIMENTO DOS RECURSOS ORDINÁRIOS

4.1-Fase da interposição

4.2- Expedição ou subida do recurso

4.3-A fase das alegações

4.4-A fase da preparação do julgamento.

4.5- A fase do Julgamento

TEMA 5: PROCEDIMENTO DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS

5.1- Marcha do Recurso de Revisão

5.2-Marcha do processo de oposição de terceiro

5.3- Marcha do recurso para o plenário.

5.4- O recurso para o Tribunal Constitucional

TEMA 6 CASO JULGADO

6.1-O valor das decisões transitadas em julgado caso julgado material e caso julgado formal

6.2-Casos julgados contraditórios

6.3- Fundamentos da excepção do caso julgado

6.4- Questões não abrangidas pelo caso julgado

6.5-Limites do caso julgado

METODOLOGIA

Os conteúdos da disciplina de Direito Processual Civil III serão leccionados em aulas teóricas e teórico-práticas recorrendo-se aos métodos expositivo, participativo e palestras. Serão promovidas e estimuladas as apresentações de temas nas aulas teórico-práticas, a participação em painéis de discussão ou mesas redondas, além dos trabalhos individuais e em grupo.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC)= $AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final:(EF)

Nota Final: (NF)= $MAC * 40\% + EF * 60\%$

1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (7) valores

2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores

3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.

4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

BIBLIOGRAFIA

- 1- João Castro Mendes-vol. III, DPC- 1994
- 2- Antunes Varela/Miguel Bezerra/Sampaio e Nora, 2ªed. Coimbra-1985
- 3- José Alberto dos Reis, Código de Processo Civil Anotado vol. V, reimp. 1981
- 4- Palma Carlos, direito Processual Civil – Dos Recursos, AAFDL, 1971
- 5- Armindo Ribeiro Mendes, Direito Processual Civil III- Recursos, AAFDL, 1982
- 6- Manuel Oliveira Leal Henriques, Recursos em Processo Civil, Coimbra, 1984
- 7- Manuel de Andrade, Noções Elementares de Processo Civil, Coimbra 1993
- Código Civil
- Lei n.º18/88 de 31 de Dezembro
- Lei n.º20/88 de 31 de Dezembro
- D.L.n.º4A /96 de 5 de Abril

7. Fernando Luso Soares, Direito Processual Civil, Coimbra, 1980
8. Miguel Teixeira de Sousa, Estudos sobre o novo processo civil, Lex, Lisboa 1997
9. José Lebre de Freitas, A Acção Declarativa Comum, Coimbra, 2000
10. António Montalvão Machado/Paulo Pimenta, O Novo Processo Civil, 4ª Ed. Coimbra 1997
11. Jorge Pais do Amaral, Direito Processual Civil, Coimbra, 2002
12. António Fernando Neto da Costa, A Tramitação da Acção Declarativa, Estudos do Direito Processual Civil, Luanda 2002
13. LEGISLAÇÃO
14. Constituição da República
15. Código de Processo Civil

Ética e Deontologia do Direito

Unidade curricular: Ética e Deontologia do Direito		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 4º	Carga Horária	Teóricas	Teórico – Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 1º						
Tipo: Semestral	4 UC	2 UC	1UC	1 UC		

OBJECTIVO GERAL

Identificar adequadamente os principais problemas da ética profissional

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Tema 1. Introdução ABC da ética e deontologia Psicológica Profissional.

- 1.1 A História do campo da Ética.
- 1.2 Conceito de Ética
- 1.3 Comparação da Ética vs Moral
- 1.4 As principais teorias e ramos da ética
- 1.5 Outras ciências VS éticas e deontologia

Tema 2. A Deontologia Profissional

- 2.1 História do termo.
- 2.2 Conceito de Deontologia.
- 2.3 A ética no contexto da pesquisa em Psicologia.

Tema 3. Princípios Gerais

- 3.1 Princípio A: Respeito pela dignidade e direitos da pessoa

3.2 Princípio B: Competência

3.3 Princípio C: Responsabilidade

3.4 Princípio D: integridade

3.5 Princípio E: Beneficência e Não- maleficência

Tema 4. Princípios Específicos (A)

4.1 Consentimento informado.

4.2 Privacidade e confidencialidade

4.3 Relações profissionais

4.4 Avaliação Psicológica.

Tema 5. Princípios Específicos (B)

5.1 Prática e Intervenção Psicológica.

5.2 Ensino, formação e Supervisão Psicológicas.

5.3 Investigação.

5.4 Declarações Públicas.

Tema 6. Psicologia como Profissão

6.1 Quê é uma profissão?

6.2 Porque temos um código ético?

6.3 Formação em ética profissional

6.4 Modelos de ensinamentos éticos

6.5 Comparação dos diferentes códigos éticos (Espanha, Portugal e Cuba) diferenças e similitudes.

Tema 7. Ética: Questões contemporâneas

7.1 A ética nas instituições de ensino

7.2 Ética e Saúde

7.3 Ética e Política

7.4 Ética e meio ambiente

METODOLOGIA

A disciplina se espartirá através de conferencias, seminários, classes praticas, com métodos de ensino: ilustrativos e transmissivos.

Os seminários terão como objectivo de que os estudantes entram em debates e se aclarar as suas dúvidas com o outrem. A avaliação se realizara de maneira permanente através de apresentações dos resultados obtidos nas classes práticas e os seminários e de maneira integradora através de um exame final.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A avaliação dos resultados obtidos do estudante é calculada pelas fórmulas subsequentes:

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC) = $AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final: (EF)

Nota Final: (NF) = $MAC * 40\% + EF * 60\%$

1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (7) valores

2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores

3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.

4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

BIBLIOGRAFIA

2. BAPTISTA I. Ética e Educação – estatuto ético da relação educativa. Porto, Universidade Portucalense, 1998
3. BINDÉ, Jérôme (Direcção). Para onde vão os Valores? (Debates do Século XXI). Lisboa, Instituto Piaget, 2004.

Trabalho final de Curso I

Unidade curricular: Trabalho final de Curso I		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 4º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 1º						
Tipo: Semestral	6 UC	-	2 UC	4 UC		

Objectivo Geral

Aplicar os conhecimentos sobre investigação em Direito para dar solução a um problema de sua área de acção, desenvolvendo as competências investigativas de seu perfil de saída.

Conteúdos Programáticos

TEMA 1: Construção do Projecto de Pesquisa

1.1.-Partes do projecto.

1.2.- Situação problema, problema real e formulação do problema científico.

1.3.- Objectivo e campo de pesquisa.

1.4.- Objectivos e tarefas científicas.

1.5 Formulação e operacionalização de hipóteses. Ideia para defender.

1.6.-Métodos de pesquisa científica: teóricos, empíricos e matemático-estatísticos.

1.7-Critérios para a selecção da amostra. Amostragem tipos.

TEMA 2: Utilizando as normas científicas na pesquisa e na escrita do trabalho final.

2.1 Elaboração do relatório final do trabalho científico

2.2 Estilo para escrever um relatório de pesquisa

2.3 Componentes estruturais de um relatório de pesquisa científica.

2.3.1 Capa resumo, introdução e índice.

2.3.2 Fundamentação teórica do problema.

2.3.3 Diagnóstico da situação real do problema, elaboração de propostas, demonstrando sua viabilidade e análise de resultados.

2.3.4 Conclusões.

2.3.5 Recomendações.

2.3.6 Referências bibliográficas.

2.3.5 Anexo.

METODOLOGIA

Esta disciplina trata de matérias de índole prática, daí que o docente deve estimular a resolução de casos práticos relacionados com a realidade angolana, para além de expor conceitos teóricos acompanhados de exemplos que espelham as práticas do dia-a-dia dos angolanos. Neste contexto é fundamental a motivação dos estudantes por meio de debates sobre temas actuais, assim como estimular a pesquisa individual.

Sistema de Avaliação

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: $(MAC) = AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final: (EF)

Nota Final: $(NF) = MAC * 40\% + EF * 60\%$

1-. Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (7) valores

2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores

3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.

4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

Bibliografia:

Básica

- 1- Gonçalves, Elisa Pereira. Iniciação à Pesquisa Científica. Campinas, SP: Alínea, 4ª ed., 2005
- 2- Gonçalves, Hortência de Abreu. Manual de Artigos Científicos. São Paulo: Avercamp, 2003.
- 3- MARCONI, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 6.ed. Rev. E ampl. São Paulo: Atlas, 2006.
- 4- Medeiros, João Bosco. Redacção científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- 5- Bello, José Luiz de Paiva. Metodologia científica: manual para elaboração de textos académicos, monografias, dissertações e teses. Rio de Janeiro: Universidade Veiga de Almeida, UVA, 2008. In: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/metcompnew1.pdf>
- 6- Castro, Cláudio de M. A prática da pesquisa. São Paulo: Mcgraw-hill, 1978
- 7- Beatriz Marques Magalhães. São Paulo: Globo, 1978
- 8- Rudio, Franz Victor. Introdução ao projecto de pesquisa científica. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

Direitos Reais

Unidade curricular a: Direitos Reais		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 4º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 1º						
Tipo: Semestral	6 UC	2 UC	1 UC	1 UC		

Objectivo Geral

Aplicar os conhecimentos básicos da disciplina direitos reais às soluções normativas e sobre as decisões jurisprudenciais.

Conteúdos Programáticos

Tema 1: Introdução: Dos direitos das coisas

- 1.1- O Objecto dos direitos das coisas
- 1.2- Noção jurídica de coisa
- 1.3- Classificação das coisas.

Tema 2: A ordenação dominial provisória: A posse

- 2.1- Noção de posse. Os grandes problemas da posse.
- 2.2- Os sistemas possessórios. A posição do sistema português.
- 2.3- Posse causal e posse formal. Posse e mera detenção. Capacidade para possuir.
- 2.4- Objectos da posse. Direitos em termos dos quais se pode possuir.
- 2.5- Características da posse.
- 2.6- Formas de aquisição da posse.
- 2.7- Conjunções da posse.

2.8- Efeitos da posse; a usucapião. Suspensão e interrupção da usucapião.

Tema 3: A ordenação dominial definitiva: princípios constitucionais dos direitos das coisas

3.1-Princípios ligados ao lado interno do direito das coisas.

3.2-Princípios ligados ao lado externo do direito das coisas.

Tema 4: Características dos direitos das coisas

4.1-Características ligadas ao lado interno do direito das coisas.

4.2-Características ligadas ao lado externo do direito das coisas.

Tema 5: Dos direitos reais em especial

5.1- Direito reais de gozo

5.2- Direito de propriedade.

5.2.1- Formas de aquisição.

5.2.2- Características.

5.2.3- Limites.

5.2.4- Defesa da propriedade.

5.2.5- Compropriedade e comunhão.

5.2.6- Propriedade horizontal.

5.3-- Direito de usufruto e direitos de uso e habitação.

5.4- - Direito de superfície.

5.4.1- Servidão predial.

5.4.2- Direito real de habitação periódica.

5.5- Direitos reais de garantia.

5.6- -Direitos reais de aquisição.

Metodologia

Métodos de ensino e actividades de aprendizagem

Aulas teóricas: Exposição e análise dos conteúdos programáticos

Aulas práticas: exposição complementar das aulas teóricas, discussão da matéria sumariada e resolução de casos práticos.

Os conteúdos da disciplina de Direito Processual Civil III serão leccionados em aulas teóricas e teórico-práticas recorrendo-se aos métodos expositivo, participativo e palestras. Serão promovidas e estimuladas as apresentações de temas nas aulas teórico-práticas, a participação em painéis de discussão ou mesas redondas, além dos trabalhos individuais e em grupo.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC)= $AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final:(EF)

Nota Final: (NF)= $MAC * 40\% + EF * 60\%$

1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (7) valores

2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores

3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.

4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores

Bibliografia

- 1- Orlando de Carvalho; Introdução à posse (RLJ, nºs 122 e s)
- 2- Carvalho Orlando de; Direito das coisas
- 3- José Alberto Vieira; Direitos Reais, Coimbra Editora, 2008 Cordeiro António Menezes; Direitos reais
- 4- Pires Lima/Antunes Varela; Código Civil Anotado vol. I e III
- 5- António Santos Justo; Direitos Reais, Coimbra Editora, 2010
- 6- José de Oliveira Ascensão; Direito civil - Reais, 1993
- 7- Mesquita Manuel Henrique; Obrigações reais e ónus reais. ISBN: 972-40-0464-3
- 8- Mesquita Manuel Henrique; Direitos reais
- 9- Orlando de Carvalho; Teoria Geral da Relação Jurídica- sumários desenvolvidos
- 10- Duarte Rui Pinto; Curso de direitos reais. ISBN: 972-8500-90-4
- 11- Luís Carvalho Fernandes; Lições de Direitos Reais, Quid Juris, 2009

Contratos Especial

Unidade curricular: Contratos Especial		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 4º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 1º						
Tipo: Semestral	4 UC	2 UC	1 UC	1 UC		

OBJECTIVO GERAL

Aplicar os conhecimentos fundamentais dos contratos especiais em sua desempenho profissional

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Tema 1: Contrato de compra e venda

- 1-1- Introdução. Forma do contrato de compra e venda
- 1-2- Efeitos essenciais
- 1-3- O efeito real
- 1-4- Os efeitos obrigacionais
- 1-5- O dever de pagar o preço
- 1-6- Venda com reserva de propriedade
 - 1.6.1 Venda a retro
 - 1.6.2 Venda a prestações
 - 1.6.3 Venda de bens alheios
 - 1.6.4 Venda de bens onerados
 - 1.6.5 Venda de coisas defeituosas

Tema: 2 CONTRATO DE SOCIEDADE

- 2.1- Conceito de sociedade
- 2.2- Elementos constitutivos da sociedade
- 2.3 Objecto

- 3.1 A organização
- 3.2 O fim
- 3.3 A repartição dos lucros.
- 3.4 17. Características qualificativas do contrato de sociedade
- 3.5 As relações internas
- 3.6 Obrigações dos sócios
- 3.7 Deveres acessórios impostos pela boa fé
- 3.8 Direitos dos sócios
- 3.9 A estrutura organizativa
- 3.10 Relações externas
- 3.11 Representação da sociedade
- 3.12 Responsabilidade pelas obrigações sociais
- 3.13 Extinção do vínculo social relativamente a um sócio

Tema: 3 CONTRATO DE COMODATO

- 4.1 Noção
- 4.2 Fim do contrato
- 4.3 Responsabilidade do comodante
- 4.4 Obrigações do comodatário

Tema: 4 CONTRATO DE MÚTUO

- 5.1 Noção
- 5.2 Mútuo consensual
- 5.3 Contrato promessa de mútuo
- 5.4 Forma do mútuo

5.5 Efeitos do mútuo

Tema: 5 CONTRATO DE DOAÇÃO

6.1 Noção

6.2 Doação remuneratória

6.3 Objecto da doação

6.4 Aceitação da doação

6.5 Capacidade para fazer ou receber doações

6.6 Carácter pessoal da doação

6.7 Revogação das doações

Tema: 6 CONTRATO DE MANDATO

7.1 Introdução

7.2 Noção

7.3 Características

7.4 Gratuidade ou onerosidade do contrato

7.5 Carácter consensual ou formal do contrato

7.6 Contrato sinalagmático ou não sinalagmático ou sinalagmático imperfeito

7.7 Extensão do mandato

7.8 Mandato geral

7.9 Mandato especial

7.10 Pluralidade de mandatários

7.11 Pluralidade de mandantes

7.12 Substitutos e auxiliares do mandatário

7.13 Direitos e obrigações do mandatário

7.14 Obrigações do mandante

- 7.15 Obrigação de lealdade e cooperação
- 7.16 Extinção da relação de mandato
- 7.17 Introdução
- 7.18 A cessação do mandato por denúncia
- 7.19 A cessação do mandato por revogação unilateral
- 7.20 A cessação do mandato por resolução
- 7.21 Cessação do mandato por caducidade
- 7.22 Mandato com representação
- 7.23 Introdução
- 7.24 Mandato e representação
- 7.25 Revogação ou renúncia da procuração
- 7.26 Mandato sem representação
- 7.27 Noção
- 7.28 O mandato para alienar
- 7.29 Mandato para adquirir

Tema: 8 CONTRATO DE DEPÓSITO

- 8.1 Noção
- 8.2 Obrigações do depositário
- 8.3 Obrigações do depositante
- 8.4 Depósito irregular

Tema: 9 CONTRATO DE EMPREITADA

- 9.1 O conceito de empreitada

- 9.2 Noção
- 9.3 Direitos do dono da obra
- 9.4 Deveres do dono da obra
- 9.5 Direitos do empreiteiro
- 9.6 Deveres do empreiteiro
- 9.7 Formação e execução do contrato
- 9.8 Consignação da obra
- 9.9 Alterações ao plano convencionado
- 9.10 Extinção do contrato
- 9.11 Verificação, comunicação e aceitação da obra
- 9.12 Transferência da propriedade da obra

METODOLOGIA

A disciplina está estruturada em conferências, classes práticas e seminários, nas conferências e classes práticas têm como principal objectivo a vinculação dos temas da disciplina com os fenómenos jurídicos de natureza contratual, utilizando modelos, métodos, gráficos e representações que permitam ao aluno uma motivação pela disciplina e por o curso que estuda em particular, os seminários estão destinados a aprofundar nos conhecimentos e desenvolver habilidades na revisão bibliográfica, de resumo e comparação criteriosa sobre diferentes teorias e fenómenos que sustentam o conhecimento, dando os primeiros passos para a investigação científica e criando bases conceptuais para disciplinas posteriores

SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC) = $AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final: (EF)

Nota Final: (NF) = $MAC * 40\% + EF * 60\%$

- 1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (7) valores
- 2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores
- 3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.
- 4.- Considera se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

BIBLIOGRAFIA:

Básica:

- 1-LISBOA, Roberto Senise. Manual elementar de direito civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- 2-MONTEIRO, Washington de Barros – Curso de direito civil. São Paulo: Saraiva, 2007.
- 3-PEREIRA, Caio Mário da Silva – Instituições de direito civil. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

Complementar:

- 1-Rodrigues, Silvio. Direito civil. São Paulo: Saraiva, 2006.
- 2-Venosa, Silvio Salvo Venosa. Direito civil. São Paulo: Atlas, 2008.

Direito Bancário e de Seguros

Unidade curricular: Direito Bancário e de Seguros		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 4º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 1º						
Tipo: Semestral	6 UC	2 UC	2 UC	2 UC		

OBJECTIVO GERAL

Resolver problemas jurídico-bancários e de seguros no âmbito dos diferentes ramos de direito.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICO

Tema 1: O Banco

- 1.1- Conceito, Histórico espécies, Funções, Natureza jurídica.
- 1.2- O Seguro: Conceito, Histórico espécies, Funções, NATUREZA JURÍDICA.
- 1.3- Actividade bancária e de seguros: Legislação geral e especial, técnicas, Natureza jurídica das operações.
- 1.4- Direito bancário e de seguros: Conceito, Características básicas, Relação com outros ramos do direito.
- 1.5- Principais Operações Bancárias: conceito, características, natureza jurídica, limites, classificação.
- 1.6- Depósito/conta corrente;
 - 1.6.1- Abertura de crédito; o Desconto; o Empréstimo;
 - 1.6.2- Financiamento
- 1.7- Títulos de crédito utilizados na actividade bancária:
 - 1.7.1- Cheque; Nota Promissória; Duplicata
 - 1.7.2- Cédula de Crédito Bancário; Letra de Crédito Imobiliário; Cédula de Crédito Imobiliário.

Tema 2: Responsabilidade Civil e no Direito Bancário.

2.1- O Sigilo Bancário:

2.1.1- Responsabilidades; Limitações;

2.1.2- O fornecimento de documentos

2.1.3- O mercado de Seguros em Angola.

2.1.4- Teoria Geral do Seguro.

2.2- O papel do Corretor de Seguro e sua responsabilidade.

2.2.1- Aspectos Jurídicos do Contrato de Seguro.

2.2.2- O Contrato de Seguro no Código Civil: 2.1. Disposições gerais;

2.2.3- Seguro de dano.

2.3- O Contrato de Seguro no Código Civil:

2.3.1- Seguro de pessoas.

2.3.2- O Código de Defesa do Consumidor e o Contrato de Seguro.

2.4- Aspectos Operacionais e Jurídicos do Resseguro.

2.4.1- Previdência Privada;

2.4.2- O Seguro de Vida;

2.4.3- O Seguro-Saúde.

2.4.4- O Seguro de Automóvel;

2.4.5- O Seguro de Responsabilidade Civil;

2.4.6- Outras Modalidades de Seguro.

2.4.7- A Fraude no Seguro.

METODOLOGIA

Esta disciplina trata de matérias de índole prática, daí que o docente deve estimular a resolução de casos práticos relacionados com a realidade angolana, para além de expor conceitos teóricos acompanhados de exemplos que espelham as práticas do dia-a-dia dos

angolanos. Neste contexto é fundamental a motivação dos estudantes por meio de debates sobre temas actuais, assim como estimular a pesquisa individual.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC) = $AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final: (EF)

Nota Final: (NF) = $MAC * 40\% + EF * 60\%$

1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (7) valores

2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores

3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.

4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

BIBLIOGRAFIA

Básica:

- 1- Cordeiro, António Menezes. Manuel de Direito Bancário.
- 2- Correia, Ferrer. Direito Comercial (Títulos de Credito).
- 3- Pires, José Manuel. Direito Bancário.
- 4- Ferreira, António Pedro. Direito Bancário.
- 5- Matchoco, Vasco Laquiço. Depósito Bancário.
- 6- Nunes, Fernando Conceição. Direito Bancário.
- 7- De sa, Almeno. Responsabilidade Bancária.
- 8- WATT, Teodoro Andrade. Manuel de Direito Bancário.

9- Waty, Teodoro Andrade. Clausulas Contratuais Gerais.

10- Coelho, J. G. Pinto. Lições De Direito Comercial. 1957.

Complementar:

1- Correia, Luis Brito. Direito Comercial. 1978/79.

2- Cunha, Paulo. Introdução Ao Estudo Do Direito. Lisboa, Antonio Maria Pereira, 1948-49.

3- TELLES, Inocêncio Galvão. Introdução Ao Estudo Do Direito. Lisboa, 1953-54, (Lições Policopiadas).

4- A prática dos Seguros, Professor João Valente Martins

5- Curso de Direito Bancário, Professor Augusto de Athayde

4º ANO

2º SEMESTRE- UNIDADES CURRICULARES

Disciplina: Medicina Legal

Unidade curricular: Medicina Legal.		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 4º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 2º						
Tipo: Semestral	8 UC	3 UC	2 UC	3 UC		

OBJECTIVO GERAL

Identificar questões penais, cíveis, acidentárias, trabalhistas e administrativas a partir de uma sólida formação em Medicina Legal

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICO

Tema 1 Introdução ao Estudo da Medicina Legal.

1.1 Breve histórico. Definição. Competência.

1.1.1 Processualista Civil e Criminal em Angola.

1.1.2 A prova Judicial.

1.1.3 Área funcional da Medicina Legal.

1.2 Papel do Médico nos Processos Jurídicos e Administrativos.

1.2.1 Perícias e Peritos.

1.2.2 Documentologia Médico-legal: Relatórios, Pareceres, Autos, Atestados.

1.2.3 Destinação dos cadáveres: Morte natural, Morte violenta, Morte desconhecido.

1.3 Identidade: Identificação Médico-legal: Diagnóstico Antropológico Genérico e Individualizante Exames de Sangue, Pelos, Secreções Corporais.

1.4 Tanatologia: Conceito contemporâneo de morte.

1.4.1 Doação e transplantes.

1.4.2 Ética do começo e do fim da vida.

1.5 Ptomatologia:

1.5.1 Fenómenos. Cadavéricos de BORRI: Imediatos, Consecutivos, Transformativos.

Necropsia Médico-legal e Patológica.

Tema 2: Introdução à Traumatologia Forense.

2.1- Estudo do Pós Mortes. Agonia.

2.2- Classificação dos agentes vulnerantes físicos e seus efeitos lesivos sobre o corpo humano.

2.2.1- Lesões por agentes perfurantes, cortantes e perfuro-cortantes.

2.2.2- Lesões produzidas por agentes contundentes e corto-contundentes.

2.2.3- Lesões produzidas por agentes perfuro-contundentes; armas de fogo.

2.3- Energias Químicas:

2.3.1- Cáusticos e Venenos.

2.3.2 Asfixiologia Médico-legal: Energias Físico-Químicas. Energias Complexas: Bio-Químicas e Biodinâmicas.

2.4- Sexologia Forense:

2.4.1- Impotências, Travestismo, Homossexualismo, Transexualismo, Hermafroditismo. 2.4.2- Estupro, Acto libidinoso diverso da conjunção carnal, o Gravidez, parto e puerpério. Abortamento, infanticídio. Transtornos do Instinto Sexual.

2.5- Toxicologia:

2.5.1- Noções de farmacologia; droga dicção, vício e hábito. Dosagem Alcoólica. Drogas

2.6- Princípios de Psicopatologia:

2.6.1- O comportamento Anti-Social.

2.6.2- Noções de Criminologia.

METODOLOGIA

O ensino e aprendizagem assentará nos métodos participativos (seminários, trabalhos individuais e em grupo, etc) onde o estudo está no centro do processo. As aulas teóricas e práticas serão equilibradas.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC) = $AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final: (EF)

Nota Final: (NF) = $MAC * 40\% + EF * 60\%$

1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (7) valores

2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores

3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.

4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

BIBLIOGRAFIA

Básica:

- 1- Casarett and Doull's; Toxicologia – A Ciência Básica dos Tóxicos; 5ª Ed., 2001, McGraw-Hill de Portugal, Lda.
- 2- Neves, H.J.C.; Freitas, A.M.C. Introdução à Cromatografia Gás-Líquido de Alta Resolução. Dias de Sousa, Lda. 1º Ed. 1996.

Registo Notárial

Unidade curricular: Registo Notárial		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 4º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 2º						
Tipo: Semestral	6 UC	2 UC	2 UC	2 UC		

OBJECTIVO GERAL

Pesquisar em o estudo no campo do registo e notariado, bem como para operação do instrumental jurídico relativo ao trabalho exercido pelas conservatórias

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Tema 1: Notariado

- 1.1- Noção e função
- 1.2- Estatuto e competência dos Cartórios Notariais
- 1.3- Livros e documentos
- 1.4- Procedimentos notariais: execução e formalismo dos actos notariais. Dos actos notariais em especial
- 1.5- Escrituras públicas
 - 1.5.1- Testamentos
 - 1.5.2- Habilitação de herdeiros e partilha
 - 1.5.3- Termos de autenticação e reconhecimentos
 - 1.5.4- Procurações e instrumentos avulsos
 - 1.5.5- Certidões e documentos afins
 - 1.5.6- Traduções

1.5.7- Recusas e recursos

Tema 2: Direito dos registos

2.1- O Registo Predial. Noção e fins

2.2 Objecto e âmbito

2.2.1- Competência das Conservatórias do Registo Predial Suportes documentais.

2.2.2 Registos: descrições, inscrições e averbamentos o Procedimento do registo:

- Legitimidade
- Pedido e meios de prova (título)
- Qualificação do registo: rejeição, recusa, e provisoriedade
- Suprimento de deficiências o Impugnação e recursos
- Princípios registais: oponibilidade a terceiros, prioridade, presunção, legitimação de direitos, trato sucessivo, instância e legalidade
- Caducidade e cancelamento
- Certidões e documentos afins

2.3 O Registo de automóveis, navios e aeronaves (breve referência)

2.3.1 Noção e função. Objecto e âmbito

- Competência das Conservatórias
- Princípios registais o Procedimento e registos
- Certidões e documentos afins

2.4 O Registo Civil

2.4.1 Noção e função.

- Âmbito objectivo e subjectivo. Obrigatoriedade
- Competência das Conservatórias do Registo Civil e das Conservatórias dos Registos Centrais Suportes documentais

2.4.3 Registos: assentos (por inscrição ou transcrição) e averbamentos. Procedimento dos registos.

- Legitimidade
- Pedido e meios de prova
- Qualificação do registo
- Impugnação e recursos o Princípios registais
- Cancelamento e rectificação
- Certidões e documentos afins

2.5 Registo Nacional de Pessoas Colectivas.

2.5.1 Noção e função

- Competência do Registo Nacional de Pessoas Colectivas
- Ficheiro central de pessoas colectivas: objecto e âmbito
- Princípios de admissibilidade de firmas e denominações
- Certificado de admissibilidade de firma ou denominação
- Cartão da pessoa colectiva

2.6 O Registo Comercial o Noção e fins

2.6.1 Âmbito subjectivo e objectivo

2.6.2 Competência das Conservatórias do Registo

2.6.3 Registo obrigatório e facultativo

2.6.4 Modalidades: registo por depósito e por transcrição o Procedimento do registo:

- Legitimidade
- Pedido e meios de prova
- Qualificação do registo: rejeição, recusa e provisoriedade
- Suprimento de deficiências
- Impugnação e recursos o Registos: depósito, matrícula, inscrições, e averbamentos
- Publicações e comunicações o Princípios do registo o Caducidade e cancelamento

- Certidões e documentos afins

METODOLOGIA

Aulas expositivas. Questionários referentes a cada ponto, a serem respondidos por escrito. Trabalhos de pesquisa, abrangendo temas conflituantes, sob supervisão do professor, fornecida bibliografia básica. Exercícios de redacção sobre os temas das aulas.

Debates sobre temas jurídicos da actualidade, prioriza

ndo aspectos relativos à matéria leccionada; sendo incentivada a participação de todos.

Estudos dirigidos, em classe, de processo cíveis, sobre os quais os alunos redigem relatórios; tais estudos teórico práticos, permitem a familiarização com o instrumento que irão utilizar na vida profissional.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC) = $AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final: (EF)

Nota Final: (NF) = $MAC * 40\% + EF * 60\%$

1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (7) valores

2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores

3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.

4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

BIBLIOGRAFIA

- 1- Legislação de Registos e Notariado-Angola
- 2- De Luis Duarte Manso e Nuno Teodósio Oliveira, Direitos reais & Registos e Notariado, Editora: Quid Jurs
- 3- Araújo, A. M. Borges de & Matos , Albino - Prática Notarial , 3ª edição , Livraria Almedina, Coimbra
- 4- Ferreirinha Fernando Neto & da Silva Zulmira Neto Lino -Manual de Direito Notarial – Teoria e prática
- 5- Matos., Albino - A Liberalização do Notariado – Ensaio Crítico
- 6- Matos, Albino - Temas de Direito Notarial – Doutrina – Jurisprudência – Prática.
- 7- Pereira, M. Gonçalves - Notariado e Burocracia.
- 8- Rodrigues, Pedro Nunes - Direito Notarial e Direito Registral – O Novo Regime Jurídico do Notariado Privado, Livraria Almedina, Coimbra.
- 9- Guerreiro, A. Mouteira - Noções de Direito Registral, Coimbra Editora, Coimbra, 1994

Trabalho final de Curso II

Unidade curricular: Trabalho final	Curso: Licenciatura em Direito
------------------------------------	--------------------------------

de Curso II		Formas Organizativas				
Ano: 4º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 2º						
Tipo: Semestral	6 UC	-	2 UC	4 UC		

TEMA 1: Utilizando as normas científicas na pesquisa e na escrita do trabalho final.

1.1 Elaboração do relatório final do trabalho científico

1.2 Estilo para escrever um relatório de pesquisa

1.3 Componentes estruturais de um relatório de pesquisa científica.

1.3.1 Capa resumo, introdução e índice.

1.3.2 Fundamentação teórica do problema.

2.3.3 Diagnóstico da situação real do problema, elaboração de propostas, demonstrando sua viabilidade e análise de resultados.

2.3.4 Conclusões.

2.3.5 Recomendações.

2.3.6 Referências bibliográficas.

2.3.5 Anexo.

METODOLOGIA

Esta disciplina trata de matérias de índole prática, daí que o docente deve estimular a resolução de casos práticos relacionados com a realidade angolana, para além de expor conceitos teóricos acompanhados de exemplos que espelham as práticas do dia-a-dia dos angolanos. Neste contexto é fundamental a motivação dos estudantes por meio de debates sobre temas actuais, assim como estimular a pesquisa individual.

Sistema de Avaliação

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC) = $AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final: (EF)

Nota Final: (NF) = $MAC * 40\% + EF * 60\%$

1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (7) valores

2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores

3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.

4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

Bibliografia:

- 1 Gonçalves, Elisa Pereira. Iniciação à Pesquisa Científica. Campinas, SP: Alínea, 4ª ed., 2005
- 2 Gonçalves, Hortência de Abreu. Manual de Artigos Científicos. São Paulo: Avercamp, 2003.
- 3 MARCONI, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 6.ed. Rev. E ampl. São Paulo: Atlas, 2006.
- 4 Medeiros, João Bosco. Redacção científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006
- 5 -Beatriz Marques Magalhães. São Paulo: Globo, 1978
- 6 -Rudio, Franz Victor. Introdução ao projecto de pesquisa científica. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

Direito Comparado

Unidade curricular: Direito Comparado		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 4º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 2º						
Tipo: Semestral	6 UC	2 UC	2 UC	2 UC		

OBJECTIVO GERAL

Fornecer ferramentas auxiliares de todas as disciplinas jurídicas, das disciplinas que têm o direito como objecto e das disciplinas cujo objecto não se circunscreve a um direito nacional.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

Tema 1: Noção de Direito Comparado

- 1.1 O Direito Comparado como actividade intelectual de comparação de direitos.
- 1.2 A necessidade de um elemento de extremidade (comparação intersistemática).
- 1.3 O objecto do Direito Comparado – a macro comparação (comparação de ordens jurídicas ou sistemas globalmente considerados) e a micro comparação (comparação de regras, normas ou institutos jurídicos de diferentes ordens jurídicas).
- 1.4 A macro comparação e as grandes Famílias de Direitos.
- 1.5 O Direito Comparado e as outras disciplinas jurídicas. As fronteiras respectivas:
- 1.6 O Direito Comparado e os estudos de direitos estrangeiro.
- 1.7 O Direito Comparado e as suas relações com outras disciplinas jurídicas:
- 1.8 História do Direito;
- 1.9 Sociologia Jurídica;
- 1.10 Etnologia e Antropologia Jurídica; Filosofia do Direito;
- 1.11 Teoria Geral do Direito. o O Direito Comparado e o Direito Internacional Público, o

Tema 2: Direito Internacional Privado e o Direito Comunitário

2. 1 A Natureza e Funções do Direito Comparado. o A querela doutrinária sobre a Natureza do Direito Comparado: ciência autónoma ou simples método (método comparativo).

2.2 As funções do Direito Comparado – finalidades e utilidades:

2.3 O conhecimento do próprio direito nacional do comparatista (a interpretação das normas jurídicas)

2.4 O contributo para a política legislativa (instrumento de política legislativa)

2.5 A melhor compreensão internacional.

2.6 O Direito Comparado e a Unificação dos Direitos no plano internacional o Unificação legislativa no interior dos Estados e unificação dos Direitos entre diferentes Estados;

2.7 A Unificação de Direito entre Estados soberanos

2.8 As técnicas de unificações sectoriais:

2.8.1 Convenções internacionais

2.8.2 As convenções internacionais que aprovam Leis Uniformes

2.8.3 A elaboração de textos normativos (Leis-Modelo) por instituições internacionais

2.8.4 A adopção de códigos estrangeiros (auto-adopção ou a via hetero-impositiva);

2.8.9 A criação de projectos doutrinários de unificação de ramos de direito.

2.9 Os Métodos utilizados no Direito Comparado

2.9.1 O método na macro-comparação e os critérios de distinção entre Famílias Jurídicas: o O carácter recente desta problemática;

2.9.2 René David e a referência a elementos variáveis e constantes; Constantinesco e a distinção entre elementos determinantes e fungíveis; Zweigert e os estilos dos círculos jurídicos

2.9.3 A necessidade de uma “grelha comparativa” (I. Magalhães Collaço, Ferreira de Almeida e Pinto Duarte)

2.9.4 Elementos a levar em conta na constituição da “grelha”.

2.9.5 O método na micro comparação:

2.10 A perspectiva funcional; o O enquadramento do objectivo de comparação; o A escolha dos sistemas a comparar.

Tema 3: História do Direito Comparado

3.1 A pré-história do Direito Comparado: Do exemplo grego à comparação entre o direito romano e o hebraico; o Os precursores nos séculos XVII e XVIII de Leibniz a Montesquieu.

3.2 O Direito Comparado no Século XIX:

3.2.1 Os primeiros estudos académicos e a criação de cadeiras de legislação comparada nos curricula universitários;

3.2.2 O aparecimento de sociedades científicas para o estudo do Direito Comparado; A influência dos historiadores do Direito.

3.2.3 O Direito Comparado no século XX: do Congresso de Paris (1900) até ao presente.

3.2.4 Congresso de Paris; o O Período entre as Guerras; o O período após 1945.

3.2.5 O Direito Comparado em Portugal.

3.3 A Distinção entre Famílias Jurídicas

3.1.1 Noção de famílias ou círculo de ordens jurídicas. A mega -comparação (Ferreira de Almeida).

3.1.2 Principais classificações doutrinárias.

3.1.3 As famílias romano-germânica e da com Mon law:

3.1.4 Características gerais das duas famílias; o A sua expansão no mundo.

3.4 A Família romano-germânica o Direito Francês

3. 4.1 A evolução histórica do direito francês até à Revolução Francesa.

3.4.2 O constitucionalismo francês e a codificação. O Code Civil de 1804 (génese e características).

3.4.3 Fontes de direito e métodos de interpretação e aplicação.

3.4.4 A organização judiciária.

3.4.5 As profissões jurídicas e o ensino do direito.

3.4.6 Existência de um controlo preventivo de constitucionalidade.

3.5 O Direito Alemão

3.5.1 A evolução histórica – a pluralidade de Estados germânicos e a recepção do Direito Romano.

3.5.2. As primeiras codificações.

3.5.3 A Escola Histórica e a querela sobre a codificação (Savigny e Thibaut).

3.5.4 Codificação tardia e a unificação do Império:

3.5.5 O BGB.

3.5.6 Suas características.

3.5.7 Fontes de direito e métodos de interpretação e aplicação.

3.5.8 A Lei Fundamental de 1949 e o controlo da constitucionalidade.

3.5.9 A unificação das duas Alemanhas.

3.5.10 Organização judiciária.

3.5.11 Profissões jurídicas e ensino do direito.

3.6 A Família da COMMON LAW O Direito Inglês

3.6.1 A formação histórica do Direito Inglês: a formação da common law e os tribunais reais; o A equity do Chanceler: relações entre a common law e a equity.

3.6.2 A unificação de jurisdições no século XIX e a evolução até ao presente. • A organização judiciária: o Os tribunais “centrais” e as jurisdições locais. • As profissões jurídicas.

3.6.3 Recrutamento dos juízes. Barristers e Solicitors.

3.6.4 Formação dos juristas.

3.6.5 As fontes de direito e métodos de interpretação e aplicação do direito:

3.6.6 Case law e statute law; o A regra do precedente (ratio decidendi e obiter dictum).

3.6.7 As características de Constituição do Reino Unido, a autonomia das regiões históricas da Escócia e País de Gales e a entrada em vigor do Human Rights Act de 1998 (incorporação no direito inglês da parte da Convenção Europeia dos Direitos do Homem).

3.7 O Direito dos Estados Unidos da América

3.7.1 Evolução histórica. O direito das colónias inglesas e a proclamação da independência.

3.7.2 O debate sobre o direito a adoptar e o triunfo da Common law.

3.7.3 A Constituição e a estrutura federal.

3.7.4 Repartição de competência entre a União e os Estados federados.

3.7.5 A lei.

3.7.6 Códigos e leis uniformes.

3.7.7 A interpretação e aplicação da lei.

3.7.8 A jurisprudência e a regra do precedente.

3.7.9 As profissões jurídicas e a formação dos juristas.

- Um exemplo de Micro - Comparação: A regulação das uniões de facto de outras uniões de natureza para-familiar

3.7.10 O direito português.

3.7.11 Algumas soluções de ordenamentos estrangeiros • Comparação de soluções adoptada da matéria.

METODOLOGIA

Os conteúdos da disciplina de Sistemas Jurídicos e Direito Comparado serão leccionados em aulas teóricas e teórico-práticas recorrendo-se aos métodos expositivo, participativo e palestras. Serão promovidas e estimuladas as apresentações de temas nas aulas teórico-práticas, a participação em painéis de discussão ou mesas redondas, além dos trabalhos individuais e em grupo.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC) = $AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final:(EF)

Nota Final: (NF)= MAC*40% + EF*60%

1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (7) valores

2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores

3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.

4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

BIBLIOGRAFIA

Básica:

- 1- ALMEIDA, Carlos Ferreira. Introdução ao Direito Comparado. 2ª edição, Coimbra, 1994.
- 2- Carlos Ferreira de Almeida, Introdução ao Direito Comparado, Almedina, Coimbra 1994.
- 3- Dário Moura Vicente, Direito Comparado, Volume I, Introdução e Parte Geral, Almedina, 2011
- 4- DAVID, René. Os Grandes Sistemas do Direito Contemporâneo. Martins Fontes, São Paulo, 1998.
- 5- GUEDES, Armando Marques. O Estudo de Sistemas Jurídicos Africanos: Estado, Sociedade, Direito e Poder. Coimbra, Almedina, 2004.
- 6- Losano, Mário. Os Grandes Sistemas Jurídicos. Lisboa, Presença, 1978.
- 7- Mendes, João Castro. Direito Comparado. Lisboa, 1982/83.
- 8- K. Zweigert& H. Kötz, An Introductory to Comparative Law, third revised edition, Oxford 1995

Direito Autárquico (Optativa)

Unidade curricular Direito Autárquico (Optativa)		Curso: Licenciatura em Direito				
		Formas Organizativas				
Ano: 4º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 2º						
Tipo: Semestral	4 UC	-	2 UC	2 UC		

OBJECTIVO GERAL

Explicar a origem das autarquias, o processo autárquico no geral e a sua importância da governação de proximidade, especialmente no nosso caso Angolano.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICA

TEMA 1: Fundamentos do direito autárquico

- 1.1- Administração e Governação local
- 1.2- Planeamento do Desenvolvimento Autárquico
- 1.3- Políticas do desenvolvimento territorial
- 1.4- Finanças e Tributação Autárquica
- 1.5- Gestão estratégica e Avaliação do Desempenho
- 1.6- Administração e Gestão autárquica
- 1.7- Princípio democrático.
- 1.8- Democracia participativa, Autarquias e estado unitário. Estado unitário
- 1.9- Princípio da subsidiariedade. Princípio do respeito pela identidade nacional e diversidade cultural dos povos. Autonomia local e o Princípio da proibição do retrocesso. Princípio da autonomia local e a tutela administrativa
- 1.10- Autarquias e o Princípio do gradualismo.
- 1.11- O senso populacional na Constituição 3- Dos órgãos autárquicos.

TEMA 2: Do órgão deliberativo autárquico

- 2.1- Da elegibilidade e composição das casas deliberativas .
- 2.2 Formas de financiamento às autarquias
- 2.3 Participação do estado no financiamento das autarquias

2.4- Eleições autárquicas e sistema de administração e controlo eleitoral.

2.5- Sistema de administração e Controlo eleitoral vigente.

2.6- Alteração ao sistema de administração e Controlo eleitoral

METODOLOGIA

Os conteúdos da disciplina de Direito Processual Civil III serão leccionados em aulas teóricas e teórico-práticas recorrendo-se aos métodos expositivo, participativo e palestras. Serão promovidas e estimuladas as apresentações de temas nas aulas teórico-práticas, a participação em painéis de discussão ou mesas redondas, além dos trabalhos individuais e em grupo

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Avaliação Contínua: Perguntas orais e escritas, seminários, actividades práticas, trabalhos independentes, trabalhos referativos, revisões bibliográficas, outras. (AC)

Duas Provas de Frequência: (PF)

Média da Avaliação Contínua: (MAC) = $AC + PF1 + PF2 / 3$

Exame Final:(EF)

Nota Final: (NF)= $MAC * 40\% + EF * 60\%$

1.- Têm direito a Exame Final o estudante que na média das avaliações contínuas têm nota igual ou superior a sete (7) valores

2.- Considera-se aprovado no Exame Final o estudante com nota igual o superior a dez (10) valores

3.- Considera-se aprovado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a dez (10) valores.

4.- Considera-se dispensado na disciplina o estudante com nota igual ou superior a catorze (14) valores.

BIBLIOGRAFIA

- 1- Baracho, José Alfredo de Oliveira. Teoria Geral da Função Pública do Estado: A Despublicização do Direito da Função Pública. Jornal “O Sino do Samuel”, abril de 1998: FDUFG, p. 11.
- 2- Bresser-Pereira, Luiz Carlos. Princípios Práticos de Administração Pública. Comunicação à 4ª Reunião Anual do Comitê de Especialistas em Administração Pública do Conselho Económico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas. Nova Iorque, 6 de Abril de 2005.
- 3- Camara, Pedro B. da, GUERRA, Paulo Balreira, RODRIGUES, Joaquim Vicente. Humanator – Recursos Humanos & Sucesso Empresarial. 5. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2003.
- 4- Chiavenato, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração. 7. ed. Rio de Janeiro: Campos Editora/Elsevier, 2004
- 5- Gemelli, Inês Maria Picoli e FILIPPIM, Eliane Salete. Gestão de Pessoas na Administração Pública: o desafio dos Municípios. Santa Catarina, UNOESC, 2010.v. 28, n. 2, p. 349-373, jul./dez. 2014 JUSTIÇA DO DIREITO
- 6- Processo autarquico angolano: má planificação ou ausência de vontade política373
- 7- Marreiros, João. Gestão de Recursos Humanos na Administração Pública. Implicações
- 8- do Serviço Público na Gestão das Pessoas. ISEC/DEQB. Coimbra, 2007
- 9- Nishimura, Shiro. Planeamento e Gestão da Formação de Recursos Humanos. 1º Fórum
- 10- Nacional de Gestão Estratégica de Recursos Humanos. Luanda, 2012.
- 11- Pantoja, Maria Júlia. CAMÕES, Marizaura Reis de Sousa. BERGUE, Sandro Trescastro.
- 12- Gestão de Pessoas: Bases Teóricas e Experiências no Sector Público. Rio de Janeiro:ENAP, 1998.
- 13- Paulino, Cláudio. Administração Pública Angolana: Perspectiva Histórica do seu Desenvolvimento e os Desafios da Terceira Administração. Luanda, 2013.
- 14- Rodrigues & Fernandes. Relatório de meio-termo do Projecto de Descentralização e Governa-ção Local. Angola. Financiado pelo Métier/PNUD, 2007.Studies Review, 2007.

Disciplina: Direito da Comunicação social		Curso: Licenciatura em Direito				
Em falta		Formas Organizativas				
Ano: 4º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 2º						
Tipo: Semestral	60	-	30	30		

Disciplina: Criminalística e Criminologia		Curso: Licenciatura em Direito				
Em falta		Formas Organizativas				
Ano: 4º	Carga Horária	Teóricas	Teórico - Prática	Práticas	Prática Laboratorial	Outra
Semestre: 2º						
Tipo: Semestral	60	-	30	30		